



DOUTRINA MILITAR TERRESTRE

em revista

Publicação do Exército Brasileiro | Ano 005 | Edição 012 | Outubro a Dezembro de 2017

Edição temática
BRASIL no
HAITI
um caso de sucesso
2004-2017

- AS OPERAÇÕES DE PAZ
- A PARTICIPAÇÃO DA BRAENGCOY
- O PAPEL DO TRADUTOR-INTÉPRETE
- O DESTACAMENTO DE RESPOSTA INICIAL
- BRABAT/25, DE UM SETOR PARA UM PAÍS
- O DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES DE PAZ
- DIPLOMACIA, DESENVOLVIMENTO E DEFESA
- PERSPECTIVAS ESTRATÉGICA E OPERACIONAL
- LEGADO, APRENDIZADOS E APERFEIÇOAMENTOS



COMANDANTE DE OPERAÇÕES TERRESTRES
General de Exército Paulo Humberto Cesar de Oliveira

CHEFE DO CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
General de Brigada Hertz Pires do Nascimento

CONSELHO EDITORIAL

General de Brigada Anisio David de Oliveira Junior
General de Brigada Hertz Pires do Nascimento
General de Brigada Haroldo Assad Carneiro
Coronel Luiz Henrique Pedroza Mendes
Coronel Silvio Renan Pimentel Betat
Coronel Durval Durães Neto

EDITOR-CHEFE

General de Brigada Haroldo Assad Carneiro

EDITOR-ADJUNTO

1º Sargento Erisvaldo Gonçalves de Oliveira Rocha

SUPERVISOR DE PRODUÇÃO

Coronel Isaías de Oliveira Filho

REDAÇÃO E REVISÃO

Tenente-Coronel Regivaldo Batista Monteiro
Capitão Risalva Bernardino Neves
2º Tenente Alzira Sampaio Porto
1º Sargento Erisvaldo Gonçalves de Oliveira Rocha

PROJETO GRÁFICO

1º Tenente Katucha Teixeira de Sousa
2º Sargento Luis Carlos dos Reis
Soldado Douglas Henrique de Jesus Macedo

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL

Soldado Douglas Henrique de Jesus Macedo

IMPRESSÃO GRÁFICA

EGGCF – Gráfica do Exército
Al. Mal. Rondon s/nº - Setor de Garagens
Quartel-General do Exército
Setor Militar Urbano
CEP 70630-901
Brasília – DF
Fone: (61) 3415 4248/5815
RITEX: 860 4248/5815
www.eggcf.eb.mil.br
divcom@eggcf.eb.mil.br

TIRAGEM

2.000 exemplares (circulação no país e no exterior)

DISTRIBUIÇÃO

Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSE)

VERSÃO ELETRÔNICA

Portal de Doutrina do Exército: www.cdoutex.eb.mil.br
portal.cdoutex@coter.eb.mil.br
Biblioteca Digital do Exército: www.bdex.eb.mil.br

CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO

Quartel-General do Exército – Bloco A – 1º Andar
Setor Militar Urbano
CEP 70630-901
Brasília – DF
Fone: (61) 3415 6723/4849/6977
RITEX: 860 6723/4849/6977
www.cdoutex.eb.mil.br

Envie a sua proposta de artigo para:
carneiroha@hotmail.com

Ano 005, Edição 011, 2º Quadrimestre de 2017
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

SUMÁRIO

O BRASIL E A MINUSTAH – OS TRÊS “Ds” DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O HAITI: DIPLOMACIA, DESENVOLVIMENTO E DEFESA.

Embaixadora Maria Luisa

8

AS OPERAÇÕES DE PAZ

Cel Mendonça

20

AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS NO HAITI: IMPRESSÕES SOB AS PERSPECTIVAS ESTRATÉGICA E OPERACIONAL

Gen Div Goulart

28

BRABAT/25, DE UM SETOR PARA UM PAÍS

Cel Eickhoff

40

A PARTICIPAÇÃO DA COMPANHIA DE ENGENHARIA DE FORÇA DE PAZ NO HAITI

TC Alerrandro

54

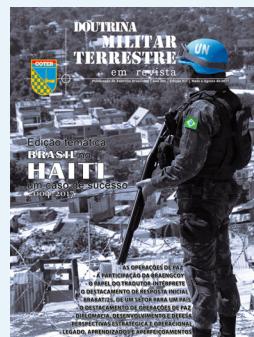


Foto de Capa: arquivo da DMT em Revista

Descrição: Sentinela no Haiti, montagem de autoria do Sd Douglas

O DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES DE PAZ
(DOPaz) NO HAITI

Maj Português

68

O PAPEL DO TRADUTOR-INTÉPRETE
EM MISSÕES DE PAZ

Cel Carla Beatriz

90

O DESTACAMENTO DE RESPOSTA INICIAL
(DRI) PARA AVALIAÇÃO DE DESASTRES: UMA
EXPERIÊNCIA DOUTRINÁRIA DE SUCESSO

TC Harryson

78

BRASIL no HAITI

um caso de sucesso
2004-2017

MISSÃO NO HAITI: LEGADO,
APRENDIZADOS E APERFEIÇOAMENTOS

Gen Div Ajax

103



As ideias e conceitos contidos nos artigos publicados nesta revista refletem as opiniões de seus autores e não a concordância ou a posição oficial do Exército Brasileiro. Essa liberdade concedida aos autores permite que sejam apresentadas perspectivas novas e, por vezes, controversas, com o objetivo de estimular o debate de ideias.

MENSAGEM DO COMANDANTE DE OPERAÇÕES TERRESTRES

Caro Leitor!

"Brasil no Haiti, um caso de sucesso!" não é simplesmente um *slogan*. É, na verdade, um reconhecimento ao trabalho solidário e competente de todos aqueles que participaram da missão e ao resultado efetivo obtido pelo poder militar brasileiro no alcance dos interesses nacionais.

Como Comandante de Operações Terrestres, compete a mim orientar e coordenar o preparo e o emprego da Força Terrestre, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo Comandante e pelo Estado-Maior do Exército. Dessa forma, agradeço inicialmente aos que colaboraram, direta ou indiretamente, na preparação e na execução dessa destacada missão, que projetou de forma inconteste uma imagem marcadamente positiva do militar brasileiro.

Para alcançarmos tal êxito, destaco: o criterioso processo seletivo para escolher os integrantes para a missão; o árduo treinamento; a liderança dos comandantes em todos os escalões; a coesão da tropa; a capacidade logística; o apoio prestado pela Instituição aos familiares que permaneceram no Brasil, bem como o apoio destes aos militares na Missão; o desenvolvimento doutrinário referente às operações de paz; e as atitudes dos soldados brasileiros, dentre as quais, combatividade, comprometimento com a missão, flexibilidade, dedicação, solidariedade e respeito à pessoa humana.



Enalteço particularmente os 13 oficiais-generais que foram os *Forcer Commanders* e Comandantes da Brigada de Força de Paz, os militares brasileiros que integraram o estado-maior da Missão das Nações Unidas (*MINUSTAH*) e os efetivos dos 38 batalhões de infantaria e das 24 companhias de engenharia que compuseram os 26 contingentes brasileiros, totalizando 37 mil militares ao longo de 13 anos.

Ressalto e agradeço a compreensão das Nações Unidas na condução da missão; o trabalho profícuo do Itamaraty relacionado à política externa, bem como o valoroso e fraterno apoio da nossa Embaixada em Porto Príncipe; a coordenação colaborativa do Ministério da Defesa; a cumplicidade da Marinha e da Força Aérea; a parceria das Forças Auxiliares e das Forças Armadas das Nações Amigas participantes da *MINUSTAH* e a amizade e o carinho do povo irmão do Haiti.

Homenageio os 26 companheiros que faleceram no cumprimento da missão. Fica a certeza de que permanecerão vivos na memória do Exército Brasileiro e na gratidão do povo haitiano.

O COTER, como elo atuante no sistema de doutrina da Força e responsável por colher, documentar e implementar modificações pertinentes às lições aprendidas, deve estar atento para que os ensinamentos colhidos sirvam de aprendizados e aperfeiçoamentos para as próximas missões.

Dag Hammarskjold, ex-Secretário-Geral da ONU (1953-61), afirmou que "operações de paz não são um trabalho para soldados, mas só eles podem realizá-las". Os militares brasileiros no Haiti personificaram, na sua vertente mais positiva, esta afirmação. Deixaram nessa nação amiga, além da estabilidade, marcas indeléveis de amizade, solidariedade, fraternidade e fecundos resultados.

Uma boa leitura!

Gen Ex Paulo Humberto Cesar de Oliveira
Comandante de Operações Terrestres



Todo planejamento começa na concepção...

The screenshot shows the official website of the Brazilian Army (Exército Brasileiro). The URL www.eb.mil.br is visible in the browser's address bar. The site features a green header with the Brazilian flag icon, the text 'BRASIL' and 'Serviço', and links for 'Participe', 'Acesso à informação', 'Legislação', and 'Canais'. A red arrow points from the top left towards the address bar. Another red arrow points from the top right towards the 'Concepção Estratégica do Exército' link in the navigation menu. The main content area displays a large graphic of a map with a red arrow pointing towards a central location, labeled 'SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO EXÉRCITO - SIPLEX / FASE IV'. Below this is the logo of the Escola Militar do Exército (EME) and the text 'CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DO EXÉRCITO'. The left sidebar contains sections for 'EM DESTAQUE', 'Como Ingressar', 'Resenhas', 'Reserva pró-Ativa', 'Serviço Militar', 'Proteção Social', 'CENTRAL DE CONTEÚDO' (with links for Publicações, Vídeos, Rádio Verde-Oliva, Aplicativos, and Imagens), 'O EXÉRCITO', and 'ACESSO À INFORMAÇÃO'.

Conheça, leia!

Acesse no site do Exército:
www.eb.mil.br



EDITORIAL

A equipe da Doutrina Militar Terrestre (DMT) em Revista, produzida pelo Comando de Operações Terrestres (COTER), por intermédio do Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex), sente-se honrada em levar aos seus leitores a décima segunda edição deste periódico de assuntos de natureza militar. Trata-se de uma inédita edição temática voltada para a participação dos brasileiros na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti - MINUSTAH*, sigla em francês), produzida por intermédio de uma parceria com a Divisão de Operações de Paz da 3ª Subchefia do COTER, visando a registrar os principais aspectos, ligados à doutrina militar voltada para as operações de paz, colhidos ao longo dos treze anos de experiência do Exército Brasileiro (EB) naquele país caribenho.

Abrindo a edição, a Embaixadora Maria Luisa afirma que a *MINUSTAH* constitui marco na cultura de operações de manutenção da paz do Brasil, pois o êxito do comando militar da Missão configurou indubitável ativo diplomático auferido e posicionou o País como referência de conduta e profissionalismo. A autora enaltece o papel das mulheres como promotoras de estabilidade e de facilitação do contato entre as forças de paz e a população local, ressaltando a função pioneira desempenhada por uma capitão da PM/DF, a qual foi a primeira mulher brasileira a liderar contingente policial da Organização das Nações Unidas (ONU) no combate à violência urbana.

Ao dissertar sobre as operações de paz, o Coronel Mendonça menciona que a *MINUSTAH* trouxe desafios logísticos e operacionais que mudaram a face do Exército Brasileiro, pois naquele território caribenho, enfrentamos gangues, um terremoto de

grande magnitude e furações; pacificamos o país e ajudamos humanitariamente milhões de desassistidos. Enfatiza que as missões com tropa, como um capítulo à parte na historiografia militar brasileira, projetam o nome do Brasil no "ambiente ONU", trazendo ao país mais voz ativa nas mesas de negociação daquele organismo, gerando expectativa na atuação das tropas de nosso país, toda vez que abre ou se expande uma missão de paz daquele organismo.

Ao narrar suas impressões pessoais e experiências colhidas nos níveis estratégico (QG da ONU) e operacional (QG do componente militar) sobre as perspectivas estratégica e operacional das Forças Armadas Brasileiras no Haiti, o General de Divisão Goulart, *ex-Force Commander*, enfatiza que a reação da tropa brasileira foi extremamente positiva devido à sua coesão e à liderança segura de seus comandantes. Adicionalmente, deixou bem claro que as operações frequentes contra criminosos, aliadas a procedimentos adequados da tropa – dura no trato com os bandidos; amena e atenciosa com a população –, asseguraram a manutenção do controle das áreas críticas e o estrangulamento do crime.

Prosseguindo, o Coronel Eickhoff descreve o importante papel do BRABAT/25 (do qual foi comandante) ao assumir todo o território haitiano por se tornar a única unidade de infantaria da *MINUSTAH*. O Batalhão vivenciou três fases distintas em sua atuação, iniciando com a ajuda humanitária na região de Les Cayes, fortemente atingida pelo furacão Matthew, seguida da passagem da área de responsabilidade para o componente policial da *MINUSTAH* (*UNPOL*, sigla em inglês), até a ocupação de bases ao norte do país substituindo as tropas do Chile e do Uruguai/Peru.

Em seguida, o Tenente-Coronel Alerrandro destaca o papel dos 24 contingentes da Companhia de Engenharia de Força de Paz/Haiti, especialmente na reconstrução da infraestrutura do país, duramente devastado por grandes desastres naturais. O autor destaca, ainda, que uma futura missão de paz que venha necessitar de uma companhia de engenharia deverá considerar todas as lições aprendidas pela *BRAENGCOY* na *MINUSTAH*.

Ao discorrer sobre o emprego do Destacamento de Operações de Paz (DOPaz), o Major Português aborda que as forças de operações especiais possibilitaram a multiplicação do poder de combate de nossas tropas em um ambiente operacional envolvendo diversas forças militares, forças auxiliares e a população, num ambiente de grave conturbação interna. Uma das principais diferenças que o Brasil teve em relação aos outros países que atuaram no Haiti foi a utilização do DOPaz, que atuou decisivamente na pacificação de *Cité Soleil*, considerada uma das favelas mais violentas do mundo em janeiro de 2007.

A seguir, o Tenente-Coronel Harryson comenta sua experiência com o Destacamento de Resposta Inicial (DRI), integrante da modular e temporária “Força de Ajuda Humanitária”, empregado na prevenção a desastres para avaliar o evento e dimensionar as ações e os meios “sob medida” para responder à catástrofe. Os integrantes do DRI são militares especializados em suas áreas funcionais dentro do EB e podem, seguindo o princípio da dualidade, emprestar suas capacidades para uma resposta em situação de crise.

Ao escrever sobre o papel do intérprete em missões de paz, a Coronel Carla Beatriz defende que, no sentido de minimizar o estresse natural da função, também é

importante a consciência situacional, que facilita a preparação operacional, física e psicológica, pois o intérprete é também um agente de informação. Interpretar não é simplesmente substituir palavras de um idioma para outro. É uma questão de entender a ideia transmitida e, depois, explicá-la, usando os recursos idiomáticos para que a outra pessoa compreenda o conteúdo exposto.

Encerrando a edição, o General de Divisão Ajax, *Force Commander* por ocasião do término da *MINUSTAH*, apresenta o legado, os aprendizados e os aperfeiçoamentos necessários para as próximas missões, concluindo que temos uma sólida formação de oficiais e praças em nossas escolas militares, adestramos nossas tropas com excelência e os jovens que a sociedade nos entrega, anualmente, são de fato transformados em soldados. Provamos que somos capazes e que sabemos solucionar conflitos com eficácia, sem perder a capacidade de reação como tropa profissional. No entanto, não podemos cair na armadilha de achar que temos a solução para os novos problemas que se apresentarão, pois enfrentaremos um cenário desconhecido. Para novos desafios, novas soluções.

Esperamos que os temas suscitem o debate por parte dos nossos leitores, razão de ser de nosso trabalho, e sugestões sejam encaminhadas ao Portal da Doutrina ou diretamente aos autores, cujo e-mail está disponibilizado no início de cada artigo.

Sentimo-nos orgulhosos do elevado padrão dos artigos produzidos e agradecemos a valorosa colaboração de todos os articulistas, esperando que essa participação seja ainda maior nas edições vindouras, pois o sucesso do desenvolvimento doutrinário é fruto da conjugação de esforços de todos.



“BRASIL NO HAITI, UM CASO DE SUCESSO (2004-2017)”



O BRASIL E A MINUSTAH – OS TRÊS “DS” DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O HAITI: DIPLOMACIA, DESENVOLVIMENTO E DEFESA

Embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes

A autora agradece a coautoria do Terceiro-Secretário Wallace Medeiros de Melo Alves, assistente da Divisão de Paz e Segurança Internacional do Ministério das Relações Exteriores.

A Embaixadora Maria Luisa é a Diretora do Departamento de Organismos Internacionais (DOI) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, responsável pela orientação e supervisão das divisões das Nações Unidas (DNU), de Paz e Segurança Internacional (DPAZ) e desarmamento e tecnologias sensíveis (DDS). Diplomata de Carreira desde 1987, serviu na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York (2001 a 2004) e na Delegação Permanente do Brasil junto à ONU e organismos especializados em Genebra (2009 a 2014). Serviu, igualmente, nas Embaixadas do Brasil em Caracas, Santiago e Wellington. Preside a Comissão Nacional para a Difusão e Implementação do Direito Internacional Humanitário no Brasil e é a representante do Brasil na rede internacional de pontos focais da agenda “Mulheres, Paz e Segurança” (doi@itamaraty.gov.br).



A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

A participação em operações de manutenção da paz da ONU (OMPs) é expressão concreta da vocação multilateral da política externa brasileira e seu compromisso com o sistema de segurança coletiva. Os mais de 50 mil civis, policiais e militares brasileiros desdobrados em cerca de cinquenta missões em distintos continentes, desde 1948, têm dado testemunho inequívoco de que o Brasil, para além de sua condição de país pacífico, é também nação provedora internacional de paz e segurança.

O acumulado histórico do envolvimento nacional em OMPs é a tradução prática de princípios fundamentais inscritos no art. 4º da Constituição brasileira, como a solução pacífica de controvérsias internacionais e a defesa da paz. Ao

longo de setenta anos como país contribuinte de tropas, o engajamento do Brasil tem sido consistentemente balizado pelo elevado profissionalismo e disciplina de seus contingentes e pela coerência de sua participação associada ao respeito aos princípios básicos das OMPs – o consentimento das partes, a imparcialidade e o não uso da força, exceto nos casos de autodefesa ou na defesa do mandato da Missão. A existência prévia de uma paz a ser efetivamente mantida, com a adesão das partes em disputa a compromissos de reconciliação nacional e negociação, é pressuposto fundamental do envolvimento brasileiro em OMPs.

As iniciativas ensaiadas pelo Brasil na solução de conflitos internacionais precedem a criação das OMPs e remontam à Liga das Nações, em que o País atuou como *honest broker* nas contendas territoriais de seu horizonte regional imediato. Foi, no entanto, a partir da institucionalização da prática de OMPs que as ações brasileiras vieram a adquirir vulto e dimensão verdadeiramente internacional, com o desdobramento pioneiro de militares nos Bálcãs e em Suez [1].

O pós-Guerra Fria e o reestabelecimento da democracia no Brasil criaram condições sistêmicas e domésticas favoráveis à expansão do ativismo brasileiro em OMPs. O País buscou consolidar e aperfeiçoar as bases de sua inserção internacional, no que o embaixador Gelson Fonseca denominou “autonomia pela participação”. Com efeito, o Brasil retornou aos principais regimes multilaterais,

entre os quais o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS/ONU), após dezenove anos de afastamento [2].

Nesse período, são emblemáticos do envolvimento do Brasil em temas de paz e segurança internacional os esforços de mediação conduzidos pelo Grupo de Apoio à Contadora e, posteriormente, o Grupo do Rio para a solução dos conflitos armados na América Central. A ação brasileira confluía com o lugar estratégico atribuído pela Constituição de 1988 à América Latina e Caribe entre seus princípios basilares de política externa. No âmbito da ONU, as principais contribuições do Brasil para as OMPs ocorreram em Estados lusófonos, como Angola e Moçambique, com os quais os laços culturais, históricos e afetivos contribuíram para aproximar o País da outra margem do Oceano Atlântico em sentimento compartilhado de solidariedade e responsabilidade [3].

Uma década depois desse renovado ativismo em OMPs, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti - MINUSTAH*, sigla em francês) viria a inaugurar novo capítulo da participação brasileira em missões da ONU, representando o desdobramento natural das crescentes experiências e responsabilidades que o País positivamente assumia em temas de paz e segurança internacional.

O presente artigo visa a identificar as lições aprendidas com a participação brasileira na *MINUSTAH* ao longo dos treze últimos anos, bem como analisar a contribuição da Missão para a construção do Estado haitiano e o desenvolvimento econômico e social do país.

O ENGAJAMENTO DA DIPLOMACIA E DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS NA MINUSTAH

A história haitiana registrou tanto ciclos de instabilidade, que estiveram na base do subdesenvolvimento do país, quanto o simbolismo de sua independência proclamada por ex-escravos, cujo conteúdo vanguardista influenciou diversos movimentos sociais por todo o continente americano [4]. Nos versos da elegia do poeta Edouard Glissant, o Haiti teve seu lugar na história mundial reconhecido como “a terra originária dos países antilhanos (...) que continuamente teve de arcar com o custo da audácia de haver concebido e erigido a primeira nação negra do mundo colonizado” [5].

As respostas internacionais tampouco foram exitosas em garantirem a estabilidade e o desenvolvimento do povo haitiano. As primeiras missões de paz que se alternaram no Haiti foram tributárias de lógica excessivamente centrada em prioridades de segurança e repressão à violência, com o propósito de colher maior nú-

mero possível de vitórias militares no curto prazo, para tão prontamente desengajar-se do país, consoante a “Doutrina Powell” na década de 1990 [6]. Entre 1994 e 2001, intercalaram-se no terreno quatro missões da ONU e a força multinacional interina capitaneada pelos Estados Unidos, as quais não conseguiram, no entanto, oferecer soluções estruturais e duradouras à deterioração da situação humanitária e de segurança no Haiti [7].

A precária estabilidade política alcançada com as múltiplas operações de paz na década de 1990 foi logo rompida em meio à espiral de violência, em fevereiro de 2004, após a saída do então presidente

A *MINUSTAH* constitui marco na “cultura de operações de manutenção da paz” do Brasil. O êxito do comando militar da Missão configurou indubitável ativo diplomático auferido pelo País que o posiciona como referência de conduta e profissionalismo a ser seguido em missões de paz.

Jean-Bertrand Aristide. Conquanto a origem da crise haitiana fosse política, seus efeitos eram transversais e desdobravam-se na fragilização de suas estruturas econômicas e na ruptura do tecido social [8]. Em face do colapso institucional e da nova conflagração, criou-se a Força Interina Multinacional (MIF), respaldada pela Resolução 1529 (2004) do CS/ONU e mandatada com o duplo propósito de estabelecer um entorno seguro e estável e um processo político pacífico e constitucional no Haiti [9].

Três meses após o estabelecimento da MIF, a Missão foi substituída pela *MINUSTAH*, por meio da Resolução 1542 (2004), aprovada por unanimidade e cujo mandato mais ambicioso e complexo em relação às operações predecessoras refletia a compreensão da comunidade internacional de que os desafios haitianos requeriam a conciliação do binômio desenvolvimento e segurança. À luz das experiências acumuladas no Haiti, percebia-se que, sem a consideração de variáveis políticas, econômicas, sociais e humanitárias, a paz seria assentada em bases frágeis, facilmente erodidas pela superveniência de novas crises políticas. De fato, a *MINUSTAH* pretendeu transcender à mera replicação das presenças internacionais anteriores no Haiti, bem como ser a última operação onusiana a estabelecer definitivamente as bases da sustentação da paz no país e inaugurar ponto de inflexão positiva em sua história [10].

A participação do Brasil na *MINUSTAH* é caso paradigmático da interface entre defesa, diplomacia e desenvolvimento, os quais conformam a linha de ação dos três “Ds” da cooperação brasileira para o Haiti. Ao longo de treze anos, os Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa e diversos outros ministérios e órgãos federais somaram-se aos esforços de estabilização e pacificação do Haiti com sentido de missão compartilhada: a promoção da paz e do desenvolvimento em uma nação irmã como princípio caro à sociedade brasileira,

e a disposição e a capacidade do País de assumir crescentes responsabilidades internacionais compatíveis com seus recursos militares, econômicos e políticos.

O compromisso do Brasil com o Haiti estendeu-se para além da esfera militar e da segurança tradicional e seguiu enfoque eminentemente multidimensional, atento à superação das causas profundas e estruturais do conflito no país. O protagonismo brasileiro na *MINUSTAH* coadunou a um só tempo a vertente solidária e respeitadora do direito internacional da política externa pátria com a perspectiva estratégica de alavancar a influência regional e multilateral do Brasil em temas de paz e segurança internacionais [11].

A *MINUSTAH* constitui marco na “cultura de operações de manutenção da paz” do Brasil [12]. O êxito do comando militar da Missão configurou indubitável ativo diplomático auferido pelo País que o posiciona como referência de conduta e profissionalismo a ser seguido em missões de paz. O Brasil torna-se, também, frequentemente solicitado por Estados interessados em aprender as metodologias desenvolvidas e empregadas pelas forças nacionais de paz em cenário de alta complexidade como o Haiti [13]. O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), Centro Sérgio Vieira de Mello, é referência internacional no treinamento e na irradiação de conhecimento operativo em OMPs.

A presença brasileira na *MINUSTAH* representou o maior esforço de assistência humanitária já empreendido pelo País, bem como respondeu por quase 70% de todo o contingente brasileiro empregado até o presente em OMPs. A concorrência de características inéditas, em várias áreas, singularizou o significado político-militar da Missão para o Brasil: o exercício nacional do comando ininterrupto da *MINUSTAH* durante todo seu período, fato que não encontra precedente em outras missões da ONU, marcadas pela prática de rodízio no comando de tropas; o maior



desdobramento de contingente brasileiro desde a Segunda Guerra Mundial, com o emprego de 37,5 mil militares; a missão mais longa de que o Brasil participou em sua história de engajamentos; e a presença de países sul-americanos como maiores contribuintes de tropas [14].

A atuação brasileira nas discussões normativas a respeito da *MINUSTAH* contribuiu para vocalizar a influência do País tanto nos foros de concertação das grandes potências, como o CS/ONU, quanto na articulação inter pares por meio de canais de diálogo com seus vizinhos latino-americanos [15]. Em diversas frentes de ação, o Brasil buscou multilateralizar os esforços internacionais sobre o Haiti, como os foros de consulta mantidos com o Grupo de Amigos do Haiti, o grupo de principais doadores (G-10), o grupo consultivo ad hoc do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e os grupos de contato em Nova York e em Porto Príncipe [16].

O envolvimento de múltiplos interlocutores e a formação de densa rede diplomática de contatos sobre a situação de segurança no Haiti orientaram-se pelo objetivo de conferir visibilidade aos problemas enfrentados pelo país caribenho e angariar máximo apoio da

comunidade internacional frente a seus desafios de estabilidade [17]. Destacou-se, ainda, o empenho realizado pelo Brasil na V Comissão da Assembleia Geral da ONU para dotar a *MINUSTAH* de recursos financeiros à altura dos desafios a serem superados no Haiti.

O Brasil conferiu relevância, nesse esforço diplomático de coordenação, ao envolvimento de organismos representativos da América Latina e Caribe, como a Comunidade do Caribe (CARICOM) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), como forma de aportar soluções eminentemente regionais aos problemas que se impunham ao Haiti e concerniam à estabilidade latino-americana como um todo. Um eventual “Estado falido” no Caribe traria impactos negativos de curto e longo prazo para a segurança e o desenvolvimento da região [18]. Concluía-se, parafraseando a reflexão já proposta por Octavio Paz, cinquenta anos antes, sobre o destino comum que atava os Estados da América Latina e do Caribe: “nenhum de nossos países poderá se salvar sozinho” [19].

No vácuo de liderança dos esforços internacionais no Haiti e ante as solicitações do Secretariado da ONU e das principais potências envolvidas no

terreno, como Estados Unidos e França, os países latino-americanos assumiram a dianteira do processo de estabilização na nação caribenha. O protagonismo regional manteve-se durante toda a extensão da *MINUSTAH* tanto em número de tropas desdobradas quanto em posições de liderança. Todos os chefes civis da Missão, com exceção de um único mandato, foram nacionais latino-americanos.

Paralelamente à articulação externa, a participação brasileira no Haiti requereu a formação de consensos junto à opinião pública interna e ao Congresso sobre o sentido estratégico da *MINUSTAH* para a diplomacia e as forças armadas nacionais. Na Exposição de Motivos EMI nº 121, de 2004, dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, assinalou-se que a participação do Brasil na *MINUSTAH* iria ao encontro da “tradição brasileira de dar prioridade à solução multilateral de conflitos” e com o potencial de catalisar apoio de “diversos outros Estados latino-americanos em esforço conjunto para dar solução sustentável, pacífica, democrática e duradoura à situação do Haiti” [20].

As gestões da diplomacia brasileira iniciaram-se durante seu mandato eletivo no CS/ONU, no biênio 2004-2005, e adquiriram, posteriormente, lastro de permanência ao longo de toda a duração da *MINUSTAH*. As ações do Brasil foram direcionadas a inscrever compromissos de natureza multidimensional no mandato da *MINUSTAH* e a restringir as hipóteses de aplicação do uso da força, previstas pelo Capítulo VII da Carta da ONU. A menção ao Capítulo VII na Resolução 1529 (2004) foi circunscrita aos parágrafos operativos em que o uso da força se revelasse indispensável para o cumprimento do mandato.

A modulação da linguagem do texto negociado não decorreu de objeções do governo brasileiro quanto ao recurso ao Capítulo VII *per se*. O que se defendeu, de fato, foi seu emprego criterioso e parcimonioso, coadjuvado por

esforços político-diplomáticos concomitantes sob pena de a Missão ser interpretada como uma solução imposta de fora ou pesarem questionamentos sobre sua imparcialidade.

Se, em 1994, o Brasil se absteve da aprovação da Resolução 940, que previu a criação da força multinacional de emergência no Haiti em linha com o Capítulo VII, dez anos depois, em 2004, o contexto que informou o voto favorável brasileiro para a Resolução 1542 era outro. Não se tratava mais de uma operação restrita à provisão de condições mínimas de segurança. A *MINUSTAH* abarcava, também, objetivos de combate à fome e à pobreza e de fortalecimento da democracia haitiana, ancorados no tripé “estabilização, diálogo político e capacitação institucional, social e econômica do país” [21].

O mandato da *MINUSTAH* procurou ser tão amplo quanto a complexidade dos desafios securitários e socioeconômicos enfrentados pelo Haiti. Em complemento às funções tradicionais de *peacekeeping* das OMPs, relativas à garantia de ambiente seguro e estável e suporte ao processo político, agregaram-se, na *MINUSTAH*, atividades de *peacemaking* e *peacebuilding*, as quais contribuíram para promover o bem-estar do povo haitiano e a consolidação institucional do Estado. Incluem-se, nesse rol de iniciativas, a promoção dos direitos humanos; o apoio à reforma do setor de segurança; a prestação de serviços sociais básicos à população; o monitoramento eleitoral e as ações direcionadas ao desenvolvimento econômico e social e à formulação de políticas públicas de longo prazo no país [22].

A consolidação da paz não é alcançada tão somente pela suspensão da violência. No Haiti, aspirava-se à construção do que Johan Galtung denomina “paz verdadeira” ou “paz positiva”, a qual advém de medidas de inclusão socioeconômica, capazes de transformar indivíduos em cidadãos, titulares de direitos e agentes de mudanças [23].



O PRINCÍPIO DA NÃO INDIFERENÇA COMO FUNDAMENTO ÉTICO-MORAL DA ATUAÇÃO DO BRASIL NO HAITI

A não indiferença da política externa brasileira traduziu-se no ímpeto de contribuir para a estabilidade hemisférica e para a superação da crise política e humanitária, cujas maiores consequências recaíam sobre o povo haitiano. À época das deliberações sobre a participação brasileira na *MINUSTAH*, os princípios do art. 4º da Constituição Federal e da política externa pátria, somados às ideias de solidariedade ativa e de não indiferença, foram os antídotos morais aos argumentos defendidos em favor da inação do País frente à crise na nação caribenha. Conforme sustentavam alguns grupos, os problemas socioeconômicos nacionais detinham primazia sobre a eventual assistência humanitária e alocação de tropas do Brasil no exterior, cujo epítome era a canção “O Haiti é aqui”, de Caetano Veloso [24].

O que irmanava o Brasil e o Haiti e despertava o sentimento de solidariedade ativa não era somente a circunstância regional comum. Como afirmou o então

chanceler Celso Amorim, em 2007, é precisamente o fato de o Brasil não ser um país “uni-identitário” que lhe permite comportar simultaneamente múltiplas identidades e abrir-se ao mundo para aproximar-se de outros povos e culturas em relações de respeito e de alteridade, bem como sensibilizar-se aos desafios de desenvolvimento de outras nações. As identidades sociais e históricas diversas do Brasil como Estado em desenvolvimento, de matriz latina e afrodescendente e multicultural encontram reflexo na própria sociedade haitiana e em suas características constitutivas igualmente plurais [25].

O respeito brasileiro ao princípio da não intervenção não desautorizava o dever moral do País de agir em face da insegurança política e humanitária no Haiti. A não indiferença era a vertente complementar de ação à não ingerência. O engajamento do Brasil foi realizado ao dispor de prévio respaldo do governo haitiano e ocorreu, durante todo o processo, em estreita colaboração com as autoridades locais a partir das prioridades e diretrizes por elas definidas [26].

BOAS PRÁTICAS E LIÇÕES DA MINUSTAH

Contribuiu para tornar o Haiti um caso de sucesso o fato de que, durante os treze anos em que esteve à frente das Forças da MINUSTAH, o Brasil não se refugiou em alternativas fixas e pré-concebidas para a pacificação do Haiti. Buscou adaptar as soluções tradicionais de OMPs para as circunstâncias específicas do país caribenho, ciente de suas particularidades históricas e suas necessidades humanitárias e institucionais mais prementes. Inovaram-se, no país caribenho, as modalidades brasileiras de cooperação técnica e seu arco-bouço doutrinário tático e estratégico. O reaparelhamento militar do Brasil e adaptações em sua capacidade logística de ressuprimento das tropas foram alternativas para garantir a efetividade da ação brasileira em meio às condições adversas e próprias do terreno [27].

Foi, também nesse sentido, que programas de redução da violência comunitária, foram introduzidos na MINUSTAH, em parceria com organizações não governamentais, e tornaram-se, segundo o Secretariado da ONU, caso-modelo de *peacebuilding*. Tais programas, além de ajudarem a combater a ação de gangues e reduzir a criminalidade, beneficiaram diretamente, pelo menos, seis milhões de haitianos, ao envolverem medidas de inclusão social direcionadas à capacitação profissional de jovens, bem como o acesso de cidadãos à justiça e a serviços sociais básicos prestados pelo Estado [28].

A pacificação de áreas sensíveis, como *Bel Air* e *Cité Soleil*, por “capacetes azuis” viabilizou a extensão da autoridade do Estado haitiano a comunidades em que

autoridades policiais jamais haviam entrado. Paralelamente a essas missões robustas, implementaram-se, ainda, 1.788 projetos de impacto rápido durante todo o mandato da MINUSTAH, com ações multifacetadas e de efeito transversal na geração de renda, na saúde coletiva e na promoção do estado de direito. Os desdobramentos desses projetos foram sentidos na vida de sete milhões de haitianos, dos quais mais da metade eram mulheres [29].

Nem todos os resultados da experiência brasileira na MINUSTAH, contudo, podem ser mensurados em números, porquanto representaram ganhos qualitativos traduzidos em aumento da credibilidade e da projeção internacional do Brasil e incremento da cooperação estratégica com parceiros regionais.

O engajamento brasileiro na MINUSTAH promoveu, entre suas externalidades positivas, a construção de ambiente de crescente confiança e concertação entre as chancelarias e ministérios da defesa dos países contribuintes de tropas, institucionalizado no Mecanismo 2x9 [30],

bem como favoreceu a interoperabilidade das Forças Armadas nacionais com a dos demais países latino-americanos. Mais da metade das forças de paz eram originárias de países da América Latina, o que torna a MINUSTAH a primeira OMP da ONU efetivamente ancorada em uma identidade latino-americana e sobretudo sul-americana [31].

O respeito e a sensibilidade das tropas brasileiras às tradições e à cultura do povo haitiano permitiram aos efetivos nacionais inserção diferenciada na sociedade do país, amparada no exercício de *soft power* [32] e na construção de relações de confiança junto à população local. As iniciativas

A MINUSTAH viria a inaugurar novo capítulo da participação brasileira em missões da ONU e representou desdobramento natural das crescentes experiências e responsabilidades que o País positivamente assumia em temas de paz e segurança internacional.



de patrulha e de pacificação conduzidas pelo Batalhão Brasileiro de Força de Paz (*Brazilian Battalion - BRABAT*, sigla em inglês) acrescentaram-se as ações cívico-sociais e a assistência humanitária empreendida pela Companhia de Engenharia Brasileira de Força de Paz (*Brazilian Engineering Company - BRAENGCOY*, sigla em inglês). Os impactos estruturais dessas ações contribuíram para atender necessidades básicas da população por meio de projetos como construção de poços artesianos e pavimentação de ruas, bem como possibilitaram operar melhorias no nível de bem-estar das comunidades locais.

A *MINUSTAH* trouxe, ainda, entre suas lições, a incorporação da perspectiva de gênero em seu mandato, em acordo com a Resolução 1325 (2000) do CS/ONU, e a transversalização dessa abordagem na execução das tarefas da Missão. As ações brasileiras orientaram-se tanto pelo incentivo ao incremento da participação de mulheres em OMPs quanto por

iniciativas de prevenção e combate à violência de gênero e de empoderamento feminino em situações de conflito e pós-conflito. Foi sintomática da incorporação da perspectiva de gênero ao mandato e à atuação da *MINUSTAH* a presença de unidades móveis de gênero, em articulação com clínica de defesa civil dentro de bases brasileiras, no atendimento às vítimas de violência sexual em campos de deslocados [33]. A política de tolerância zero a abuso e exploração sexual da ONU (*sexual exploitation and abuse - SEA*, sigla em inglês), aplicada de maneira ainda mais rigorosa pelo Brasil, contribuiu para escudar a reputação ilibada das tropas nacionais.

Durante todo o período de operação da *MINUSTAH*, nenhum militar brasileiro esteve sujeito à acusação formal de *SEA*. A excelência no treinamento prévio ao desdobramento dos contingentes brasileiros, bem como durante o exercício da missão; as políticas de aquartelamento; os rodízios semestrais e condições

adequadas de lazer e de alojamento; e o desdobramento voluntário conformaram o rol de medidas que resguardaram a boa conduta dos efetivos do Brasil e permitiram ao País construir imagem de credibilidade e de respeito com a população local, digna da expressão *bon bagay* – “gente boa”, em *creole* –, designação fraternal com que os haitianos se referiam aos militares dos contingentes brasileiros [34].

Para além do enfoque de mulheres e meninas haitianas como vítimas de conflitos, estabeleceram-se ações de empoderamento desse grupo demográfico por meio de projetos de impacto rápido direcionados à formação de rede de capacitação feminina e à realização de cursos profissionalizantes e palestras sobre incentivo à educação, direito das mulheres e saúde sexual.

O papel das mulheres como promotoras de estabilidade e de facilitação do contato entre as forças de paz e a população local foi reconhecido ao serem continuamente incorporadas às tropas brasileiras na MINUSTAH desde

2006. Ressalta-se a função pioneira desempenhada por uma capitão da Polícia Militar do Distrito Federal, a qual foi a primeira mulher brasileira a liderar contingente policial da ONU no combate à violência urbana [35]. Além de atuarem junto às comunidades locais como “pontes” que alicerçavam confiança e aumentavam a percepção coletiva de segurança, a presença feminina também foi elemento de inspiração para meninas e mulheres haitianas acerca do valor transformador que elas podem aportar ao processo de paz e desenvolvimento do país.

O inventário das boas práticas empreendidas bilateral e multilateralmente pelo

Brasil no Haiti não é escasso e teve por fundamento a horizontalidade dos princípios que guiam a cooperação internacional prestada pelo País, quais sejam a ausência de condicionalidades e a orientação pelas demandas locais (*demand-driven*). As denominadas “tecnologias sociais” desenvolvidas domesticamente pelo Brasil no âmbito da redução da pobreza e da promoção do desenvolvimento socioeconômico encontraram no Haiti condições para serem adaptadas à realidade local.

Juntamente com a cooperação brasileira em programas nacionais de segurança alimentar e nutricional e apoio à formulação de políticas públicas, o Haiti também foi beneficiário, entre outras ações, da colaboração em projetos de formação profissional, na reforma e capacitação da Polícia Nacional Haitiana, na cooperação eleitoral e desportiva e no combate à violência de gênero. O Haiti tem sido o recipiendário do maior projeto de cooperação Sul-Sul mantido pelo Brasil na área de saúde, no valor de US\$ 70 milhões, os quais são

revertidos para medidas profiláticas, respostas emergenciais de saúde, doação de medicamentos e de vacinas e formação de agentes comunitários [36].

Além das iniciativas estruturantes empreendidas pelo Brasil, as ações nacionais incluíram, também, cooperação de natureza emergencial, realizadas frente a catásticos por meio de doações ao Fundo de Reconstrução do Haiti, tarefas de resgate de vítimas e promoção de acesso desimpedido de comboios humanitários.

Na cooperação triangular, por sua vez, atestam o alto perfil da coordenação alcançada pelos projetos de coleta e reciclagem de resíduos

**O papel das mulheres como promotoras de estabilidade e de facilitação do contato entre as forças de paz e a população local foi reconhecido ao serem continuamente incorporadas às tropas brasileiras na MINUSTAH desde 2006.
Ressalta-se a função pioneira desempenhada por uma capitão da PM/DF.**

sólidos, desenvolvido em Porto Príncipe e *Carrefour Feuilles* pelo Fundo IBAS; a atuação conjunta do Brasil, do Haiti e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a prevenção e a erradicação do trabalho infantil; e a coordenação entre Brasil, Haiti e o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) voltada ao fortalecimento das instituições médico-hospitalares no país caribenho [37].

O enfrentamento dos desafios do Haiti seguiu abordagem integrada entre desenvolvimento, segurança e reconciliação nacional e avanços simultâneos e não compartmentalizados, em linha com a compreensão de que respostas estritamente militares não são capazes de eliminar as causas estruturais dos conflitos e prover bases sólidas para a paz duradoura. Os desastres decorrentes do terremoto de 2010 e do furacão *Matthew* de 2016, e a epidemia de cólera em 2010 impuseram reveses materiais e humanos ao processo de estabilização do Haiti e requereram criatividade e maleabilidade diplomática para adaptar rapidamente soluções e planejamentos aos problemas que se afiguravam no país.

O êxito da *MINUSTAH* pode ser atribuído ainda à capacidade de constantemente compatibilizar seu mandato com as necessidades humanitárias no terreno, a fim de evitar o retrocesso do país ao status quo ante presença da Missão no país. A construção da paz no Haiti não seguiu processo linear, alheio a avanços e recuos. Não obstante as dificuldades que sobrevieram, a manutenção de relativo ambiente de segurança e ordem pública no país revela que os resultados auferidos pela *MINUSTAH* preservaram-se como ganhos tangíveis convertidos em melhoria do bem-estar do povo haitiano e progressivamente apropriados pela sociedade do país.

A transição da *MINUSTAH* para a Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (*Mission des Nations Unies pour l'appui à la justice en Haïti - MINUJUSTH*, sigla em francês), deverá permitir que os dividendos da

paz no Haiti obtidos na última década sejam consolidados e expandidos, com destaque para a reconciliação política, o fortalecimento da capacidade institucional e operacional da Polícia Nacional Haitiana, o aperfeiçoamento dos sistemas judiciais e penais e a proteção dos direitos humanos, em linha com a Resolução 2350 (2017) do CS/ONU [38].

Ao despedir-se, o 26º Contingente Brasileiro deixa no Haiti o legado de paz e estabilidade que ajudou a construir, mas leva consigo sentimento de dever cumprido, que, por treze anos, foi objetivo comungado de civis e militares brasileiros, unidos pela solidariedade e responsabilidade para com a nação irmã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação brasileira, com o comando militar da *MINUSTAH* e seu maior contingente de tropas, conforma história de sucesso nas OMPs. À semelhança do conteúdo simbólico do discurso dos três “Ds” – descolonização, desenvolvimento e desarmamento –, proferido pelo embaixador Araújo Castro em 1963, a cooperação brasileira atual segue pautada por esse acrônimo, mas revestido de novos significados – diplomacia, desenvolvimento e defesa –, todos fundamentais para paz e a segurança em nosso irmão caribenho.

Mais do que se conferir ênfase às lacunas que o Haiti ainda deve superar para atingir seu pleno desenvolvimento econômico e social, o balanço final da *MINUSTAH* encontra-se nas contribuições para a estabilidade política e securitária que aportou ao país de menor desenvolvimento relativo das Américas e tornou os últimos treze anos período decisivo em sua trajetória histórica.

Na atualidade em que OMPs estão crescentemente sujeitas a pressões por cortes orçamentários e flexibilização de seus mandatos, a *MINUSTAH* é testemunho de que a sustentação da paz depende de abordagem integrada e não sequencial de variáveis econômicas, sociais, políticas, humanitárias e de segurança.

Apesar dos inúmeros desafios com os quais o povo haitiano se defronta, são inegáveis os avanços alcançados e traduzidos na melhora da situação humanitária e dos direitos humanos, nos indicadores de segurança, na reestruturação das instituições do Estado e nos ganhos de legitimidade das autoridades públicas junto à população haitiana. Entre as maiores contribuições que a MINUSTAH conferiu ao Haiti foi o fortalecimento de sua democracia, evidenciado pela conclusão exitosa de três ciclos eleitorais e a primeira transição pacífica de poder entre um presidente eleito pelo voto popular e o outro da oposição.

Os avanços obtidos na pacificação do Haiti geraram ganhos indivisíveis e extensíveis a toda a América Latina e Caribe. Além de conquistas concretas para o desenvolvimento socioeconômico e institucional do povo haitiano, os países contribuintes de tropas, em sua maioria latino-americanos, beneficiaram-se do acúmulo de *expertise* técnica e política em OMPs, ao atuarem em contexto de alta

complexidade.

Os impactos positivos da MINUSTAH para o Brasil foram, em grandes linhas, o de fortalecer a projeção internacional do País e consolidar nossa influência como ator e proposito de ideias e práticas em paz e segurança, as quais poderão servir como paradigmas para novos modelos de OMPs.

Como afirmou Jean Monnet, em sua obra "Memórias": "Nada é possível sem os homens, mas nada é durável sem as instituições" [39].

De forma análoga, a presença militar brasileira no Haiti pode ter encontrado seu encerramento com a retirada dos últimos homens e mulheres desdobrados no país, em outubro deste ano. O legado do Brasil, porém, tem lastro de permanência na resiliência e estabilidade das instituições do Haiti que civis e militares brasileiros ajudaram a formar, consolidar e garantir como conquistas apropriadas e conduzidas pelo povo haitiano.

REFERÊNCIAS / NOTAS

- [1] FIGUEIRÔA, Christiano Sávio de Barros. *Sete décadas de operações de manutenção da paz das Nações Unidas – contribuições brasileiras*, 2017 (no prelo).
- [2] FONSECA JR., Gelson. *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- [3] FIGUEIRÔA, Christiano Sávio de Barros. Op. cit.
- [4] RICUPERO, Rubens. O Brasil no mundo. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz (org). *História do Brasil Nação – Crise Colonial e Independência*, 1808-1830, v.1, 2011.
- [5] Tradução livre do poema "La terre matrice des pays antillais, Haïti", de Edouard Glissant. Disponível em: <<http://ile-en-ile.org/edouard-glissant-la-terre-matrice-des-pays-antillais-haiti>> Acesso em: 20 de nov. 2017.
- [6] UZIEL, Eduardo. *O Conselho de Segurança, as Missões de Paz e o Brasil no Mecanismo de Segurança Coletivo das Nações Unidas*, 2a ed., Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2015, p. 212.
- [7] THE UNITED NATIONS STABILIZATION MISSION IN HAITI (MINUSTAH). *MINUSTAH Background*, s.d. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/background.shtml>> Acesso em: 19 de set. 2017.
- [8] SEITENFUS, Ricardo. *De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz*. In: *O Brasil e a ONU*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. pp. 49.
- [9] THE UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. *Resolution 1529 (2004)*. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1529\(2004\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1529(2004))> Acesso em: 13 de set. 2017.
- [10] _____ . *Resolution 1542 (2004)*. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFC9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF%7D/CAC%20SRES%201542.pdf>> Acesso em: 12 de nov. 2017.
- [11] NASSER, Filipe. *Pax Brasiliensis: solidariedade e projeção de poder na construção de um modelo de engajamento do Brasil em operações de paz da ONU*. Brasília: Instituto Rio Branco. Dissertação (Mestrado). 2009.
- [12] AGUILAR, Sérgio. *Uma cultura brasileira de missões de paz*. In: BRIGAGÃO, Clóvis; FERNANDES, Fernanda (orgs.). *Diplomacia brasileira para a paz*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- [13] HERMANN, Breno. *Soberania, não intervenção e não indiferença: reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- [14] Ibid., pp.23.
- [15] KENKEL, Kai Michael. *O peacebuilding do Brasil na África e no Haiti: uma alternativa à paz liberal ou só maquiagem?* 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Belo Horizonte, 23-26

jul. 2013.

- [16] HERMANN, Breno. Op. cit. pp. 210.
- [17] ISHITANI, Fátima Keiko. **Engajamento do Brasil na Missão de Estabilização no Haiti (MINUSTAH): significado para a política externa brasileira**. Brasília: Instituto Rio Branco, 2009.
- [18] AMORIM, Celso. **A ONU aos setenta: reforma do Conselho de Segurança (apontamentos para um livro de memórias)**. In: FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. MORAES; Maria Luisa Escorel de; UZIEL, Eduardo (orgs.) **O Brasil e as Nações Unidas: 70 anos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.
- [19] PAZ, Octavio. **Corrente Alterna**, 2000.
- [20] BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. Exposição de motivos nº 121/2004, de 4 de maio de 2004. **Proposta de Envio de Contingente Brasileiro para a Missão de Estabilização das Nações Unidas (MINUSTAH)**, 2004.
- [21] Palestra do Ministro Celso Amorim no CEBRI, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7703-pontos-para-palestra-do-ministro-das-relacoes-exterieiros-no-cebri-centro-brasileiro-de-relacoes-internacionais>> Acesso em: 20 set. 2017. HERMANN. Breno. Op. cit. pp.233.
- [22] HERMANN. Breno. Op. cit. pp.207.
- UZIEL, Eduardo. Op. cit.
- [23] GALTUNG, Johan. **Peace by peaceful means**. Londres: Sage, 1995.
- [24] UZIEL, Eduardo. Op. cit. pp. 117.
- [25] **Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião do Conselho Mexicano de Assuntos Internacionais**, Brasília, 28 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exterieiros-discursos/7953-discurso-do-ministro-das-relacoes-exterieiros-embaixador-celso-amorim-no-conselho-mexicano-de-assuntos-internacionais-comexi-texto-de-base-cidade-do-mexico-28-11-2007>>. Acesso em: 21 set. 2017.
- [26] HERMANN. Breno. Op. cit.
- [27] PEIXOTO, Floriano. **Epopéia militar brasileira no Haiti**. In: HAMANN, Eduarda Passarelli; RAMIRES, Carlos Augusto (orgs.) **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2017, pp.19.
- [28] NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti**, S/2017/840, oct. 2017.
- [29] NAÇÕES UNIDAS. Op. cit. pp. 12.
- [30] O Mecanismo 2X9 reuniu chanceleres e ministros da defesa de nove países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai) para coordenar, nos primeiros anos da MINUSTAH, a ação da América Latina a respeito da situação de segurança e desenvolvimento do Haiti.
- [31] ISHITANI, Fátima Keiko. Op. cit.
- [32] *Soft power*, ou poder suave, é o termo usado na diplomacia para definir a competência de um país para conseguir o que deseja por meio de sua cultura e de sua imagem, de sorrisos e paciência, em oposição a balas e canhões. O conceito foi delineado nos anos 1990 pelo cientista político americano Joseph Nye. Não é algo concreto, não há como medi-lo em cifras, não se vende na bolsa de valores, mas é inegável.
- [33] GIANINNI, Renata Avelar. **Da política à implementação: preenchendo as lacunas para a promoção de uma abordagem de gênero no Haiti**. IN: HAMANN, Eduarda Passarelli (Org.). *Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016*. Artigo Estratégico n. 13. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2015. Disponível em: <http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/04/AE-13_Brasil-e-Haiti.pdf>. Acesso em: 12 de out. 2017.
- [34] MORAES, Maria Luisa Escorel de. FIGUEIRÔA, Christiano Sávio Barros. **Building on best practices and filling gaps to address sexual exploitation and abuse in UN peacekeeping – a view from Brazil**, 2017 (no prelo).
- [35] GIANINNI, Renata Avelar. Op. cit.
- [36] AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Projetos em execução: Brasil e Haiti**, s.d. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacao/sul/haiti>> Acesso em: 13 de out. 2017.
- [37] AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Op. cit.
- [38] THE UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Resolution 2350 (2017)**. Disponível em: [https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2350\(2017\)](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2350(2017)). Acesso em: 10 out. 2017.
- [39] MONNET, Jean. **Memórias**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.



AS OPERAÇÕES DE PAZ

Coronel Marcos Venício Mendonça

O Coronel de Infantaria Mendonça é o Chefe da Divisão de Operações de Paz da 3ª Subchefia do Comando de Operações Terrestres. Foi declarado aspirante a oficial em 1988 pela Academia Militar das Agulhas Negras. Possui os cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais; de Comando e Estado-Maior; e de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Especializou-se como paraquedista, guerreiro de selva e oficial de inteligência. No continente africano, participou de Missões das Nações Unidas em Moçambique (UN Operation in Mozambique-ONUMOZ) e na Costa do Marfim (UN Operation in Côte d'Ivoire-UNOCI). Comandou a Companhia de Comando do Comando Militar da Amazônia, em Manaus/AM, e o 41º Batalhão de Infantaria Motorizado, em Jataí/GO (marcosvenicio46@gmail.com).



Ainda durante a Segunda Guerra Mundial e sob a sombra dos horrores da Primeira Guerra Mundial (1914-1919), dois líderes mundiais conceberam uma carta onde começaram a idealizar aquilo que mais tarde seria chamado

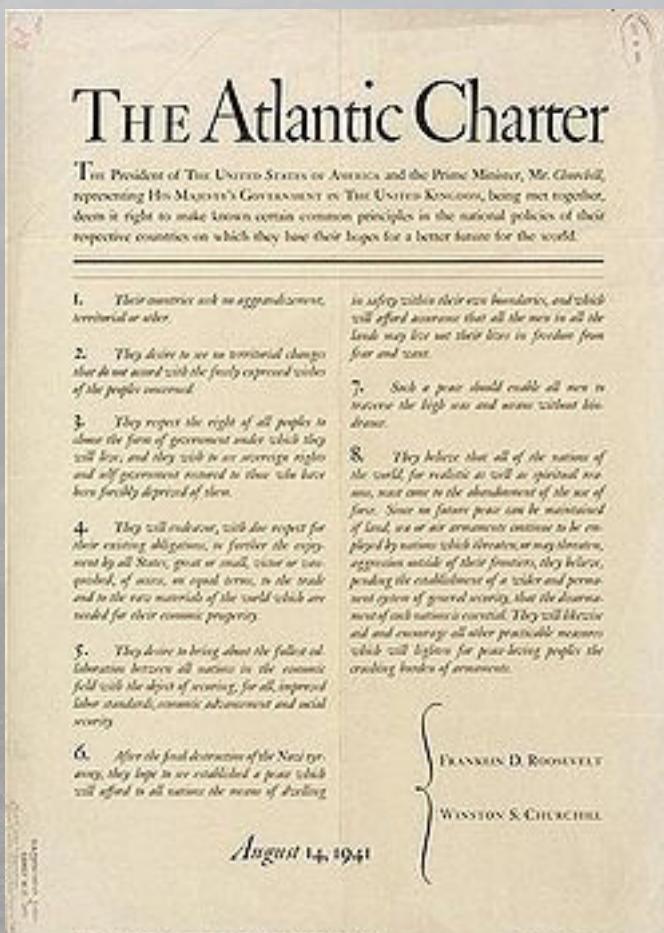
de Organização das Nações Unidas (ONU). Eram eles, o presidente norte-americano Franklin Roosevelt e o primeiro-ministro inglês Winston Churchill. Tal carta propunha um conjunto de ideias objetivando a paz e a segurança mundiais. O documento foi escrito a bordo do Navio *HMS Prince of Wales* e ficou conhecido como *The Atlantic Charter*, na Argentia, em Terra Nova, sendo emitida como declaração no dia 14 de agosto de 1941. Vinte dias depois, diversos governos interaliados aderiam unanimemente aos princípios comuns dessa carta.

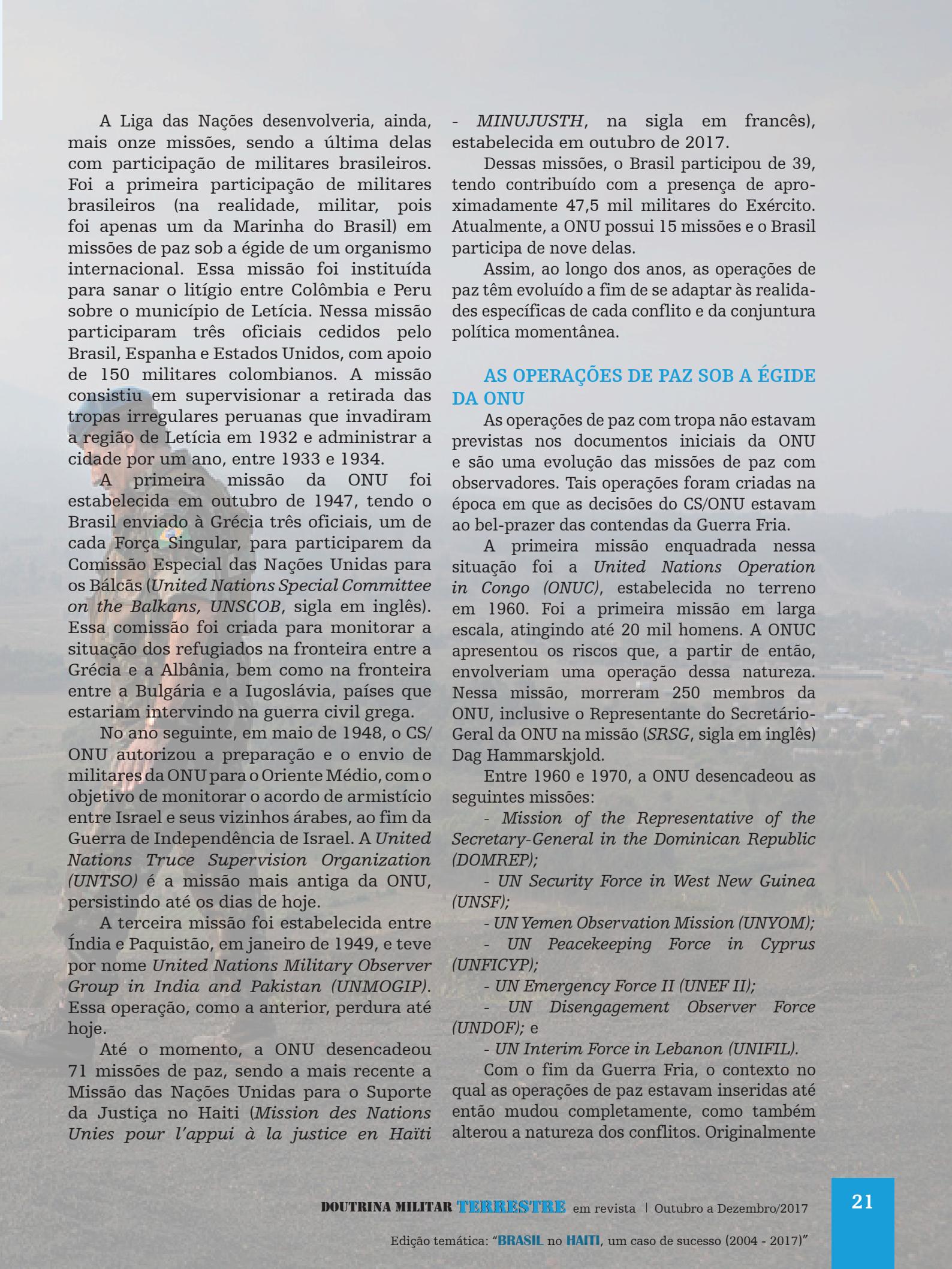
Outros acordos vieram em seguida, mas somente em 24 de agosto de 1945, na cidade de São Francisco, a ONU passou a existir realmente com cinquenta membros, incluindo o Brasil.

Desde então, a ONU vem atuando em todos os continentes a fim de solucionar contendas surgidas por atritos entre e dentro de nações, agindo antes e após tais atritos, buscando, assim, dirimir arestas entre contendores e promover a tão desejada e utópica paz mundial.

A atuação desse organismo internacional ocorre em todos os campos do poder, mas, contraditoriamente, tem sido no campo militar onde tem encontrado maior reconhecimento mundial. O Brasil foi eleito dez vezes para o Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU), e, atualmente, está empatado com o Japão como o país que tem servido o maior número de anos como membro eleito.

A primeira operação de paz no século XX ocorreu, ainda, sob a égide da Liga das Nações e foi para dirimir o litígio entre a Dinamarca e a Alemanha a respeito da Região de *Schleswig-holstein*, entre janeiro e junho de 1920. Uma região que possuía, na época, 270 mil habitantes. Para a região, foram enviados cerca de três mil homens oriundos da França e da Inglaterra. A missão era supervisionar um referendo, a respeito de quem ficaria com a região, e prover a manutenção da lei e da ordem. A Alemanha ficou com as áreas do centro e do sul do país, cabendo à Dinamarca o norte do território em disputa. Foi a primeira missão de paz bem-sucedida.





A Liga das Nações desenvolveria, ainda, mais onze missões, sendo a última delas com participação de militares brasileiros. Foi a primeira participação de militares brasileiros (na realidade, militar, pois foi apenas um da Marinha do Brasil) em missões de paz sob a égide de um organismo internacional. Essa missão foi instituída para sanar o litígio entre Colômbia e Peru sobre o município de Letícia. Nessa missão participaram três oficiais cedidos pelo Brasil, Espanha e Estados Unidos, com apoio de 150 militares colombianos. A missão consistiu em supervisionar a retirada das tropas irregulares peruanas que invadiram a região de Letícia em 1932 e administrar a cidade por um ano, entre 1933 e 1934.

A primeira missão da ONU foi estabelecida em outubro de 1947, tendo o Brasil enviado à Grécia três oficiais, um de cada Força Singular, para participarem da Comissão Especial das Nações Unidas para os Balcãs (*United Nations Special Committee on the Balkans*, UNSCOB, sigla em inglês). Essa comissão foi criada para monitorar a situação dos refugiados na fronteira entre a Grécia e a Albânia, bem como na fronteira entre a Bulgária e a Iugoslávia, países que estariam intervindo na guerra civil grega.

No ano seguinte, em maio de 1948, o CS/ONU autorizou a preparação e o envio de militares da ONU para o Oriente Médio, com o objetivo de monitorar o acordo de armistício entre Israel e seus vizinhos árabes, ao fim da Guerra de Independência de Israel. A *United Nations Truce Supervision Organization* (UNTSO) é a missão mais antiga da ONU, persistindo até os dias de hoje.

A terceira missão foi estabelecida entre Índia e Paquistão, em janeiro de 1949, e teve por nome *United Nations Military Observer Group in India and Pakistan* (UNMOGIP). Essa operação, como a anterior, perdura até hoje.

Até o momento, a ONU desencadeou 71 missões de paz, sendo a mais recente a Missão das Nações Unidas para o Suporte da Justiça no Haiti (*Mission des Nations Unies pour l'appui à la justice en Haïti*

- MINUSTAH, na sigla em francês), estabelecida em outubro de 2017.

Dessas missões, o Brasil participou de 39, tendo contribuído com a presença de aproximadamente 47,5 mil militares do Exército. Atualmente, a ONU possui 15 missões e o Brasil participa de nove delas.

Assim, ao longo dos anos, as operações de paz têm evoluído a fim de se adaptar às realidades específicas de cada conflito e da conjuntura política momentânea.

AS OPERAÇÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DA ONU

As operações de paz com tropa não estavam previstas nos documentos iniciais da ONU e são uma evolução das missões de paz com observadores. Tais operações foram criadas na época em que as decisões do CS/ONU estavam ao bel-prazer das contendidas da Guerra Fria.

A primeira missão enquadrada nessa situação foi a *United Nations Operation in Congo (ONUC)*, estabelecida no terreno em 1960. Foi a primeira missão em larga escala, atingindo até 20 mil homens. A ONUC apresentou os riscos que, a partir de então, envolveriam uma operação dessa natureza. Nessa missão, morreram 250 membros da ONU, inclusive o Representante do Secretário-Geral da ONU na missão (SRSG, sigla em inglês) Dag Hammarskjold.

Entre 1960 e 1970, a ONU desencadeou as seguintes missões:

- *Mission of the Representative of the Secretary-General in the Dominican Republic (DOMREP)*;
- *UN Security Force in West New Guinea (UNSF)*;
- *UN Yemen Observation Mission (UNYOM)*;
- *UN Peacekeeping Force in Cyprus (UNFICYP)*;
- *UN Emergency Force II (UNEF II)*;
- *UN Disengagement Observer Force (UNDOF)*; e
- *UN Interim Force in Lebanon (UNIFIL)*.

Com o fim da Guerra Fria, o contexto no qual as operações de paz estavam inseridas até então mudou completamente, como também alterou a natureza dos conflitos. Originalmente

desenvolvidas como uma maneira de lidar com conflitos internacionais, as operações de paz passaram a atuar cada vez mais em conflitos intranacionais e guerras civis.

Após a queda do muro de Berlim e o início do século XXI, ocorreu um rápido aumento do número de operações de paz. Tal aumento ocorreu devido à necessidade de intervenção da ONU para dirimir os conflitos internos que emergiram, a partir do fim do colonialismo e da extinção da influência que era exercida pela antiga União Soviética, principalmente sobre os países africanos. Esse novo espectro fez a ONU



mudar seu modo de agir, vindo a impor a paz.

Entre 1989 e 1994, o CS/ONU autorizou um total de 20 novas operações de paz, aumentando o número de militares envolvidos nessas operações de 11 mil para 75 mil homens.

Nesse período, a ONU estabeleceu as seguintes missões:

- *UN Angola Verification Mission I (UNAVEM I);*
- *UN Angola Verification Mission II (UNAVEM II);*
- *UN Transitional Authority in Cambodia (UNTAC);*
- *UN Observer Mission in El Salvador (ONUSAL);*
- *UN Operation in Mozambique (ONUMOZ); e*
- *UN Transition Assistance Group (Untag), na Namíbia.*

Na primeira metade dos anos 90, derivando dos sucessos anteriores, surgem as operações de imposição de paz com mandatos menores voltados tão somente para a imposição da paz, com

recursos financeiros mais limitados, atribuindo assim capacidades além das possibilidades dos operadores da paz.

Desta forma, são estabelecidas missões onde os conflitos ainda estavam a decorrer e não havia paz para manter:

- *UN Protection Force (UNPROFOR), na antiga Iugoslávia;*
- *UN Assistance Mission for Rwanda (UNAMIR); e*
- *UN Operation in Somalia II (UNOSOM II).*

Pelos poucos resultados obtidos, pela quantidade de baixas e por não conseguir evitar o genocídio de milhares de seres humanos, essas três operações foram cercadas de críticas e ceticismo. A ONU e seus representantes enfrentaram situações inusitadas, falhando nos acordos de paz entre as partes, pois não possuíam e nem providenciaram o aporte político necessário. O número de vítimas civis chegou a um nível elevado e as hostilidades continuaram. A reputação da ONU sofreu fortes arranhões.

Em outras regiões do mundo, as crises não haviam acabado e a ONU era “chamada” a intervir, continuadamente. Na segunda metade dos anos 90, o CS/ONU autorizou:

- *UN Angola Verification Mission III (UNAVEM III);*
- *UN Observer Mission in Angola (MONUA);*
- *UN Mission in Bosnia and Herzegovina (UNMIBH);*
- *UN Confidence Restoration Operation in Croatia (UNCRO);*
- *UN Transitional Administration for Eastern Slavonia, Baranja and Western Sirmium (UNTAES);*
- *UN Civilian Police Support Group (UNPSG);*
- *UN Preventive Deployment Force (UNPREDEP), na antiga Iugoslávia e Macedônia;*
- *UN Verification Mission in Guatemala (MINUGUA);*
- *UN Support Mission in Haiti (UNSMIH);*
- *UN Transition Mission in Haiti (UNTMIH); e*
- *UN Civilian Police Mission in Haiti (MIPONUH).*

Nos estertores do século XX e início do XXI, a ONU reavaliou seu papel no mundo, reexaminando os desafios das missões de paz ocorridas na década anterior e realizando as

reformas necessárias. Seu objetivo maior foi robustecer sua própria capacidade de manejá-las e sustentar suas operações em campo de forma mais eficaz.

Após esse revisionismo, a ONU obteve um bom entendimento de seus limites e da importância de ser mais eficaz em suas ações, a fim de poder desenvolver tarefas mais complexas. Com isso, esse organismo iniciou uma nova fase em suas missões de campo. Na prática, tal mudança ocorreu em 1999, quando a ONU auxiliou no nascimento de um novo país, o KOSOVO, originado do conflito ocorrido na ex-antiga Iugoslávia, por meio da *United Nations Interim Administration Mission in Kosovo (UNMIK)*, e no Timor Leste, por meio da *United Nations Transitional Administration In East Timor (UNTAET)*. Esta missão originou-se a partir do processo de independência do Timor Leste do julgo da Indonésia.

As contendas, a violência e a necessidade de auxílio aos povos menos assistidos não permitiram à ONU gastar muito tempo em seu revisionismo. Dessa forma, nos anos seguintes, o CS/ONU estabeleceu um grande número de missões complexas, em diversos países africanos e no Oriente Médio:

- *UN Operation in Burundi (ONUB);*
- *UN Mission in the Central African Republic and Chad (MINURCAT);*
- *UN Operation in Côte d'Ivoire (UNOCI);*
- *UN Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUC);*
- *UN Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUSCO);*
- *UN Mission in Ethiopia and Eritrea (UNMEE);*
- *UN Mission in Liberia (UNMIL);*
- *UN Mission in Sierra Leone (UNAMSIL);*
- *UN Mission in the Sudan (UNMIS) in the south of the country and African Union;*
- *UN Hybrid Operation in Darfur (UNAMID);*
- *UN Interim Security Force for Abyei (UNISFA);*
- *UN Mission in the Republic of South Sudan (UNMISS); e*
- *UN Supervision Mission in Syria (UNSMIS).*

Por necessidade ou falta de planejamento,

houve o imperativo de reformular algumas outras missões, a fim de concluir operações vitais de manutenção e construção de paz onde essa, pela fragilidade, havia se fragmentado:

- *UN Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti (MINUSTAH); e a*
- *UN Integrated Mission in Timor-Leste (UNMIT).*

Em 2014-2015, a ONU foi mais duas vezes obrigada a intervir, estabelecendo novas missões na República do Mali e na República Centro Africana.

Em outubro de 2017, a bem-sucedida *MINUSTAH* foi extinta, dando lugar à *MINUJUSTH*.

A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA SOB A ÉGIDE DA ONU

United Nations Emergency Force I (UNEF I)

O Brasil participou da *United Nations Emergency Force I (UNEF I)*, estabelecida em 1956, a fim de resolver a crise na região do Canal de Suez, entre o Estado de Israel, o Egito e seus vizinhos árabes, deflagrada naquele mesmo ano. Enviamos para essa missão, entre 1957 e 1967, o efetivo de um batalhão.

O Batalhão Suez foi composto por 20 Contingentes do Exército Brasileiro. O Destacamento Precursor, composto por cerca de 80 sapadores, embarcou para a região, em janeiro de 1957, em avião da Força Aérea Americana. O grosso do batalhão foi transportado para Suez a bordo do navio Custódio de Melo, da Marinha do Brasil, e desembarcou em *Port Said*, em 4 de fevereiro de 1957.

As forças brasileiras ficaram estacionadas próximas à cidade de *Rafah*, instalando sua base num antigo forte inglês nas imediações da cidade, próximo à Faixa de Gaza. Sua principal missão na região foi patrulhar as fronteiras da linha de demarcação entre árabes e israelenses e limpar os campos de minas no deserto subjacente. O revezamento das tropas do contingente brasileiro ocorria de sete em sete meses.

Cerca de seis mil homens participaram do Batalhão Suez, em sistema de revezamento, durante seus dez anos de presença no Sinai. O retorno definitivo das forças ao Brasil se deu em 13 de junho de 1967, após a Guerra dos Seis Dias.

Em 1988, a UNEF recebeu a outorga do Prêmio Nobel da Paz, "Os boinas azuis da paz".

Sete soldados brasileiros morreram na missão, seis por acidentes e "fogo amigo" e um envolvido em troca de tiros entre árabes e israelenses, nas proximidades do campo brasileiro.

United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ) – MOÇAMBIQUE

A ONUMOZ foi estabelecida para implementar o acordo geral de paz, assinado em outubro de 1992 pelo Presidente da República de Moçambique e o Presidente da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). O mandato incluía o monitoramento do cessar-fogo, a retirada de tropas estrangeiras, a segurança dos corredores de transporte e a verificação do processo eleitoral.

De janeiro de 1993 a dezembro de 1994, o Brasil contribuiu para a missão com um total de 26 observadores militares, 67 observadores policiais e, a partir de julho de 1994, com uma companhia de infantaria, composta de 170 militares. O Brasil cedeu também o *Force Commander* da ONUMOZ de fevereiro de 1993 a fevereiro de 1994.

A tropa chegou a Moçambique em três escalões. Um escalão precursor de aeronave C-139, um escalão aéreo, em aeronave KC-137 da Força Aérea Brasileira, e um escalão no navio de desembarque de docas CEARÁ.

Foi a primeira vez na história militar brasileira que o Brasil desdobrou tropas em outro continente com meios de suas próprias Forças Armadas, demonstrando ao mundo a capacidade brasileira de projetar poder em pouco período de tempo.

Após 18 dias de mar, a tropa chegou ao porto de Beira, a segunda maior cidade moçambicana. De lá, após se reunir com o escalão aéreo, partiu em um comboio para a região central do país, chamada Zambézi, instalando-se ao lado de uma pista de pouso feita de terra, na cidade de Mocuba. A missão brasileira permaneceu naquele local até novembro de 1994, realizando principalmente missões de patrulhamento de estradas, escolta de comboios, destruição de munição da guerrilha e destruição de armamento e munição.

United Nations Angola Verification Mission

(UNAVEM) – ANGOLA

A UNAVEM I foi estabelecida em dezembro de 1988. O Brasil contribuiu com oito observadores militares para essa missão, de janeiro de 1989 a maio de 1991 (término do mandato). Além disso, durante todo o mandato da UNAVEM I, o comando do contingente de 70 observadores militares da ONU foi realizado por um oficial-general brasileiro.

Além do comandante dos observadores militares, a participação brasileira na UNAVEM I (Angola, 1989-1991) foi até mesmo simplória, pois forneceu apenas 16 militares (observadores militares e equipe médica do Exército).

A UNAVEM II foi estabelecida em maio de 1991. O Brasil também contribuiu para essa missão até o seu término em fevereiro de 1995, fornecendo um total de 120 brasileiros, entre civis e militares que atuaram em Angola sob a égide da ONU. Foram oito observadores militares, nove observadores policiais e uma unidade médica.

Com a finalidade de monitorar as eleições em setembro de 1992, foram enviados, ainda, quatro observadores eleitorais (funcionários do Tribunal Superior Eleitoral). O País continuou exercendo o comando do contingente de observadores militares da ONU, de maio a setembro de 1991.

A UNAVEM III foi estabelecida para ajudar o governo de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), a restabelecer a paz e lograr a reconciliação nacional. Nessa missão, a participação brasileira foi ainda mais significativa. De agosto de 1995 a julho de 1997, o Brasil contribuiu com um batalhão de infantaria (800 homens), uma companhia de engenharia (200 homens), dois postos de saúde avançados (40 militares de saúde, entre médicos, dentistas, farmacêuticos e auxiliares de saúde) e, aproximadamente, 40 oficiais para o estado-maior do comando das forças militares da UNAVEM III.

Durante todo o período da missão, o Brasil também contribuiu com uma média de 14 observadores militares e 11 observadores policiais, chegando a ser o maior contribuinte com tropas na UNAVEM III que, durante quase dois anos, foi a maior operação de paz da ONU. A participação brasileira nessa missão fez com

que o Brasil ocupasse, no início de 1996, a posição de quarto maior contribuinte com tropas para operações de paz da ONU.

United Nations Integrated Mission in Timor-Leste (UNMIT)

Em 1999, previamente ao estabelecimento da UNMIT, o Brasil cedeu, com a autorização do Congresso Nacional, um pelotão de polícia do exército, com o efetivo um pouco maior que o doutrinário, e um oficial de estado-maior, a fim de compor uma força multinacional destinada a intervir no Timor Leste, com período de duração estimado em quatro meses.

A situação de segurança daquele país se degenerou e o CS/ONU, em setembro de 1999, com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, aprovou a Resolução nº 1264, na qual os estados membros da força multinacional original foram autorizados a compor uma operação de paz para intervir no Timor Leste e tomar todas as medidas necessárias para impor a paz. A participação brasileira teve 11 contingentes e terminou em 2005.

United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL)

A UNIFIL foi estabelecida para confirmar a retirada das forças israelenses do sul do Líbano, devolver a paz e a segurança regional e assistir o Governo Libanês na retomada da sua autoridade na região. Em 2006, após a 2ª Guerra do Líbano, a missão teve seu mandato ampliado, a fim de atender a novas necessidades e foi reforçada por novos contingentes.

Em atendimento à solicitação do Governo Libanês, foi criada de acordo com a Resolução 1.701/2006 do CS/ONU, a força-tarefa marítima (*Maritime Task Force – MTF* sigla em inglês), pertencente à UNIFIL e subordinada ao Force Commander. Suas missões foram: por meio de operações de interdição marítima, evitar a entrada pelo mar de armamento não autorizado e auxiliar

a Marinha Libanesa no treinamento de pessoal, afim de que ela fosse capaz de controlar suas águas territoriais no futuro.

A UNIFIL foi a primeira e a única Missão de Paz da ONU a contar com uma força-tarefa marítima, atualmente comandada pela Marinha do Brasil. O primeiro navio de guerra da Marinha do Brasil incorporado a uma missão de paz da ONU ocorreu no dia 14 de novembro de 2011. A incorporação da F45 (Fragata União) foi um fato marcante para a história militar brasileira.

Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti (MINUSTAH)

Em fevereiro de 2004, após grave crise político-humanitária e após o insucesso de quatro missões consecutivas, a ONU estabeleceu a MINUSTAH.

O Brasil aceitou de pronto o desafio e, em maio de 2004, o primeiro escalão chegou a Porto Príncipe, capital haitiana. Era o início de uma epopeia que movimentou mais de 36 mil brasileiros, 11 *force commanders* e 26 contingentes.

A missão do Haiti trouxe desafios logísticos e operacionais que

mudaram a face do Exército Brasileiro. Naquele território caribenho, enfrentamos gangues, um terremoto de grande magnitude e furacões; pacificamos o país e ajudamos humanitariamente milhões de desassistidos.

Foi a única missão da história da ONU onde o braço militar foi sempre chefiado por militares de uma mesma nacionalidade, no caso, a brasileira.

OUTRAS PARTICIPAÇÕES BRASILEIRAS

Força Armada Interamericana do Brasil - FAIBRAS (1965-1966)

Pelo Decreto nº 56.308, de 21 de maio de 1965, o Congresso Nacional autorizou a constituição da FAIBRAS para integrar a Força Interamericana de Paz (FIP), sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O comando da FIP foi sucessivamente exercido por dois generais brasileiros, o General



Hugo Panasco Alvim e o General Álvaro da Silva Braga.

Além do comandante – o então Coronel Carlos de Meira Matos – e de seu estado-maior, a FAIBRAS era constituída por um Batalhão do Regimento Escola de Infantaria, o I/RESI, com 840 homens, e por um grupamento de Fuzileiros Navais do Batalhão Riachuelo, composto de uma companhia reforçada, um pelotão de polícia e um grupo de apoio logístico, totalizando 270 profissionais. No dia 27 de maio de 1965, a FAIBRAS concluiu sua concentração na capital dominicana, Santo Domingo.

Inicialmente, o contingente brasileiro esteve diretamente subordinado ao Comando da FIP, assim como todos os outros contingentes estrangeiros. Mas essa estrutura foi logo modificada e a FIP passou a enquadrar dois grupamentos de forças: o primeiro, chamado Forças dos EUA na República Dominicana (*USFORDOMREP*), que reunia os efetivos norte-americanos; o segundo, a Brigada Latino-Americana, que enquadrava todos os outros contingentes. Em razão de o contingente do Brasil ser maior que todos os outros enviados por países latino-americanos, o comando da Brigada Latino-Americana coube, cumulativamente, ao Comandante da FAIBRAS. Em 1965 e 1966, ao longo de dezesseis meses, mais de três mil militares brasileiros cooperaram com outros contingentes americanos para restabelecer a normalidade político-social naquele país caribenho.

Missão de Observadores Militares Equador-Peru – MOMEPE (1995-1999)

A MOMEPE atuou entre março de 1995 e junho de 1999, na região disputada por Equador e Peru. Tratava-se de uma área de selva no Vale do Rio Cenepa, onde inexistiam marcos fronteiriços até então. Composta por militares de Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos, a missão teve por meta a separação das forças em guerra e a efetivação do cessar-fogo que permitisse o desenvolvimento das negociações diplomáticas.

A Missão caracterizou-se como uma iniciativa regional, sem a participação da ONU, que tradicionalmente arregimenta as forças multinacionais de paz, ou da OEA, que costuma se posicionar em momentos de crise internacional nas Américas. Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos já eram mediadores antigos dessa histórica disputa territorial entre Equador e Peru, o que fez com que os países em conflito optassem por uma solução local.

Em que pese os Estados Unidos não fazerem parte da conformação regional da América do Sul, essa ação conjunta dos exércitos argentino, brasileiro, chileno e norte-americano (que contou, ainda, a partir de sua fase intermediária, com a participação de militares equatorianos e peruanos), estabeleceu um precedente para a cooperação militar na região para além do âmbito dos tradicionais exercícios militares. Tanto mais importante para o Brasil, que exerceu um papel central através da coordenação geral das operações. Ao longo dos quatro anos e meio de existência, a MOMEPE contou com 10 coordenadores gerais, todos generais-de-divisão brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história da ONU, o Brasil tem participado com militares em missões individuais, tropa, policiais, e civis a serviço daquele organismo.

Apesar das missões com tropa serem mais significativas por trazerem mais visibilidade e dividendos ao país, não podemos nos esquecer da importância das missões individuais de nossos militares. Pulverizando militares em nove das quinze missões de paz atuais, disseminamos e mostramos ao mundo a qualidade do militar brasileiro, sua capacidade de trabalho, sua

dedicação e seu alto valor profissional. Esses valorosos militares se dedicam diuturnamente em um ambiente multicultural, muitas vezes estranho à sua formação, elevando, assim, aos poucos, o nome do Brasil perante a comunidade internacional.

As missões com tropa, como um capítulo à parte na historiografia militar brasileira, projetam o nome do Brasil no ambiente ONU, trazendo ao país mais voz ativa nas mesas de negociação daquele organismo, gerando expectativa na atuação das tropas de nosso país, toda vez que abre ou se expande uma missão de paz.

Sem dúvida, os dividendos colhidos com a participação de tropas brasileiras em missões de paz vão além do campo político e o Haiti é um bom exemplo disso.

Ao acompanhar os treze anos da *MINUSTAH*, observamos sua consequência no dia a dia de nossa Força, desde a melhora no uniforme e equipamento de nosso soldado, ao

aperfeiçoamento de nossos processos logísticos intra e extraterritoriais, com a criação de novas estruturas.

No Haiti deixamos nosso coração e nossa alma por meio da identificação de nosso soldado com o sofrimento do povo haitiano. Nossa modo de equilibrar o braço-forte e a mão-amiga serviu de inspiração para que Edmund Mullet, ex-representante do Secretário-Geral da ONU naquela missão, cunhasse o termo *Brazilian Soft Power* [*].

O sucesso da missão de paz do Haiti está intimamente ligado à bem-sucedida participação dos militares brasileiros na *MINUSTAH*, o que, aliado a todas as demais participações brasileiras com tropa em missões de paz sob a égide da ONU, elevou o respeito internacional pelas nossas tropas que passaram a ser consideradas como uma das melhores em missões de paz do mundo.

Sem dúvida, o Brasil e nosso soldado merecem, e muito, essa deferência.

REFERÊNCIAS

- Exército Brasileiro, COTER. **Palestra da Divisão de Missão de Paz**. Brasília-DF, 2013
_____. **Histórico do Haiti**. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/web/haiti/historico>>. Acesso em 04 abr 14
- DPKO/ONU. **Current Peacekeeping Operations**. Disponível em <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/current.shtml>>. Acessado em 04 abr 14.
- _____. **Past Peacekeeping Operations**. Disponível em <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/past.shtml>>. Acessado em 04 abr 14.
- _____. **Peacekeeping Operations Budget**. Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/C.5/68/21>. Acessado em 23 abr 14.
- _____. **Ranking of Military and Police Contributions to UN Operations**. Disponível em <https://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2014/mar14_2.pdf>. Acessado em 02 mai 14.
- GIANNINNI, R. **O Brasil em Missões de Paz – contribuições e desafios**. Carta Capital. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/o-brasil-em-missoes-de-paz-contribucoes-e-desafios-4118.html>>. Acessado em 22 abr 14.
- JUNIOR, A.O.; GÓES, F.L. **A presença Brasileira em Operações de Paz da ONU**; Rio de Janeiro-RJ, IPEA, 2010
- KENKEL, K. M., DE MORAES, R. F. (Org). **O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado – Entre a tradição e a inovação**; Rio de Janeiro-RJ, IPEA, 2012.
- MRE e FONTOURA, P. R. C. T. da, **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**, Brasília, Editora Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 1999, p. 201.

NOTA

[*] *Soft power*, ou poder suave, é o termo usado na diplomacia para definir a competência de um país para conseguir o que deseja por meio de sua cultura e de sua imagem, de sorrisos e paciência, em oposição a balas e canhões. O conceito foi delineado nos anos 1990 pelo cientista político americano Joseph Nye. Não é algo concreto, não há como medi-lo em cifras, não se vende na bolsa de valores, mas é inegável.



AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS NO HAITI: IMPRESSÕES SOB AS PERSPECTIVAS ESTRATÉGICA E OPERACIONAL

General de Divisão Fernando Rodrigues Goulart

O General de Divisão Goulart é o Vice-Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Foi declarado aspirante a oficial de Infantaria pela Academia Militar das Agulhas Negras em 1980. Doutor em ciências militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com especialização na Academia de Comando das Forças Armadas da Alemanha, comandou o 62º Batalhão de Infantaria (Joinville, SC). Esteve a serviço da ONU em Moçambique, no Nepal e em Nova Iorque. Como oficial-general, comandou a 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, a Força de Paz das Nações Unidas na MINUSTAH (Haiti) e a 6ª Divisão de Exército. Foi Subchefe do COTER e Chefe do Centro de Coordenação de Operações do CMS (frgoulart@hotmail.com).



A participação militar brasileira no processo de estabilização no Haiti foi peculiar em vários aspectos, alguns dos quais marcantes para a evolução do Brasil no tocante às operações de manutenção da paz e para a projeção do país como parceiro relevante da Organização das Nações Unidas (ONU) na preservação da paz e da segurança internacionais.

O primeiro aspecto singular que destaco foi o cumprimento de uma missão sob amparo do capítulo 7 da Carta das Nações Unidas, evocado na Resolução 1542, de 30 de abril de 2004, por meio da qual o Conselho de Segurança (CS) da ONU criou a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti - MINUSTAH*, sigla em francês). Ao referir-se ao dispositivo da carta que regula as ações relativas às ameaças à paz e aos atos de agressão, o CS/ONU sinalizou para a necessidade de a missão empregar a força além da autodefesa, de modo que as tarefas de interromper a violência que reinaava no país caribenho e de lograr sua estabilização pudessem ser cumpridas.

Outra peculiaridade foi o fato de o Comandante da Força de Paz (*Force Commander*) ter sido sempre um oficial-general brasileiro. Foi uma situação excepcional, pois a regra do Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (*Department of Peacekeeping Operations - DPKO*, sigla em inglês) é que os países contribuintes com os maiores contingentes de tropa de uma missão de paz se revezem no exercício de sua liderança militar. No caso da MINUSTAH, a prerrogativa do Brasil decorreu de negociações político-diplomáticas e do reconhecimento, por parte do Secretariado das Nações Unidas e de relevantes estados membros da organização, que a liderança brasileira contribuiria de forma significativa para o processo de paz haitiano. Com isso, o Brasil, por meio dos *Force Commanders*, influenciou significativamente no cumprimento do mandato e na estratégia da missão de paz.

O engajamento na MINUSTAH de um grande número de tropas latino-americanas também singularizou essa missão. Isso facilitou muito as interações entre o *Force Commander* e seus comandantes subordinados e entre o estado-maior da Força de Paz e os estados-maiores das unidades, além de ter influenciado positivamente o trabalho coordenado entre os batalhões e as companhias de infantaria.

Por fim, deve-se mencionar que, no Haiti, as operações contra elementos adversos ocorreram quase que exclusivamente em ambiente urbano, onde as gangues de criminosos eram verdadeiras "guerriças" em fase avançada de atuação. Assim, depois de as operações nos primeiros anos da missão terem assumido características de verdadeiros combates em localidade, as ações passaram a se assemelhar a operações tipo polícia, nas quais foi sendo dado à Polícia Nacional do Haiti (PNH) papel cada vez mais relevante. Essa foi uma estratégia de

"empoderar" e conferir à polícia haitiana, gradativamente, responsabilidade crescente pela segurança pública em seu próprio país.

Nesse artigo, proponho relatar brevemente impressões pessoais e experiências colhidas nos níveis estratégico (QG da ONU) e operacional (QG do componente militar) sobre a participação militar brasileira na pacificação do Haiti.

A MINUSTAH ANTES DE MEU ENVOLVIMENTO COM A MISSÃO

De meados de 2005 ao início de 2008, depois de um período inicial de ajustamento ao novo ambiente operacional, a Força de Paz da ONU realizou diversas operações a fim de retomar, para o Estado haitiano, áreas que estavam sob controle de gangues de criminosos, particularmente em Porto Príncipe. Tais áreas vieram a ser controladas à custa de intensos combates, nos quais as tropas brasileiras tiverem papel de destaque. A ocupação pela Força de Paz de pontos fortes selecionados, com dominância de vistas e fogos sobre a área circundante, como o Forte Nacional, em *Bel Air*, a "Casa Azul" ou Ponto Forte 22, em *Cité Soleil*, e outros mais, foi um procedimento tático importante para a pacificação das áreas críticas. Além disso, a mudança do conceito operacional inicial, que dividia Porto Príncipe em setores, para o de subordinar os batalhões de infantaria diretamente ao *Force Commander* levou a uma maior agilidade na execução das operações e permitiu o reajuste das áreas de responsabilidade. Com isso, as áreas conflagradas foram retiradas de tropas que vinham apresentando baixo rendimento e entregues a unidades eficientes. Tal modificação permitiu, por exemplo, que o Batalhão Brasileiro de Força de Paz (*Brazilian Battalion - BRABAT*, sigla em inglês) passasse a atuar em *Cité Soleil* e lograsse, finalmente, a pacificação dessa área.

Em abril de 2008, o Haiti foi afetado por uma série de protestos extremamente violentos, causados pela chamada *La Vie Chère*, isto é, pelo aumento substancial do custo de vida. Os motins, ataques ao governo e quebra-quebras causaram mortes, centenas de feridos, saques generalizados e grande destruição, levando

à queda do primeiro-ministro haitiano. Esse mesmo ano traria ainda outras tragédias para o país, como os sucessivos impactos de três furacões (*Gustav, Hannah e Ike*) sobre a ilha, que afetaram cerca de um milhão de pessoas e deixaram mais de mil mortos.

Em maio de 2008 iniciei, no nível estratégico, meu trabalho com a *MINUSTAH*, por ter assumido no QG da ONU, como coronel, a função de Oficial de Ligação do escritório de assuntos militares junto à divisão da Europa e América Latina do escritório de assuntos políticos do *DPKO*. A próxima missão que me permitiria acompanhar a presença militar brasileira no Haiti seria no teatro de operações, como *Force Commander*, a qual desempenhei por um ano, a partir de março de 2012.

O COMPONENTE MILITAR DA MINUSTAH E A CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA VISTOS DO DPKO

A partir do final de 2008, fruto das intensas operações de combate realizadas e da neutralização e prisão de um grande número de criminosos, os confrontos sustentados com bandos armados deram lugar a enfrentamentos mais esporádicos que, via de regra, terminavam com a prisão ou fuga dos criminosos. Além disso, a PNH, já melhor estruturada e com efetivo crescente, passou a ser empregada cada vez mais nas operações de segurança, em conjunto com os componentes militar e policial da *MINUSTAH*.

Trabalho conjunto entre o Componente Militar, o Componente Policial e a PNH

Nessas operações conjuntas, a PNH era orientada pelos oficiais da Polícia da ONU (*United Nations Police – UNPOL*, sigla em inglês). Para coordenar e regular as ações, o componente militar propôs e o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU (*Special Representative of the Secretary General - SRSG*, sigla em inglês) aprovou, em setembro de 2009, Normas Gerais de Ação (NGA), destinadas a estabelecer as bases da atuação conjunta da PNH, das Unidades de Polícia Formada da ONU (*Formed Police Units - FPU*) e do componente militar. Essas NGA para o trabalho integrado,

denominadas em inglês de *Integrated Military / Police Standard Operating Procedures (iSOP)*, prescreviam:

- A responsabilidade das polícias do Haiti e da ONU de se engajarem, nessa sequência, para dar resposta a incidentes de segurança pública (primeiro e segundo níveis de resposta, respectivamente).

- A intervenção do componente militar como último nível de resposta, a ser aplicado caso os elementos policiais não lograssem resolver o problema.

- A atuação da PNH, da *UNPOL* e do Componente Militar com base na coordenação de ações.

- Protocolos para a definição da responsabilidade de comando e controle para incidentes em que mais de um elemento se engajavam. Via de regra, tropas militares evitavam se engajar em incidentes sob controle da PNH ou da *UNPOL*, somente o fazendo mediante ordem superior ou a pedido dos elementos policiais. Por outro lado, quando o comandante militar presente no local engajava sua tropa, ele assumia o comando e o controle da ação, inclusive com autoridade sobre os efetivos policiais.

- Caso estivesse no controle de um incidente, o comandante militar passava a responsabilidade pela ação ao elemento policial assim que este chegasse ao local, mantendo então sua tropa em condições de voltar a atuar, se fosse o caso.

As NGA de trabalho integrado tiveram efeitos muito positivos e foi um dos fatores de êxito da *MINUSTAH*, constituindo-se em experiência que pode ser aplicada a situações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Brasil, quando não ocorrer a subordinação dos efetivos policiais ao comandante militar durante toda a operação.

O TERREMOTO E SEUS ENSINAMENTOS

Apesar de todas as dificuldades, o Haiti registrava um discreto crescimento no final de 2009 e o *DPKO* já preparava planos para a redução gradativa e sustentada do componente militar, quando o terremoto de 12 de janeiro de 2010, se abateu sobre o país. O número de mortos atingiu 200 mil pessoas (mais do que a soma das fatalidades causadas pelas duas bombas atômicas lançadas sobre o Japão durante a Segunda Guerra Mundial). Milhares de moradias e boa parte da infra-estrutura do país foi destruída ou seriamente danificada.

O ambiente de segurança deteriorou-se de forma significativa, não só porque efetivos da PNH foram vitimados pelo terremoto ou por criminosos que escaparam das prisões, mas principalmente pelo surgimento de imensos campos de desabrigados. Como uma das primeiras medidas de resposta, o Secretário-Geral propôs e o CS/ONU acatou o aumento dos efetivos dos componentes militar e policial da *MINUSTAH* em 2 mil e 1,5 mil indivíduos, respectivamente. O controle e a manutenção da segurança nos campos de desabrigados e a intensificação do pa-

trulhamento e do policiamento na semi devastada cidade de Porto Príncipe e outras pelo país passaram a ser importantes tarefas a cumprir, assumidas particularmente pelo componente militar. De forma providencial, quatro novas companhias de engenharia somaram-se às duas subunidades originais para remover escombros, reparar estradas e pontes, apoiar o reparo e a reconstrução de escolas, hospitais e até moradias.

É importante destacar que, após o terremoto e a consequente crise humanitária que se seguiu, a impressão que o Brasil e suas Forças Armadas tinham no âmbito do Secretariado da ONU melhorou ainda mais. Entre os fatos que contribuíram para isso, merecem ser destacados:

- a contribuição do *BRABAT* para trazer

O ambiente de segurança deteriorou-se de forma significativa, não só porque efetivos da Polícia Nacional do Haiti foram vitimados pelo terremoto ou por criminosos que escaparam das prisões, mas principalmente pelo surgimento de imensos campos de desabrigados.

ao grupo de gerenciamento de crise formado no QG da ONU as primeiras informações sobre o estado da missão de paz e do Haiti. Logo após o terremoto, em decorrência do desabamento do QG da MINUSTAH e do colapso no sistema local de comunicações, as ligações via telefone foram interrompidas.

Durante as primeiras horas da crise, a única fonte de informação confiável sobre a situação no terreno foi o BRABAT, cujo centro de comunicações foi conectado com a sala de controle do grupo de gerenciamento de crise, no qual tinham assento o Chefe do DPKO, o Chefe do Departamento de Apoio ao Campo (*Department of Field Support – DFS*, sigla em inglês), o Conselheiro Militar do DPKO e outras autoridades do Secretariado;

- o apoio consistente e imediato do BRABAT às atividades de busca e salvamento, ao atendimento de feridos e à manutenção da segurança na capital haitiana;

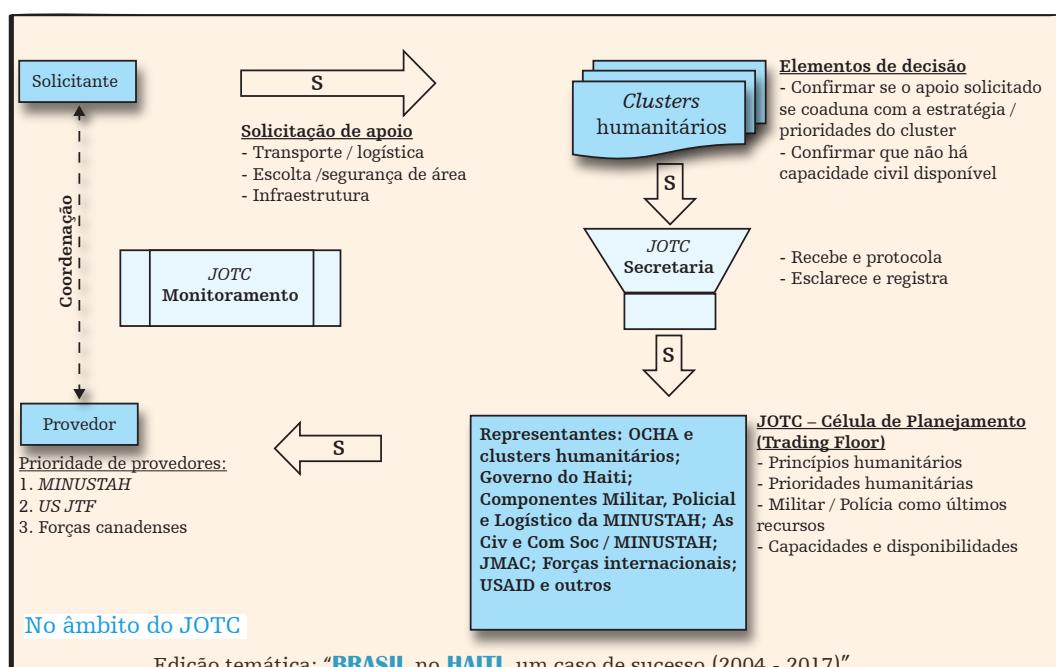
- o envio por parte do governo brasileiro, em prazo muito curto, de mais um batalhão de infantaria de força de paz ao Haiti.

O Secretariado e o sistema ONU reagiram muito rápido à catástrofe. Dois grupos de gerenciamento de crise foram imediatamente estabelecidos, um no QG da ONU (nível estratégico) e outro na MINUSTAH, denominado Comitê de Gerenciamento de Operações de Emergência (*Emergency Operations Management Committee – EOMC*). Um novo QG de missão foi ativado na Base Logística da ONU e uma nova equipe de liderança foi despachada para o Haiti, a fim de substituir o SRSG, o *Deputy SRSG* (o brasileiro Luiz Carlos da Costa) e os chefes de componentes civis que haviam sido vitimados pelo terremoto.

Com a chegada ao Haiti de dezenas de agentes e organizações humanitárias de vários países, a demanda sobre a MINUSTAH para apoiar seu trabalho, aumentou enormemente e tornou-se caótica. Foi então ativado, no dia 23 de

janeiro, o Centro de Operações Conjuntas e Distribuição de Tarefas (*Joint Operations and Tasking Centre – JOTC*, sigla em inglês), que veio a se constituir em um órgão fundamental para organizar o apoio aos agentes humanitários e auxiliar o país na resposta ao terremoto.

O estabelecimento do JOTC foi acordado entre a MINUSTAH, o Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários (*Office for the Coordination of Humanitarian Affairs - OCHA*, sigla em inglês) e as agências, fundos e programas da ONU envolvidas na ajuda humanitária (Programa Mundial da Alimentação, Organização Mundial da Saúde, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e outros). O Centro foi composto por representantes dos componentes militar, policial, logístico, de segurança e de assuntos civis da MINUSTAH; por representantes das forças internacionais de apoio (força tarefa conjunta norte-americana e a força tarefa canadense) e por integrantes do OCHA e das agências líder dos diferentes “clusters” humanitários [1]. Sua missão principal era centralizar o planejamento do apoio à ajuda humanitária e otimizar tais operações. Para tanto, considerava as demandas e os provedores existentes, planejando e distribuindo as tarefas de forma a lograr o uso mais racional possível dos meios disponíveis. Os esquemas a seguir indicam a dinâmica de trabalho e o tratamento dos pedidos de apoio no âmbito do JOTC.



JOTC: Processamento de pedidos e notificações de atendimento

1. Recebimento do pedido

Agência / organização submete pedido (assinado pelo líder do cluster) à Secretaria do JOTC

RECEBIDO

2. Alocação do apoio

JOTC passa em revista os pedidos na reunião diária de planejamento

Provedor informa a possibilidade inicial de atender ao pedido

Tarefa não pode ser acatada por nenhum provedor

PENDENTE

DECLINADO

Secretaria do JOTC notifica a agência que solicita apoio da impossibilidade de atendimento

JOTC acompanha o assunto com o provedor para confirmar a aceitação da tarefa de apoio

CONFIRMADO

DECLINADO

Secretaria do JOTC notifica a agência que solicita apoio da impossibilidade do atendimento

Se for o caso, o JOTC reavalia, na próxima reunião de planejamento, a capacidade de apoio

3. Execução do apoio

Provedor reúne-se com a agência que pede apoio para finalizar detalhes da atividade

Provedor e agência conduzem a atividade, monitorados pelo JOTC

COMPLETADO

JOTC avalia os resultados com o provedor e a agência solicitante



TREINAMENTO: COESÃO E EFICIÊNCIA PARA A TROPA

O terremoto de 12 de janeiro de 2010 impôs aos militares brasileiros do 11º Contingente, em questão de segundos, um afastamento brutal da rotina a que tinham se acostumado, após seis meses de trabalho no Haiti [2]. A tropa foi imersa, repentinamente e de forma absolutamente imprevista, em um ambiente de enorme tensão, marcado pelo desespero da população e pela necessidade urgente de apoiar no atendimento a feridos, no resgate de pessoas soterradas, inclusive integrantes da MINUSTAH, e nas ações de ajuda humanitária. Nesse contexto, quando se analisa o comportamento do 11º Contingente diante do aumento exponencial de demandas, inclusive sob a pressão psicológica decorrente do desaparecimento e, depois, das progressivas confirmações das treze baixas que teve entre seus integrantes [3], verificou-se

que a reação da tropa foi extremamente positiva. Além da liderança segura, a coesão teve, sem dúvida, um papel importante para sustentar os militares.

A constituição de unidades de força de paz com base no voluntariado é desejável, pois aumenta a motivação da tropa. Por outro lado, não é viável “fechar” quartéis para enviar batalhões constituídos para o exterior. Por isso, o Exército Brasileiro tem adotado o procedimento de reunir tropas de diferentes organizações militares para formar os batalhões e as companhias destinadas às missões de paz. Entretanto, embora essa sistemática ofereça muitas vantagens, ela pode gerar tropas com motivação deficiente se não houver um cuidado especial para fomentar a coesão durante a fase de preparação.

O BRABAT/11, aqui tomado como exemplo, foi composto com base nos efetivos da 2ª Divisão de Exército, sendo integrado

por militares de unidades localizadas em Caçapava, Pirassununga, Campinas, São Vicente, Osasco, Lins, Lorena, Valença e outras guarnições. Embora as companhias tenham sido organizadas procurando-se agrupar pelotões oriundos das mesmas unidades, o nível inicial de coesão nas subunidades era precário. Para se ter uma ideia, dos quatro pelotões da 1^a Companhia de Fuzileiros, cada um era originário de uma cidade diferente (Osasco, Lorena, Caçapava e um pelotão do Exército paraguaio, convidado a integrar o BRABAT). Na 3^a Companhia de Fuzileiros, o nível de integração não era muito melhor, pois dois de seus quatro pelotões eram oriundos de Lins e os outros dois, de São Vicente. Na Companhia de Comando e Apoio, apenas 5% dos homens se conheciam quando iniciaram o treinamento para a missão. Todavia, o excepcional desempenho do BRABAT/11 nas ações pós-terremoto, indicou que o período de treinamento a que a unidade foi submetida e a ação dos líderes nos diversos níveis foram suficientes para desenvolver um nível adequado de coesão, tanto nas companhias, quanto no batalhão como um todo.

A instrução inicial nas unidades de origem dos militares começou esse processo, que foi intensificado na fase final do treinamento, com a concentração do batalhão em uma mesma área de instrução. Segundo o Comandante do Batalhão, no final do preparo, encerrado com dois exercícios de longa duração, a coesão já havia atingido um nível muito bom nos pelotões e nas companhias.

No Haiti o desenvolvimento desse sentimento se acelerou. Para o Comandante do BRABAT/11, a coesão da tropa foi um fator primordial para que a unidade pudesse responder de forma eficiente à variada gama de missões recebidas em decorrência da catástrofe [4].

Ironicamente e a alguns poucos meses depois da ocorrência do terremoto, exatamente quando já se verificava com certo alívio que o país havia resistido, política e socialmente, aos impactos dessa catástrofe, eclodiu no Haiti um surto de cólera devastador, que matou mais de nove mil pessoas e infectou dezenas de milhares de haitianos nos anos seguintes.

Adicionalmente, ficou bem claro que as operações frequentes contra criminosos, aliadas a procedimentos adequados da tropa – dura no trato com os bandidos; amena e atenciosa com a população –, asseguravam a manutenção do controle das áreas críticas e o estrangulamento do crime.

A Força de Paz engajou-se progressivamente nas ações para conter a epidemia. Além de assistir a população, inclusive com o emprego de suas próprias capacidades médicas, as unidades tiveram que lidar com episódios de violência contra a MINUSTAH, uma vez que o batalhão nepalês sediado

em Mirebalais, na zona central do Haiti, fora acusado de ter introduzido a doença no país.

O COMPONENTE MILITAR DA MINUSTAH E OS PEACEKEEPERS BRASILEIROS VISTOS PELO FORCE COMMANDER

Eu cheguei ao Haiti no final de março de 2012 para assumir o comando de 7.340 homens e mulheres integrantes do componente militar da MINUSTAH. Nessa época, a Força da ONU era composta por oito batalhões e duas companhias autônomas de infantaria, seis companhias de engenharia,

dois destacamentos de aviação (asa rotativa), uma unidade de patrulhamento marítimo, um hospital de campanha e diversas outras tropas de apoio, de 19 nacionalidades diferentes. Dois *BRABAT* compostos por 850 militares cada e uma Companhia de Engenharia de Força de Paz (*Brazilian Engineering Company – BRAENGCOY*, sigla em inglês) com 250 militares constituíam o contingente brasileiro.

O foco da missão do componente militar variou ao longo das diferentes fases da *MINUSTAH* (expansão - estabilização - consolidação - redução/retirada). No meu período de comando, ocorrido na transição da fase de estabilização para a de consolidação, as tarefas mais importantes foram manter o controle das áreas tomadas das gangues, particularmente em *Carrefour, Martissant, Bel Air, Cité Militaire e Cité Soleil*; proteger pessoas sob risco de violência física, em especial nos campos de desabrigados; e garantir um ambiente seguro e estável no país. A tarefa de apoio à ajuda humanitária também foi relevante, quando dois violentos furacões atingiram a Ilha de *Hispaniola*.

Nessa ocasião, a “resposta à crise” e a “recuperação”, etapas iniciais da estratégia da ONU para lidar com os efeitos do terremoto, já haviam sido concluídas. Vivia-se, em seus momentos finais, a terceira e última etapa - a “normalização”.

OPERAÇÕES CONJUNTAS CONTRA CRIMINOSOS E GANGUES ARMADAS

No meu período de comando, o componente militar da *MINUSTAH* realizou 35 operações contra gangues e criminosos, todas elas em conjunto a PNH e assistidas pelo componente policial da ONU (*UNPOL* e *FPUs*). Essas operações conjuntas, que primaram pelo planejamento prévio e pelo uso intensivo de inteligência, eram bem coordenadas e, via de regra, levavam à apreensão de bandidos e armas. Em geral, a tática constava do provimento pelas unidades militares de segurança afastada para que a PNH, acompanhada pela *UNPOL*, realizasse

a busca e apreensão. Em alguns casos, mediante solicitação da PNH, devido ao maior risco da operação, unidades militares participavam também da busca e apreensão.

Minha diretriz para o estado-maior foi de planejar ações com participação significativa da PNH, em detrimento de operações com grandes efetivos de tropas. Desse modo, a maioria das operações foram conduzidas somente com as tropas sediadas na área, raramente envolvendo a reserva do componente militar ou a mobilização de unidades de outras regiões do país. A estratégia de encarregar ao máximo a PNH com os assuntos de segurança e ordem pública, iniciada alguns anos antes, foi enfatizada. Essa abordagem se baseava na lógica de que a violência no Haiti era caracteristicamente de natureza criminal e a PNH já estava em condições de assumir o protagonismo naquilo que é sua atividade fim. Com isso, abria-se caminho para a gradual redução do componente militar.

O conceito de restringir o emprego direto do componente militar em tarefas de segurança pública que estavam à altura da polícia foi fundamental para preservar o senso de responsabilidade funcional da PNH e manter a autoestima de seus quadros. Adicionalmente, ficou bem claro que as operações frequentes contra criminosos, aliadas a procedimentos adequados da tropa – dura no trato com os bandidos; amena e atenciosa com a população –, asseguravam a manutenção do controle das áreas críticas e o estrangulamento do crime.

A CRISE DOS PARAMILITARES E AS INJUNÇÕES DO USO DA FORÇA

Um caso muito especial, que mostra a importância da sensibilidade política e do *timing* estratégico para conduzir as tarefas do mandato, ocorreu com o ressurgimento no cenário haitiano, dos antigos membros das Forças Armadas do Haiti (FAdH).

Durante a campanha eleitoral de 2011, o então candidato a presidente, Michel Martelly, fez votos de reestabelecer as FAdH, dissolvidas em 1995 pelo presidente



Aristide, mas cuja existência continuava prevista na Constituição do país. Uma vez eleito, Martelly manteve a promessa, embora não chegasse a indicar como viria a cumpri-la. Isso suscitou um “levante branco” dos ex-integrantes das FAdH, que retornaram para antigos quartéis, alguns a essa altura funcionando como prédios públicos, e passaram a recrutar jovens haitianos para instruí-los em técnicas militares, como ordem unida e maneabilidade. Diferente do problema que haviam causado em 2005, motivado por reclamação de salários atrasados e pensões, dessa vez os ex-militares sentiam-se amparados pela promessa presidencial. Diante das passeatas do grupo pelas ruas de Porto Príncipe e de outras cidades, Martelly adotou uma postura dúbia, sem condenar abertamente os paramilitares e os congressistas hesitavam sobre a posição a tomar. Por outro lado, a direção e os integrantes da PNH,

muito deles antigos militares, indicavam claramente que não estavam dispostos a tomar qualquer atitude.

Os paramilitares apresentavam-se ostensivamente como o legítimo exército da nação, adotando um discurso claramente hostil à MINUSTAH, e contavam com apoio popular, embora fosse difícil aquilatar exatamente em que grau. Parecia claro, de qualquer modo, que a intervenção isolada da MINUSTAH poderia levar ao agravamento da situação, ao invés de atenuá-la. Por causa disso, ao assumir o comando, fui orientado pelo SRSG a evitar a confrontação, já que a diretriz do DPKO era de que o problema fosse deixado para o governo haitiano.

Não obstante, determinei ao meu estado-maior que planejasse uma operação em duas fases: primeiramente para negar liberdade de ação ao movimento e, depois, para neutralizá-lo. Duas hipóteses

deveriam ser consideradas: a primeira, que a “situação se tornara insustentável e o SRSG determinaria o emprego da força contra os paramilitares, com o apoio da PNH”. A segunda hipótese, mais grave por expor mais a MINUSTAH naquele contexto sensível, era de que “a força fosse empregada sem o apoio da PNH”. A primeira fase da operação destinava-se a restringir a liberdade dos paramilitares, por meio do estabelecimento de *checkpoints* para prender indivíduos armados ou suspeitos de ações criminosas. Essa fase permitiria à MINUSTAH avaliar a reação da população e da mídia local e, por colocar os paramilitares sob pressão, daria ao governo do Haiti, melhores condições para negociar uma solução para a crise. A segunda fase seria uma ação em força para desalojar os paramilitares de suas bases e prender os indivíduos que se negassem a se render ou depor as armas.

A oportunidade para o lançamento da denominada Operação *Sunrise* foi oferecida pelos próprios paramilitares, que ao se reunirem em frente ao Parlamento Nacional no dia 17 de abril para exigirem seu reconhecimento como embrião do novo Exército, estando alguns deles armados com pistolas, foram severamente criticados pela imprensa e perderam a legitimidade em suas ações. O SRSG obteve a concordância do Presidente do Haiti para a ação em força da MINUSTAH e, no dia 6 de maio, o componente militar iniciou, conjuntamente com a UNPOL e a PNH, a primeira fase da operação, que obteve êxito imediato: os paramilitares pararam de circular e restringiram sua presença a suas bases. Alguns membros da facção que portavam armas de fogo foram apreendidos e entregues à PNH. Ademais, ficou patente que seu apoio por parte da população tornara-se bastante limitado.

No dia 19 de maio, feriado do Dia da Bandeira no Haiti, os paramilitares e seus apoiadores promoveram grandes demonstrações em Porto Príncipe e em *Cap Haitien*. Na capital, várias colunas de

manifestantes se dirigiram ao Campo de Marte para pressionar o governo a restabelecer as Forças Armadas. Nessa ocasião, a intervenção do BRABAT/16-2 em Porto Príncipe e do batalhão de infantaria chileno em *Cap Haitien* foram decisivas para a manutenção da ordem.

As manifestações do Dia da Bandeira precipitaram a reação da PNH, que deu início a ações para desocupar as bases paramilitares. Embora essa tenha sido uma ação intempestiva e sem planejamento, determinei às unidades subordinadas que apoiassem a polícia nacional no sentido de garantir a segurança externa para sua atuação nos objetivos e, assim, ampliassem a demonstração de força. Essa ação conjunta logrou desocupar as bases e realizar apreensões de indivíduos e algumas armas, inclusive simulacros de fuzis.

A solução dada à crise dos paramilitares foi muito elogiada no QG da MINUSTAH, e trouxe como ensinamentos, a constatação de que, apesar de a missão ter sido baseada no Capítulo VII e as capacidades militar e policial da ONU sobrepujarem amplamente os meios do oponente, o uso da força foi ponderado à luz de custos e benefícios para o processo de paz e ser conduzido em *timing* adequado à situação [5].

ATUAÇÃO NA PASSAGEM DE TEMPESTADES E FURACÕES

Ao longo de 2012, o componente militar apoiou a população haitiana e as agências humanitárias durante a passagem pelo país de dois furacões que causaram danos significativos: *Isaac* e *Sandy*. Nesses casos, seis destacamentos de engenharia de pronto emprego (*ready duty engineer unit – RDEU*), constituídos em cada uma das Companhias de Engenharia de Força de Paz, foram posicionados antes da chegada das tormentas, nas áreas de sua passagem, previamente conhecidas graças ao Serviço Meteorológico dos EUA.

Para o Furacão *Isaac*, cuja previsão de intensidade ao passar pelo Haiti era muito preocupante, todos os *RDEU* foram

desdobrados no dia 23 de agosto, dois dias antes da chegada da intempérie. Como preparativos, as companhias de engenharia e os *RDEU* foram encarregados de prover sacos de areia para a *MINUSTAH*, preparar diques em áreas críticas e limpar canais para atenuar inundações. Depois do furacão, a tropa realizou reconhecimentos para levantamento dos danos causados; executou a remoção de lixo, entulhos e árvores caídas; abriu canais para drenar áreas inundadas; além de apoiar o estabelecimento de áreas para desabrigados.

Em outubro, foi a vez da tempestade tropical *Sandy* trazer deslizamentos de terra, destruição de moradias, enchentes generalizadas e destruição de plantações e colheitas. Seguindo a mesma prática bem sucedida, os *RDEUs* foram desdobrados para realizar ações mitigadoras e fornecer apoio imediato à população.

O desdobramento antecipado da engenharia mostrou-se extremamente útil no Haiti e aparece como um procedimento adequado no caso de intempéries com razoável condição de previsibilidade em termos de intensidade e de local ou rota de ocorrência.

RAZÕES DO SUCESSO BRASILEIRO E LIÇÕES APRENDIDAS

Os treze anos de participação militar brasileira no processo de paz haitiano trouxeram grandes dividendos e ricas experiências nos campos do preparo da tropa para missão de paz, da doutrina de emprego, das soluções logísticas e de vários outros. Neste breve artigo, procurei apontar os aspectos que pude verificar no desempenho de cargos na ONU que me colocaram em contato com a *MINUSTAH* e a tropa brasileira.

Entre as razões que levaram as tropas brasileiras a cumprirem suas tarefas sempre com elevada eficiência, posso destacar:

- esmerado treinamento;
- judicosa aplicação das regras de engajamento;
- liderança eficiente e desenvolvimento da coesão, o que motiva a tropa para o cumprimento de tarefas com nível de risco elevado;
- logística de elevado nível, excedendo os requisitos definidos pela ONU em proveito do conforto da tropa e do cumprimento da missão nas melhores condições possíveis;
- exigência de um elevado nível de disciplina e proibição de confraternização com a população local; e
- orientação para o exercício da empatia no trato com a população em situações de serviço.

O contexto das missões de paz vem evoluindo de forma significativa. É cada vez mais comum a realização de operações em ambientes onde existam grupos armados que, por não terem aderido ao processo de paz ou dele terem se afastado, seguem praticando ações violentas. Nessas situações, as tarefas de dissuadir ou conter a violência armada e de proteger a população civil, tornam-se críticas. Algumas das capacidades e habilidades requeridas nessa nova geração de missões de paz foram exercitadas com maestria no Haiti e constituem um avanço para as Forças Armadas Brasileiras, como a busca de elevada consciência situacional, o uso de uma inteligência bem estruturada, além da adoção de procedimentos e equipamentos voltados para a proteção da Força.

As próximas contribuições do Brasil para a paz mundial podem vir a incluir desafios ainda maiores do que os apresentados pelo caso haitiano, mas a experiência e os conhecimentos acumulados na *MINUSTAH* constituem-se, inequivocamente, um passaporte seguro para novos sucessos.

REFERÊNCIAS

- BERNARDES, J. B. Coronel João Batista Carvalho Bernardes: depoimento [nov. 2009]. Entrevistador: F. R. Goulart. New York: ONU, 2009.
- GOULART, Fernando. **Ação sob Fogo! Fundamentos da motivação para o combate.** Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2012.
- GOULART, Fernando. **MINUSTAH Force Commander's End of Assignment Report (MINUSTAH FC - EOAR).** Relatório apresentado ao DPKO por término de missão na MINUSTAH (Haiti). Nova Iorque: 2013.
- KAWAGUTI, Luis. **A República Negra: histórias de um repórter sobre as tropas brasileiras no Haiti.** São Paulo: Globo, 2006.
- UNITED NATIONS ORGANIZATION, MINUSTAH. Integrated MILITARY/ POLICE Standard Operating Procedures (iSOP).** Porto Príncipe, 2009.

NOTAS

- [1] O trabalho em *clusters*, ou em grupos de agências afins, é procedimento preconizado pelas Nações Unidas para atuação humanitária em grandes catástrofes. Desse modo, uma agência líder em cada setor (água e alimentos, saúde e medicamentos, abrigos e materiais para construção etc), geralmente pertencente ao sistema ONU, encarrega-se de organizar o apoio, gerenciando o levantamento de necessidades e a distribuição de tarefas entre os integrantes do cluster.
- [2] O 11º Contingente estava prestes a retornar ao Brasil para o rodízio de tropas quando ocorreu o terremoto no Haiti.
- [3] Embora as tropas brasileiras estivessem seguras nas instalações pré-fabricadas do tipo "Corimec" do Campo Charlie, os militares desdobrados no Forte Nacional e na "Casa Azul", que eram construções de alvenaria, não tiveram a mesma sorte.
- [4] Entrevista concedida pelo Gen Bda Bernardes para o livro "Ação sob Fogo: fundamentos da motivação para o combate" (BIBLIEX). Nessa publicação, as considerações sobre a liderança e a coesão das tropas brasileiras na MINUSTAH são abordadas com maior profundidade.
- [5] A atuação decisiva da PNH na crise dos paramilitares foi um trunfo que motivou os policiais e projetou uma imagem positiva da corporação perante a população e a mídia haitianas. Posteriormente, as ações tomadas pelo Governo para o pagamento de pensões devidas e para buscar formas de recriar as FAdH esvaziaram definitivamente o movimento paramilitar.



BRABAT/25, DE UM SETOR PARA UM PAÍS

Coronel Roberth Alexandre Eickhoff

O Coronel de Infantaria Eickhoff é o Chefe do Estado-Maior da 5ª Região Militar sediada em Curitiba-PR. Foi declarado aspirante a oficial em 1988 pela Academia Militar das Agulhas Negras, estabelecimento de ensino superior do qual foi instrutor. Dentre os cursos realizados no país, possui os de Aperfeiçoamento de Oficiais e o de Comando e Estado-Maior. Possui também o de Políticas de Defesa, da Academia da Defesa Nacional da Polônia. É bacharel e especialista em Ciências Militares e mestre em Operações Militares. Foi subcomandante de Companhia de Força de Paz em Angola, Observador das Nações Unidas no Nepal, Comandante do 13º Batalhão de Infantaria Blindado, Comandante de Batalhão de Infantaria de Força de Pacificação, no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, e Comandante do BRABAT/25, no Haiti (aleegil@uol.com.br).



O 25º Contingente do Batalhão Brasileiro de Força de Paz (*Brazilian Battalion - BRABAT/25*, sigla em inglês) foi o penúltimo batalhão brasileiro de força de paz a atuar na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti - MINUSTAH*, sigla em francês). Teve como um dos marcos em sua atuação no solo haitiano o fato de ter sido encarregado de prover a segurança de bases da *MINUSTAH* localizadas no norte do Haiti, pertencentes ao Batalhão Chileno (*CHIBAT*, sigla em inglês) Batalhão Uruguai (URUPERBAT, sigla em inglês) [1], assumindo, por conseguinte, parte de suas atividades operacionais. Tal fato, aliado a importantes eventos ocorridos durante a missão, como o segundo turno das eleições em 29 de janeiro de 2017, e a prisão do senador eleito Guy Philippe, na prática, obrigou o batalhão a atuar em todo o território haitiano.

Tendo por base a tropa do Comando Militar do Nordeste (CMNE), o *BRABAT/25* deu prosseguimento à trajetória de sucesso dos demais batalhões que o antecederam, contribuindo para consolidar o nome do

Brasil como ator de elevada capacidade em atuação em missões de paz.

Desde o preparo, ainda no Brasil, com atividades ocorrendo em diversos polos de instrução, os integrantes do batalhão tinham plena consciência de que a missão seria diferenciada, fosse pela assunção de tarefas antes pertencentes a outros batalhões, fosse pela aproximação do encerramento da *MINUSTAH*, trazendo ainda a possibilidade de haver extensão da permanência do *BRABAT/25*, o que acarretaria um período de missão superior aos seis meses inicialmente previstos.

O emprego propriamente dito do *BRABAT/25*, a partir do dia 9 de dezembro de 2016, foi inicialmente marcado pelo apoio às atividades de ajuda humanitária, tão necessárias após a passagem do furacão *Matthew* pelo Haiti, em outubro de 2016. Posteriormente, foi marcante sua participação no processo eleitoral e na assunção de bases pertencentes a outros países integrantes da missão. Transversalmente a todos esses eventos, houve, ainda, a confecção do plano para a desmobilização do contingente brasileiro.

No decorrer da atuação do *BRABAT/25* na *MINUSTAH*, fruto de seu envolvimento com tarefas operacionais, logísticas e administrativas, diversos ensinamentos foram colhidos, alguns dos quais poderão ser aplicados em novas missões sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU).

O PREPARO

Em 20 de junho de 2016, no Recife-PE, deu-se a abertura do posto de comando (PC) da Comissão de Preparo de Tropa para Missão de Paz (CPTMP) [2], caracterizando o início das atividades voltadas para o preparo da tropa do *BRABAT/25*. O coordenador do preparo foi o general comandante da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, que, na ocasião, encontrava-se também com o

encargo de comandante da Força Terrestre Componente do Centro de Coordenação de Defesa de Área de Salvador para os jogos das Olimpíadas 2016. Tal fato trouxe uma dificuldade a mais para os trabalhos de preparo, haja vista a impossibilidade de o comandante da brigada estar presente em duas importantes atividades ao mesmo tempo.

A CTPMP instalou-se na área do comando da brigada e conduziu, seguindo as diretrizes do Comando de Operações Terrestres (COTER), todo o preparo do batalhão, incluindo a seleção do pessoal.

Além de medidas diretamente voltadas para a instrução da tropa, nessa fase, como previsto em diretrizes do COTER, foram realizadas ações administrativas, como aquisição de material e contratação de serviços, entre outras. Nesse contexto, foram observadas dificuldades de contratação por meio de licitações regionais, pois alguns polos de instrução não possuíam estrutura local com porte suficiente para atender às normas impostas pela Lei nº 8.666 [3], o que dificultou a obtenção de serviços e materiais.

A adoção de processos licitatórios de forma centralizada por órgão único – que se encarregaria de repeti-los para cada batalhão – poderia trazer benefícios para o preparo da tropa, retirando da brigada encarregada de coordenar o preparo e de suas organizações militares subordinadas medidas administrativas que, por vezes, tornam-se de difícil execução.

O coroamento do preparo foi marcado pelos exercícios básico e avançado de operações de paz. Nestes, foi de grande importância a participação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e do Centro de Avaliação de Adestramento do

Exército (CAAdEx), que, atuando de forma conjunta, orientaram a tropa com relação aos procedimentos adequados face a cada possível situação que pudesse vir a ocorrer no terreno.

Ficou marcado, também, o apoio irrestrito que o contingente recebeu da população de Jaboatão dos Guararapes-PE, de sua prefeitura municipal e dos órgãos de imprensa, o que facilitou em muito a condução das atividades necessárias para preparar o *BRABAT/25*. Terminado o preparo, a tropa estava certificada e apta a atuar na *MINUSTAH*. Restava ao batalhão aguardar o embarque.

O EMPREGO

Decorrente da situação vivida pelo país, há pouco atingido pelo furacão *Matthew*, e da própria *MINUSTAH*, com a proximidade de seu encerramento e a consequente passagem de muitas funções para a Polícia Nacional do Haiti (PNH), o *BRABAT/25* vivenciou três fases distintas em sua atuação.

A primeira delas deu-se logo após sua chegada ao Haiti, quando apoiou as atividades de ajuda humanitária na região de *Les Cayes*, área que foi mais fortemente atingida pelo furacão *Matthew* [4].

A segunda fase ocorreu após as ações humanitárias e se caracterizou pela passagem da área de responsabilidade (*area of responsibility – AOR*, sigla em inglês) do *BRABAT/25* para o Componente Policial da *MINUSTAH* (*UNPOL*, sigla em inglês).

Finalmente, a terceira fase iniciou-se com a ocupação de bases ao norte do Haiti, em consequência da retirada da missão dos contingentes do Chile, Uruguai e Peru, e durou até a substituição do *BRABAT/25* pelo *BRABAT/26*.



A Primeira Fase

Tão logo o *BRABAT/25* iniciou o cumprimento de sua missão, foi determinado o deslocamento de uma companhia para ocupar a Base Barão do Rio Branco (BBRB), na cidade de *Les Cayes* – distante 7 horas de deslocamento rodoviário da base do batalhão em Porto Príncipe –, com o propósito de dar continuidade às atividades de ajuda humanitária nos departamentos *Sud* e *Grand`Anse*, os quais, dois meses antes, haviam sido atingidos pelo furacão *Matthew*. Essa missão impunha ao *BRABAT/25* atuar fora de sua *AOR*, que, naquele momento, limitava-se, basicamente, ao Departamento Oeste do Haiti.

Com exceção de água e de combustível, que eram apanhados em um escritório regional da *MINUSTAH*, todo o suprimento era trazido da Base Gen Bacellar ou adquirido no comércio local, como o gás, por exemplo.

Naquela área, o *BRABAT/25* pôde desenvolver de forma plena as atividades de coordenação civil-militar (*civil-military coordination – CIMIC*, sigla em inglês), pois lá funcionavam inúmeras agências de ajuda humanitária, com destaque para a *World Food Program (WFP)*. Assim, foram feitas diversas *CIMIC*, tendo a participação de militares do *BRABAT/25* e do componente militar da *MINUSTAH*.

No escritório regional da *MINUSTAH* em *Les Cayes*, sob coordenação da célula *CIMIC* do componente militar da *MINUSTAH* (U9), foram conduzidas reuniões semanais para acerto de detalhes das missões que seriam conduzidas nos dias seguintes. Essas reuniões contavam com a participação do comandante da companhia e com um militar da célula *CIMIC* do batalhão (G9). Tal fato ressaltou a importância de o Exército Brasileiro (EB) contar em seus quadros com militares (oficiais e praças) com fluência no idioma inglês, pois o ideal é que as tratativas – tanto com o U9 como com elementos civis envolvidos na atividade – sejam conduzidas sem o auxílio de intérpretes. Feitas as coordenações, os pelotões recebiam as missões de escoltar comboios de alimentos e medicamentos, bem como de prover a segurança para a sua distribuição.

As atividades foram interrompidas durante o período do segundo turno das eleições haitianas, sendo retomadas logo após o pleito e se estendendo até meados de fevereiro, quando foram definitivamente encerradas. Nesse período, foi possível constatar a importância de se manter a tropa escoltando e provendo segurança para as atividades que envolvam distribuição de alimentos, pois a população necessitada, por vezes, reage com violência ao que ela entende como deficiência no sistema criado para aliviar seu sofrimento.

Cabe destacar que, no início de janeiro de 2017, houve, em Porto Príncipe, a prisão do senador eleito Guy Philippe pela PNH, que o entregou a autoridades dos Estados Unidos da América (EUA), para onde foi imediatamente enviado. O reduto eleitoral de Guy Philippe era justamente a região de *Les Cayes* e *Jérémie*. A sua



prisão desencadeou uma série de protestos – alguns dos quais violentos – naquela região, obrigando a tropa a, além de prover segurança para o transporte e distribuição de alimentos, fornecer escoltas para civis, realizar segurança de postos da PNH e conduzir as atividades iniciais voltadas para a execução das eleições haitianas.

Em certa ocasião, no deslocamento de *Les Cayes* para o norte, um pelotão brasileiro deparou-se com um bloqueio de estrada próximo a localidade de *Duchiti*. Tão logo o pelotão desembarcou para avaliar a situação, foi atacado com pedras por habitantes locais que se encontravam na encosta de um barranco que dominava o bloqueio. Em resposta, estritamente dentro das regras de engajamento, o pelotão realizou disparos com munição menos letal e buscou desbordar a posição ocupada pelos habitantes locais, numa verdadeira técnica de ação imediata para fazer face a emboscadas. Desse fato, pode-se atestar a importância de se manter a tropa adestrada e atenta para o possível emprego de ações de força, mesmo em missões voltadas para aliviar o sofrimento de população afetada por calamidades ou extrema pobreza, não negligenciando jamais as técnicas de combate convencional empregadas em situações distintas das operações de manutenção da paz.

As ações na área da península sudoeste impuseram grande movimento de tropa e de viaturas ao longo da rota que ligava a capital àquela área. Tais ações permitiram ao *BRABAT/25* o perfeito conhecimento de toda a região balizada pelas rodovias Nacional 2 (demandando de Porto Príncipe para *Les Cayes*, no departamento *Sud*) e Nacional 7 (demandando de *Les Cayes* para *Jérémie*,

no departamento de *Grand`Anse*), fato que foi de grande valia por ocasião da ações da Operação *Eclesia V* (segundo turno das eleições).

Enquanto transcorriam as ações na península sudoeste, inúmeras outras ocorriam na base do *BRABAT/25*, em Porto Príncipe, e também da Base da 1^a Companhia, em *Cité Soleil*. As primeiras foram no sentido de lançar patrulhas para o norte do país com o propósito de reconhecer as bases – bem como as áreas de responsabilidade – do *CHIBAT* e do *URUPERBAT*, que seriam em breve ocupadas pela tropa brasileira até que fossem entregues de volta aos proprietários. Com isso, o Destacamento de Operações de Paz (DOPaz), uma vez que já havia reconhecido a área de

Les Cayes/Jérémie, pôde se voltar para missões de reconhecimento da área norte do país. O destacamento realizou levantamento de dados das áreas sob responsabilidade daqueles contingentes, particularmente daquelas lindeiras às rodovias Nacional 1 e 3. Era o início da atuação do *BRABAT/25* no norte do Haiti. Esse reconhecimento foi de grande impor-

tância para antecipar planejamentos para futura atuação naquela porção do território haitiano.

Dias após o reconhecimento do DOPaz e já se valendo dos dados por ele colhidos, foi enviada tropa do Esquadrão de Fuzileiros Mecanizado para realizar reconhecimento dos itinerários e das bases que futuramente seriam ocupadas pelo batalhão. Com isso, adiantavam-se os preparativos para a assunção do controle das bases do norte.

Por outro lado, executou-se o mais cedo possível uma operação de grande envergadura, deixando claro para a população em Porto Príncipe que, embora houvesse redução nas

Tal experiência alerta para a necessidade de o EB buscar prover, para futuro emprego de tropa em operações de paz – particularmente em países com infraestrutura precária –, acesso próprio à Internet que possibilite enviar dados da área de operações para os mais altos escalões no território brasileiro.

atividades do componente militar buscando aumentar o protagonismo da *UNPOL*, o *BRABAT/25* ainda estava ativo e plenamente capaz de atuar em qualquer parte de sua *AOR*. Assim, no amanhecer do dia 28 de dezembro de 2016, duas subunidades (SU) completas do batalhão, uma SU menos, o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, o DOPaz e o Destacamento de Operações Psicológicas (DOP), apoiados por equipes da Companhia de Comando e Apoio, iniciaram a Operação Sempre Prontos 1, na área de *Brooklyn*, *Boston* e *Bellecourt* (todas na região de *Cité Soleil*).

Em sequência, e nos mesmos moldes da Sempre Prontos 1, vieram as Operações Sempre Prontos 2 e a *Toujou Pre*, todas com o propósito de reforçar a presença da tropa brasileira na região de Porto Príncipe, buscando manter em toda a área de atuação do *BRABAT/25* uma postura dissuasória.

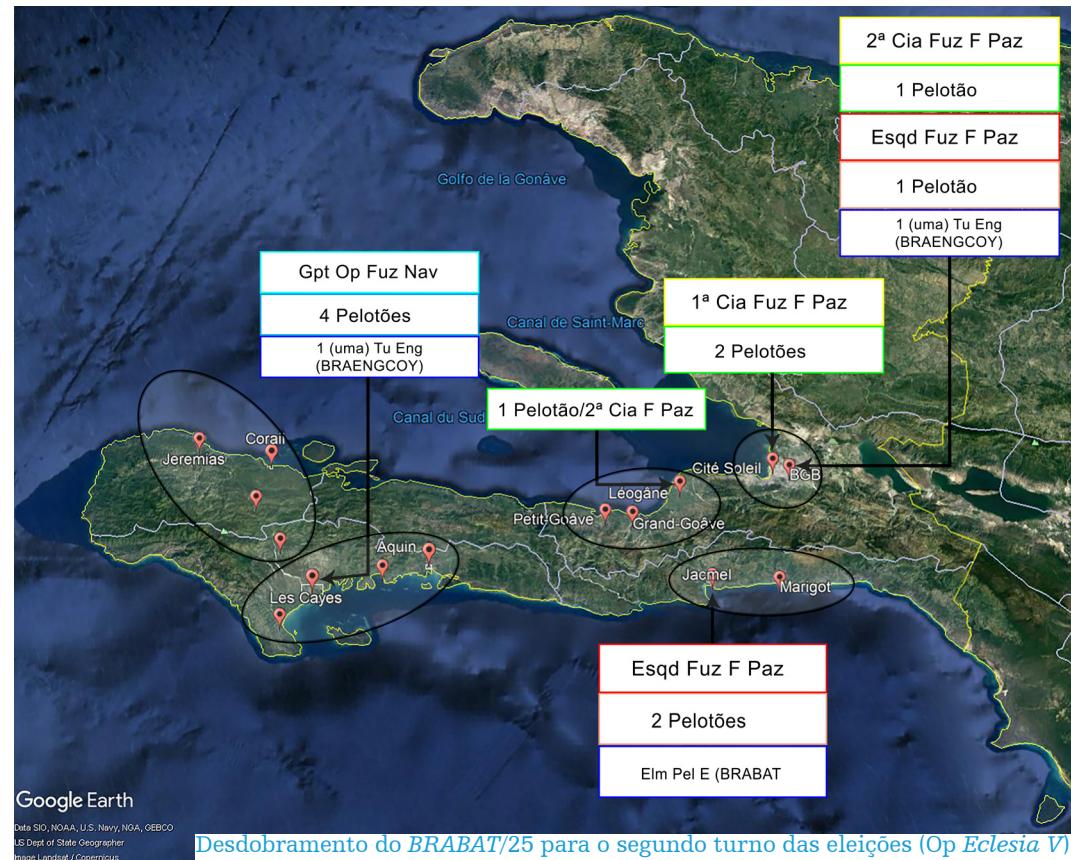
Cabe destacar nessas operações o emprego do posto de comando (PC) tático, integrado pelo comandante do batalhão, pelo G2 e G3, elementos de apoio, aí incluídos operadores de sistema de aeronave remotamente pilotada (SARP), e por militares do pelotão de polícia do exército, que se encarregavam de prover a segurança aproximada. Com relação ao comando e controle, merece ser destacado o perfeito funcionamento dos sistemas do *BRABAT/25*, particularmente o sistema rádio digital troncalizado (SRDT) e os Sistemas Pacificador e Pacificador Móvel, que permitiam localizar cada fração a partir dos rádios e celulares portados pelos seus integrantes.

Ressalta-se, assim, a importância de nos exercícios de adestramento anual de batalhões e brigadas empregar o PC tático, com uso, inclusive, de aeronave remotamente pilotada (ARP), haja vista a importância desse meio para a consciência situacional. Com relação ao SARP, o *BRABAT/25* conseguiu, no decorrer de um patrulhamento em *Cité Soleil*, enviar imagens captadas pela ARP diretamente para o COTER, em tempo real. Não fosse a precariedade da rede de dados da telefonia local, as imagens

teriam possibilitado aos militares no Brasil acompanhar com exatidão e nitidez a atuação da fração no terreno. Tal experiência alerta para a necessidade de o EB buscar prover, para futuro emprego de tropa em operações de paz – particularmente em países com infraestrutura precária –, acesso próprio à Internet que possibilite enviar dados da área de operações para os mais altos escalões no território brasileiro.

Concentrar tropa na região de *Cité Soleil* (ou em outras regiões) permitiu, como esperado, concluir que grandes efetivos trazem transtornos para a população, o que foi mitigado com a adoção do dispositivo inicial antes do alvorecer e com o retorno para a base do batalhão por SU e por diferentes itinerários. Por outro lado, aumenta-se a capacidade dissuasória, colaborando para desestimular ações de forças adversas ou mesmo de protestos com propósito de desestabilizar a ordem pública, que foi exatamente o resultado colhido com a operação Sempre Prontos 1, pois relatos obtidos pela inteligência indicaram que uma grande passeata, marcada para o dia 28 de dezembro (dia da Operação Sempre Prontos 1), acabou não acontecendo devido ao movimento de tropa.

O segundo turno das eleições haitianas exigiu detalhado planejamento por parte dos estados-maiores da *MINUSTAH* e do *BRABAT/25*. Ocorreu, inclusive, uma reunião de comando com a participação do *Force Commander*, de todas as células do componente militar da *MINUSTAH* e todos os comandantes de contingente da missão para tratar, basicamente, das eleições e da desmobilização dos contingentes. Nesse contexto, merece destacar a excelente integração entre os dois estados-maiores, potencializando a capacidade do componente militar. Durante a reunião de comando, após cada comandante apresentar o planejamento para cumprir sua missão, foi conduzido um *rehearsal of concept drill (ROC drill)* [5], ocasião em que foram levantados possíveis incidentes em que pudesse haver a necessidade de intervenção da tropa.



Ao final da atividade, o *Force Commander*, baseado em um incidente em que ocorreria o sequestro de civil, e amparado no *United Nations Peace Keeping Missions Military Special Forces Manual* (2015, p. 10): "... in order to achieve full operational integration1 and control, the Force Commander and Force Headquarters retain Operational Control (OPCON) over UN Special Forces employment", decidiu que, para o período das eleições, o DOPaz ficaria sob controle operacional do *Force Commander*, necessitando, o Comandante do BRABAT/25, de autorização daquele comandante para emprego daquela fração. Assim foi feito, e o DOPaz ficou em reserva, sob controle operacional do mais alto escalão presente, em condições de atuar em todo o território haitiano.

Além do DOPaz, continuaria também como reserva a *Quick Reaction Force (QRF)*, no valor de uma SU, pronta para atuar em todo o território haitiano a qualquer hora do dia. No que se refere à *QRF*, foram observadas diferenças de BRABAT para BRABAT com relação à sua constituição. No BRABAT/25, foi constituída uma *QRF* com base apenas em elementos convencionais, com os necessários apoios de comando e controle e

2ª Cia Fuz F Paz

1 Pelotão

Esqd Fuz F Paz

1 Pelotão

1 (uma) Tu Eng (BRAENGCOY)

Gpt Op Fuz Nav

4 Pelotões

1 (uma) Tu Eng (BRAENGCOY)

1ª Cia Fuz F Paz

2 Pelotões

1 Pelotão/2ª Cia F Paz

Esqd Fuz F Paz

2 Pelotões

Elm Pel E (BRABAT)

com uma equipe do Destacamento de Operações Psicológicas, sendo indicados oficiais do estado-maior para acompanhar a tropa e permitir melhor consciência situacional por parte do comandante do batalhão, de modo a favorecer a tomada de decisão. Assim, não integravam a *QRF* equipes do DOPaz. Ao contrário, buscava-se emassar tropa convencional para lidar com a população

como um todo, particularmente com turmas, considerando, inclusive, a necessidade do uso de material de controle de distúrbios. Deixava-se para o DOPaz a possibilidade de melhor estudar a situação caso houvesse a necessidade de seu emprego – neste caso, mais voltado para ações pontuais, como sequestros, por exemplo. Tal forma de emprego, por sinal, vai ao encontro do que também é preconizado no *United Nations Peace Keeping Missions Military Special Forces Manual - UN PM MSF Manual*, que prescreve que (2015, p. 11) "UN Special Forces may complement, but must not compete with, nor be a substitute for conventional forces" e que:

In contrast to the UN Special Forces characteristics described above, conventional forces are characterized by relatively larger numbers of personnel, a medium or large footprint, full spectrum operations, heavy logistic support and relatively heavier firepower. Conventional forces generally have greater capability in ground mobility and ballistic protection (armored vehicles, mechanized vehicles, etc.), numerous field Headquarters and layered command and control levels (e.g., Force Headquarters, Forward Force Headquarters, division, brigade, battalion and company). (UN PM MSF Manual, 2015, p. 12)

Evidente que tal constituição foi adotada levando em consideração os fatores da decisão preponderantes naquele momento. Em outras situações, possivelmente outras composições da QRF poderiam ser mais adequadas.

Ainda com relação às capacidades da QRF, cabe salientar que, em missões de paz como a MINUSTAH, helicópteros só pouparam em locais pré-estabelecidos, fato que dificultaria o emprego da QRF em todo o território do Haiti, haja vista que, para atuar em locais afastados das zonas de pouso de helicópteros (ZPH), a QRF teria que realizar grandes deslocamentos a pé, podendo atrasar a ação no objetivo a ponto de comprometer o cumprimento da missão. Para fazer face a esse óbice, seria necessário o emprego de meios de transporte terrestre entre o local de pouso e o da ação, exigindo apoio de elementos em terra (possivelmente meios da UNPOL, caso não houvesse tropa do componente militar), o que exigiria coordenação

e tempo. Assim, em que pese a QRF estar com um pelotão pronto para partir da base do batalhão em trinta minutos e o restante da SU em 2 horas, a decisão de empregá-la transportada em helicópteros deveria ser muito bem ponderada, pois, conforme a situação, seria preferível deslocá-la transportada por viaturas desde a base do batalhão.

Terminada a fase de planejamento, passou-se à execução da Operação Eclesia V. Nesta, basicamente, o BRABAT/25 teve que desdobrar tropa em toda a porção centro-sul/sudoeste do país, desde Les Cayes até Porto Príncipe, ocupando as principais

cidades desta área. Foi instalado um total de quatro bases para dar suporte às tropas, exigindo minucioso planejamento e grande esforço das SU e do comando do batalhão. Vale ressaltar que o BRABAT/25, não dispõe de cozinhas de campanha, teve que usar outros meios para poder prover a tropa com ração quente, o que demandou recursos e criatividade.

As eleições ocorreram num ambiente de relativa tranquilidade, havendo apenas pequenos incidentes, como destruição de material eleitoral em locais de votação mais remotos, o que não trouxe impacto para o resultado final do pleito. Durante esse período, foram suspensas as atividades de

ajuda humanitária, uma vez que não seria possível conduzir as duas atividades ao mesmo tempo.

Com o fim da Operação Eclesia V, praticamente chega ao fim a primeira fase da atuação do BRABAT/25, pois a demanda por ajuda humanitária também começava a declinar. Duas semanas depois das eleições, a tro-

Duas semanas depois das eleições, a tropa desdobrada em Les Cayes retraiu para Porto Príncipe, permanecendo um efetivo reduzido para guarnecer a Base Barão do Rio Branco até sua entrega definitiva ao proprietário, em razão do futuro encerramento da missão.

pa desdobrada em Les Cayes retraiu para Porto Príncipe, permanecendo um efetivo reduzido para guarnecer a Base Barão do Rio Branco até sua entrega definitiva ao proprietário, em razão do futuro encerramento da missão.

A Segunda Fase

Passada a Operação Eclesia V, o componente militar, buscando sempre manter seguro e estável o ambiente no país, retornou com o patrulhamento de área, avaliando, constantemente, o ambiente operacional.

O BRABAT/25, por sua vez, encerradas

as operações de apoio às atividades de ajuda humanitária, voltou-se novamente para sua área de responsabilidade. Ao mesmo tempo, passou a dar mais ênfase aos reconhecimentos no norte do país, pois, tão logo houvesse a passagem da *AOR* para a *UNPOL*, uma companhia seria enviada para assumir a segurança das bases do *CHIBAT* e *URUPERBAT*.

Para manter o ambiente seguro e estável era necessário manter uma atitude dissuasória, particularmente nos locais tidos como mais violentos, onde, no passado, gangues dominavam o território e impunham suas vontades sem que ninguém mostrasse resistência. Dentro desse contexto, nada é mais simbólico do que *Cité Soleil*. Nessa área, pacificada pela ação dos primeiros contingentes brasileiros no Haiti, vinha sendo conduzida a Operação *Fok San Sispenn*, que compreendia ação conjunta entre a tropa brasileira e integrantes da *UNPOL* e PNH.

Dando continuidade ao que ocorria desde contingentes passados, a *Fok San Sispenn* impunha que um pelotão da 1a Companhia (baseada em *Cité Soleil*) conduzisse, duas vezes por semana, patrulhamento a pé e motorizado e estabelecesse *checkpoint* ou *staticpoint* acompanhado de três a seis integrantes da PNH e dois da *UNPOL*, que se encarregavam de orientar os trabalhos da PNH. Assim, ficava a cargo do *BRABAT/25* prover a segurança para as atividades dos policiais. O que se observava, na maioria das vezes, era que os policiais haitianos ainda não estavam seguros de que poderiam lidar com a situação em *Cité Soleil*, possivelmente porque tinham conhecimento dos fatos negativos e violentos ocorridos ali num passado não muito distante. Em que pese a fraca atuação da PNH e a ausência até então de *Formed Police Unit (FPU)* [6] na área de *Cité Soleil*, a passagem da área por parte do componente militar era fato que seria em breve consumado, em virtude de a *MINUSTAH* se aproximar de seu final, pois

a última extensão do mandato determinava que não deveria haver mais integrante do componente militar no Haiti depois do dia 15 de outubro de 2017.

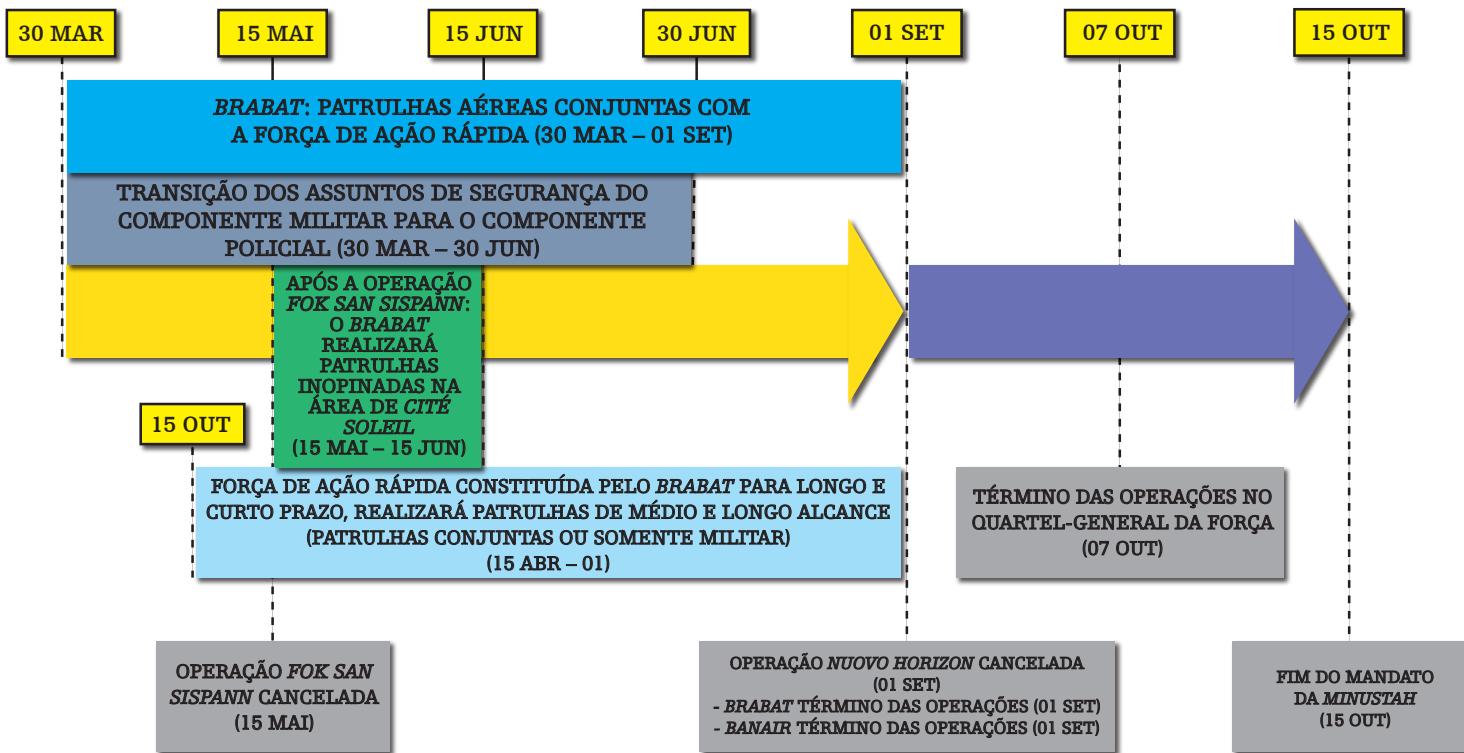
Consta no Manual de Operações de Paz do Ministério da Defesa (MD) que “Os habitantes da área da missão, eventualmente, podem se vincular a determinadas facções ou, de forma inversa, podem viver sob ameaça de algumas delas” (2013, p. 40). Considerando essa premissa e observando, por meio de atividades de inteligência, que durante a madrugada, por vezes, civis começaram a aparecer portando armas em vielas e becos de *Cité Soleil*, foi determinada a execução de patrulhas com o propósito específico de inibir tais ações, ficando tal atividade a cargo do DOPAz. Na primeira patrulha, foi preso e conduzido para a delegacia da área um indivíduo armado, possivelmente ligado a gangues. Desde então, não mais se teve conhecimento de que pessoas armadas estivessem ostentando armamento em *Cité Soleil*.

Na Base General Bacellar, dava-se ênfase para as providências visando ao encerramento da missão e aos preparativos finais para ocupar as bases no norte do país. Entendimentos com o *staff* da *MINUSTAH* eram feitos quase que diariamente, particularmente por parte da célula do G4, que já vinha ultimando, em coordenação com a Célula Logística de Apoio ao Contingente no Haiti (CLACH) [7] e com a Seção de Patrimônio do Batalhão [8], os planos para a desmobilização. Nessa fase, foi importante e notória a atuação do Comando Logístico (COLOG), que rapidamente determinou qual seria o material que retornaria para o Brasil e direcionou os trabalhos que deveriam ser feitos para o embarque e retorno do material ao Brasil.

Em 2 de maio de 2017, o *staff* do componente militar divulgou o cronograma para encerramento da missão.



SITUAÇÃO OPERACIONAL
Calendário de Atividades do Componente Militar
a partir de 02 MAI 17



Cronograma para encerramento da missão

No trato do assunto desmobilização com o *staff* da *MINUSTAH*, observou-se que, por restrições impostas pela própria ONU, realizar a doação de materiais não seria uma atividade tão simples, o que levou o batalhão a conduzir os trabalhos no sentido de descartar todo o material que não fosse retornar para o Brasil.

No início de abril, o Comandante do *BRABAT/25*, acompanhado dos comandantes das companhias de fuzileiros e membros do estado-maior do batalhão, voou para o norte para participar da *Medal Parade* do contingente chileno, na cidade de *Cap-Haitien*. Valendo-se da oportunidade, foi realizado reconhecimento em todas as três bases chilenas. Posteriormente, foi realizado, pelos mesmos militares, reconhecimento por terra nas mesmas bases e ainda na base uruguaia em Morne Cassé. Feito os reconhecimentos, chegou-se

à conclusão de que ambas as SU estavam em condições de ocupar qualquer uma das bases e que uma companhia reforçada com um pelotão seria o suficiente para prover segurança para todas elas (três chilenas e uma uruguaia).

O reconhecimento foi proveitoso, também, porque permitiu aos militares do *BRABAT/25* acompanhar os trabalhos de desmobilização das tropas do norte. Dali, foi possível colher ensinamentos úteis, particularmente sobre o estufamento de contêineres.

Entre as atividades previstas no planejamento da *MINUSTAH*, estava a entrega da Base de *Cité Soleil* para uma FPU, para, posteriormente, ser entregue para a PNH. O planejamento impunha o dia 15 de abril para a retirada da companhia e entrega da base. Assim, foram realizadas algumas reuniões com o *staff* da *MINUSTAH* com o propósito de acertar

detalhes sobre o material que ficaria ou não na base. A intenção do *Joint Logistics Operations Center* (*JLOC-MINUSTAH*) era de que o contingente brasileiro doasse para o governo haitiano o material que fosse permanecer na base (*bladder*, câmaras frias e contêineres sanitários). Caso não houvesse a doação, o material teria que ser removido da base pelo *BRABAT/25*, o que seria bastante trabalhoso e provocaria a sua destruição. Ao final, com a impossibilidade de doação por parte do *BRABAT/25* a órgãos haitianos, a *MINUSTAH* assumiu a responsabilidade de doar os materiais, permanecendo os mesmos na Base de *Cité Soleil* e liberando o batalhão da tarefa de remoção.

No dia 15 de abril, ocorreu a desocupação da Base de *Cité Soleil*, mas não houve a passagem das instalações para a *UNPOL*. Assim, foi mantido um pelotão naquela base com o propósito de prover a segurança das instalações até que uma *FPU* se encarregasse disso. A 1^a Companhia, que havia permanecido em *Cité Soleil* desde o início da missão, retraiu para a base do batalhão e iniciou os preparativos para se dirigir para o norte. Iniciava-se nova fase no emprego do *BRABAT/25*.

A Terceira Fase

Essa última fase do emprego foi caracterizada pela inexistência de *AOR* para o batalhão. Com a progressiva passagem das tarefas de segurança do componente militar para a *UNPOL* e a assunção das bases desocupadas, o *BRABAT/25* passou a ser a única unidade de tropa de infantaria em todo o Haiti, o que o obrigou a adotar divisão de áreas de interesse para as *SU*, pois o patrulhamento constante em todo o país era tarefa impossível para um batalhão.

Com a saída da 1^a Companhia da Base de *Cité Soleil*, passou-se a realizar patrulhas conjuntas com algumas *FPU* naquela área, com a participação da 2^a Companhia de Fuzileiros, do Esquadrão de Cavalaria Mecanizado e do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, que se revezavam no patrulhamento. Tal medida tinha como propósito ambientar

aqueelas unidades à área de operações que em breve estariam patrulhando de forma isolada. Esse patrulhamento conjunto foi adotado até 15 de maio, quando então foi encerrada a Operação *Fok San Sipann*.

No norte, a 1^a Companhia ocupou as bases e viu-se obrigada a dividir os espaços com os *rear parties* [9] das tropas chilenas e uruguaias que ainda estavam ultimando os preparativos para o embarque do material. Esse acúmulo de tropas provocou certa dificuldade para acomodar a companhia brasileira em condições ideais.

Em Porto Príncipe, o *BRABAT/25* ainda continuava com a missão de manter a *QRF*. Deveria, também, realizar patrulhamentos esporádicos em *Cité Soleil*. A *QRF* deveria manter sua capacidade de atuar em todo o território haitiano, deslocando-se por meio aéreo (helicópteros) ou terrestre. Para tal, continuou realizando diversos exercícios de acionamento da *QRF*, que, após ser acionada, dirigia-se para o local de pouso, embarcava e deslocava-se para diferentes locais do país – nessa fase, acompanhada de militares da *UNPOL*, para fins de ambientação.

Nesse momento, o *BRABAT/25* já possuía pleno conhecimento das áreas próximas às rodovias Nacional 1 e 3, que demandavam de Porto Príncipe para o norte, bem como de toda a área compreendida entre as cidades de *Cap-Haitien* e *Morne Cassé*.

Destaca-se que, mais uma vez, um grande desafio foi a logística necessária para manter a tropa afastada da base do batalhão. Mas, a exemplo do que ocorreu em *Les Cayes*, o desafio foi vencido e a tropa estacionada no norte foi devidamente suprida e assistida.

A essa altura, podia-se dizer que o *BRABAT/25* já havia operado em todo o território haitiano, tendo percorrido com seus pelotões e *SU* as áreas adjacentes às rodovias Nacional 1, 2, 3 e 7, e estando presente em praticamente todas as principais cidades do Haiti, executando atividades de cunho humanitário, dando apoio às eleições haitianas e assumindo a segurança de bases de outros países integrantes da missão.

Na Base General Bacellar, diferentemente do que se poderia esperar para o seu



AOR do BRABAT/25 no início da missão



Área de interesse do BRABAT/25 após saída dos contingentes do Chile e Uruguai

emprego, houve um acionamento da *QRF* para auxiliar a combater um incêndio ocorrido numa madrugada no Mercado Venezuela [10]. Nesta ocasião, o *BRABAT/25* e a Companhia de Engenharia de Força de Paz foram solicitados para auxiliar os bombeiros haitianos com um pelotão de fuzileiros e com caminhões cisterna.

O final da terceira fase caracterizou-se pela rotação dos contingentes. Os voos de rodízio, trazendo militares do BRABAT/26 e da Companhia de Engenharia, foram executados de forma diferente do que havia sido feito anteriormente para trazer o BRABAT/25. Essa alteração deveu-se à necessidade de vultosos trabalhos de engenharia para possibilitar a entrega das diversas bases utilizadas pelas tropas da MINUSTAH. Assim, concluiu-se pela conveniência de, nos primeiros voos de retorno, enviar para o Brasil mais tropa de infantaria e menos de engenharia, de forma a manter maior efetivo de engenheiros em território haitiano durante a rotação. Outra medida válida foi a adoção de intervalo entre voos de quatro a cinco dias. Esse intervalo permitiu que as passagens de função fossem feitas com mais tranquilidade, facilitando a assunção das tarefas.

Com o término da rotação, ficou caracterizado o final da terceira e última fase do emprego do *BRABAT/25*, encerrando o período de seis meses de sua permanência no Haiti.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paralelamente às atividades operacionais, diariamente havia em todas as bases intensa atividade logística e administrativa: tratamento de água, manutenção de instalações, ressuprimento de diversos itens

e controle do material carga (particularmente em função da desmobilização), entre outras. Especial atenção foi dada à manutenção dos equipamentos e viaturas, onde se mostrou muito producente a manutenção semanal realizada aos sábados e a comando, ocasião em que se podia avaliar o real estado de cada material, bem como o adestramento de cada operador.

Foi também constante a preocupação com as instalações das bases General Bacellar e de *Citè Soleil*, pois após quase 13 anos de constante funcionamento, já vinham dando mostras de profundo desgaste. Nesse aspecto, a equipe de manutenção de geradores, integrada por militares do Pelotão de Engenharia e por elementos da Companhia de Comando e Apoio (CCAP), teve muito pouco descanso ao longo da permanência no Haiti. Ocorreram inúmeras falhas no funcionamento dos geradores, particularmente em *Citè Soléil*, onde houve diversas interrupções no fornecimento de energia, prejudicando o funcionamento de equipamentos, o conforto da tropa e, principalmente, sua segurança.

A experiência mostrou a importância de um batalhão de força de paz contar com equipamentos confiáveis e pessoal capacitado em sua manutenção. Geradores Volvo, modernos e eficientes, apresentaram problemas por falta de manutenção especializada, a qual era inexistente no Haiti. A SU de *Cité Soleil*, após pane em seus dois geradores, viu-se obrigada a manter o fornecimento de energia por longo período a partir de dois antigos geradores da Companhia de Engenharia de Força de Paz e do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais.

Julga-se conveniente que equipamentos sensíveis ou que necessitem de manutenção mais especializada tenham a gestão de sua manutenção a cargo de algum órgão no Brasil, se possível o órgão gestor da classe em questão, pois é relativamente fácil a manutenção periódica fugir ao controle do batalhão, visto que a cada seis meses ocorre a troca de contingente, troca esta que pode coincidir com momentos de grande agitação e emprego de grande número de tropa, incluindo aí o pessoal de manutenção, o que poderá acarretar a perda do controle, falhando, inclusive, o lançamento de dados em livros registro e fichas de manutenção.

No que se refere à gestão dos recursos humanos, o *BRABAT/25* destacou-se pela rapidez e confiabilidade das informações prestadas sobre seus integrantes. No preparo, isso foi observado particularmente nas tarefas de confecção de passaportes, execução do exame psicológico e preenchimento do quadro de cargos (QC); no emprego, o *BRABAT/25*

foi ágil e preciso no fornecimento de informações sobre seu pessoal, bem como no controle das liberações dos militares. O bom desempenho do batalhão nessa área deveu-se, em boa parte, a um programa de informática (Sistema *BRABAT*) desenvolvido por um militar do 5º Centro de Telemática de Área, integrante da céluia do G1. A adoção dessa ferramenta por futuros *BRABAT* possibilitará economia de tempo e recursos, pois permitirá reduzir o número de erros cometidos na gestão de pessoal.

Durante o emprego do *BRABAT/25*, atividades não operacionais também

mereceram destaque. Visitas de comitivas e autoridades à base do batalhão foram rotineiras. Nessas, destacou-se a visita do *Under-Secretary-General Mr. Hervé Ladsous*, o qual se mostrou particularmente grato ao trabalho desenvolvido pelos contingentes brasileiros e extremamente impressionado com o nível de prontidão e resposta da tropa.

Outra visita que mereceu destaque foi a vinda de uma delegação de mestrandos dos EUA que, durante uma jornada inteira, se mostraram muito interessados pela forma como o Brasil conduzia suas operações de paz, nas quais, segundo eles, obtinha um desempenho excepcional.

Com relação ao suporte prestado a partir do Brasil, registra-se a efetividade do apoio promovido por militares do MD e do EB. A visita de delegação do MD, antecedendo a inspeção periódica, colaborou para orientar os trabalhos do batalhão, visando ao melhor desempenho possível naquela inspeção. Como resultado, o batalhão obteve excelente índice de disponibilidade de equipamentos.

Já a presença dos militares do EB na visita de manutenção permitiu melhorar o índice de disponibilidade de equipamentos, armamentos e viaturas. Além disso, as equipes melhoraram instalações que, àquela altura, já apresentavam problemas decorrentes de desgaste pelo tempo, como, por exemplo, a cozinha, que teve parte de seus circuitos elétricos substituídos.

Com base na experiência vivida pelo *BRABAT/25*, sugere-se que, com a aproximação do fim de uma missão de paz, militares com funções específicas voltadas



para a desmobilização tenham, durante o preparo, instruções sobre encerramento de missões de paz – particularmente aquelas baseadas do *Liquidation Manual* [11] –, se possível no CCOPAB. Sugere-se, também, que para o preparo de qualquer missão sejam ministradas instruções específicas sobre procedimentos administrativos do sistema UN, como obtenção de ração e combustível e descarte de material, por exemplo.

Terminado o período de emprego, ficou patente para os militares do BRABAT/25 que o soldado brasileiro era visto pelos integrantes da MINUSTAH – civis e militares – como um profissional altamente capacitado, comprometido com a missão e destemido ao deparar-se com situações que exigissem emprego da força. Mais de uma vez, ouviu-se de

integrantes da missão que “o militar brasileiro nunca teve medo de agir” ou “a tropa brasileira, desde o primeiro batalhão, é muito confiável”. Tais relatos e opiniões expressavam o pensamento não em relação a um BRABAT em especial, mas a todos os batalhões que integraram a missão de paz.

Cada militar do BRABAT/25 tinha a exata noção de que outros militares o haviam antecedido, alguns dos quais deram a vida em nome da missão. Todos, sem exceção, honraram o Brasil, a Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro e a Força Aérea Brasileira. Por isso, o combatente do BRABAT/25 deu o melhor de si; encarou os desafios com vontade férrea e determinação; foi, enfim, um embaixador de seu país.

Sempre prontos! A serviço da paz!

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Portaria no 121-EME, de 25 de junho de 2013. Institui a Comissão de Preparo de Tropa para Missão de Paz e dá outras providências. Boletim do Exército no 26/2013, Brasília, DF, 28 de junho de 2013.
- _____. Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- _____. Manual MD34-M-02, 2013 (3a Edição). Manual de Operações de Paz.
- _____. Exército Brasileiro – COTER, Caderno de Instrução CI21-75/1, 2004 (1a Edição - Experimental). Patrulhas United Nations. Department of Field Support. 2012.18 - Liquidation Manual.
- _____. News & Media Photo. UN Peacekeeping Chief Visits Haiti. Disponível em: <http://www.unmultimedia.org/photo/detail.jsp?id=714/714328&key=0&query=subject:%22Rebuilding%20Haiti%22&lang=&sf=>. Acesso em: 21 out. 2017.
- _____. Peace Keeping Missions Military Special Forces, January 2015.
- _____. UNPOL. Formed Police Units. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/sites/police/units.shtml>. Acesso em: 21 out. 2017.
- _____. Policy, October 2010. Civil-Military Coordination in UN Integrated Peace Keeping Missions (UN-CIMIC).
- USA. National Aeronautics and Space Administration (NASA). Hurricane Matthew Hits Haiti. Disponível em: <<https://www.nasa.gov/image-feature/hurricane-matthew-hits-haiti>>. Acesso em: 21 out. 2017.

NOTAS

- [1] O Batalhão Uruguai (URUPERBAT, sigla em inglês) era integrado por militares do Exército Uruguai e por uma companhia do Exército Peruano.
- [2] A CPTMP é uma comissão destinada a estruturar, orientar e conduzir o preparo da tropa a ser designada para missão de paz, sob a coordenação do COTER e estruturada com base nos militares que comporão o estado-maior da tropa a ser desdobrada em uma missão de paz.
- [3] Lei Federal que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
- [4] Furacão de categoria 4 que atingiu o Haiti em 4 de outubro de 2016, provocando a morte de pelo menos 540 pessoas.
- [5] Técnica similar ao "Jogo da Guerra" utilizado no EB, que consiste de confrontar uma linha de ação adotada por um partido com as ações que possivelmente serão adotadas pelo oponente.
- [6] FPU é uma unidade policial formada por aproximadamente 140 policiais, treinados e equipados para atuar como uma unidade coesa capaz de cumprir tarefas policiais que um policial individualmente não conseguiria.
- [7] Seção formada por militares do COLOG com o propósito de ser a ligação direta do BRABAT com aquele Comando.
- [8] Seção integrada por militares com permanência de 01 (um) ano missão, tendo como objetivo a ligação direta com a Base de Apoio Logístico do EB, para fins de controle de carga e patrimônio.
- [9] Designação dada ao efetivo que, após a saída do grosso da tropa, permanecia para ultimar os preparativos e embarcar o material. Conta com efetivo aproximado de 10% da tropa considerada.
- [10] Consistia de uma feira com inúmeros barracões ocupados por vendedores de frutas, legumes, roupas usadas e objetos de pequeno valor, entre outros produtos de baixo custo.
- [11] Manual da ONU que orienta a preparação e a execução do encerramento de uma missão da paz.



A PARTICIPAÇÃO DA COMPANHIA DE ENGENHARIA DE FORÇA DE PAZ NO HAITI

Tenente-Coronel Alerrandro Leal Farias

O Tenente-Coronel de Engenharia Alerrandro é o Oficial de Operações do Comando Militar do Planalto. Foi declarado aspirante a oficial, em 1994, pela Academia Militar das Agulhas Negras e aperfeiçoado, em 2002, pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, estabelecimentos de ensino superior dos quais foi instrutor. Aperfeiçou-se também no *Fort Leonard Wood/Missouri* nos EUA. Possui o Curso de Comando e Estado-Maior. Foi supervisor de desminagem humanitária da OEA, na Guatemala, junto à MARMINCA. Comandou a 1^a Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista. Foi subcomandante da *BRAENGOY/18* (2013) e comandante da *BRAENGOY/25* (2017). Serviu nos Batalhões de Engenharia de Boa Vista/RR, Cachoeira do Sul/RS e Cuiabá/MT; e no DEC. Está nomeado comandante do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, em Teresina/PI (alerrandro.farias@eb.mil.br).



A Companhia de Engenharia de Força de Paz/Haiti (Cia E F Paz-Haiti), designada de *Brazilian Engineering Company* (*BRAENGOY*, sigla em inglês), participou da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti - MINUSTAH*, sigla em francês), de 3 de abril de 2005 a 2 de junho de 2017 [1], período no qual 24 contingentes da Cia se sucederam na Missão [2].

A participação da *BRAENGOY* pode ser dividida em três fases:

- a seleção do efetivo entre os voluntários do Exército Brasileiro (EB) e o seu preparo em território brasileiro;
- o emprego na área de operações do Haiti;
- o rodízio semestral de contingentes/desmobilização final da Cia, que ocorreu a 15 de outubro de 2017.

Por absoluta falta de espaço neste artigo, não será comentada a terceira fase.

Dentro da *MINUSTAH*, a *BRAENGOY* integrou a lista de unidades que participaram do componente militar da Missão. Foi comandada por oficial da arma de engenharia do EB, no posto de coronel ou tenente-coronel e permaneceu sob controle operacional [3] do *Force Commander* (FC) para fins de emprego durante toda a sua participação no Haiti.

Todavia, para fins administrativos (logística com o Brasil, casos de disciplina de tropa, rodízio de contingentes, segurança orgânica da base de operações etc), a Cia esteve subordinada ao comandante (Cmt) do Contingente Brasileiro (CONTBRAS), o qual reuniu, além da *BRAENGOY*, as tropas do Batalhão Brasileiro de Força de Paz (*Brazilian Battalion – BRABAT*, sigla em inglês). O comando do CONTBRAS foi exercido cumulativamente com o comando do *BRABAT*, uma vez que o Cmt do batalhão foi o oficial mais antigo entre as duas unidades.

Esclarece-se, por fim, que as conclusões registradas no presente artigo correspondem exclusivamente ao entendimento do autor, tomando por base entrevistas com ex-integrantes da Cia e com militares que participaram ativamente do preparo da *BRAENGOY* (oriundos do Departamento de Engenharia e Construção-DEC; do Comando de Operações Terrestres-COTER; do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil-CCOPAB [4], dos Grupamentos de Engenharia-Gpt E, do Centro de Avaliação de Adestramento do Exército-CAAdeEx [5], entre outros), consultas aos acervos digitais do DEC e do COTER, bem como as suas duas experiências na *MINUSTAH*: a primeira como subcomandante (S Cmt) da *BRAENGOY/18* (de maio a dezembro de 2013) e a segunda como comandante (Cmt) da *BRAENGOY/25* (de dezembro de 2016 a junho de 2017).

AS MISSÕES DA BRAENGCOY NA MINUSTAH

Pode-se resumir a três os conjuntos das missões executadas pela BRAENGCOY no Haiti, a saber:

- prover apoio de engenharia à MINUSTAH (indistintamente ao componente militar e ao componente civil da missão);

- manter o ambiente seguro e estável; e

- apoiar a reconstrução do país anfitrião.

A partir desses aspectos de emprego, o FC e seu estado-maior (EM) atribuíam tarefas ao comando (Cmdo) da BRAENGCOY. A rotina de processamento dessas tarefas será melhor detalhada ao longo deste artigo, de forma a registrar como o EM da subunidade (SU) as recebia e planejava executá-las, sobretudo nos 18º e 25º Contingentes (Contg) da Cia.

1ª FASE: A SELEÇÃO DO EFETIVO E O PREPARO DOS CONTINGENTES NO BRASIL

A coordenação do preparo da BRAENGCOY, em solo brasileiro, permaneceu a cargo do DEC, sob orientação do COTER, exceto nas BRAENGCOY 1 e 2. O DEC é um dos órgãos de direção setorial (ODS) do EB e, juntamente com o CCOPAB e com o CAAdEx, levou a cabo o preparo dos contingentes da BRAENGCOY. Ressalte-se que, desse conjunto de unidades (DEC-COTER-CCOPAB-CAAdEx), o CAAdEx [6] foi empregado de forma inconstante e apenas a partir da preparação da BRAENGCOY/5, resultado do amadurecimento da atividade de adestramento da SU para compor a MINUSTAH.

No total, 24 contingentes [7] da BRAENGCOY revezaram-se ao longo da Missão [8], contados a partir de 4 de julho de 2005 (início dos trabalhos da BRAENGCOY/1 no Haiti) até 15 de outubro de 2017 (regresso definitivo ao Brasil do Cmdo da BRAENGCOY/26). O processo de preparação dos contingentes, desde o 2º até o 26º, foi aperfeiçoado com base nas experiências adquiridas e registradas pelos

responsáveis pelas atividades de preparação do contingente imediatamente anterior. Desde o 1º semestre de 2005, com a seleção e preparo da BRAENGCOY/1 até maio de 2017, com o embarque da BRAENGCOY/26, podemos – para fins de estudo – dividir o processo de mobilização e preparo da BRAENGCOY em três períodos:

PERÍODO	CONTINGENTE	RESPONSÁVEL
1º Período	BRAENGCOY/ 1 e 2	Gpt E
2º Período	BRAENGCOY/3 a 24	DEC
3º Período	BRAENGCOY/25 e 26	DEC

1º Período:

BRAENGCOY/1, o contingente pioneiro, e a BRAENGCOY/2

Nesse período, a condução dessas atividades de mobilização e preparo ficaram a cargo dos Gpt E [9] existentes à época. A seleção de recursos humanos concentrou-se, respectivamente, no Comando Militar do Nordeste (CMNE) e no Comando Militar da Amazônia (CMA).

A partir de fevereiro de 2005, coube ao 1º Gpt E o encargo da seleção de pessoal e do preparo dos voluntários para compor a BRAENGCOY/1, em sua maior parte servindo nas OM Eng do CMNE, que corresponde à área territorial de atuação daquele Gpt E. A tarefa não foi fácil, pois, desde 1997, o EB não mobilizava tropas de engenharia para participar de uma missão de paz sob a égide da ONU, sendo a última SU de engenharia brasileira inserida na missão de Angola, no continente africano, (*United Nations Angola Verification Mission III - (UNAVEM/III, sigla em inglês)* [10].

Os dados sobre a mobilização, preparação, emprego e desmobilização da Cia que operou em Angola não estavam organizados nem disponíveis para consulta. Além disso, quase dez anos separavam a mobilização ocorrida para operar na África e a nova demanda, desta vez para operar no Haiti. Nesse contexto, o

DEC, entendendo que a experiência vivida na UNAVEM/III não poderia ser ignorada, reuniu militares de Brasília/DF que haviam participado – direta ou indiretamente – do emprego da Cia E F Paz em Angola, com a finalidade de levantar informações elementares que pudessem nortear a nova empreitada no país caribenho.

O 1º Gpt E selecionou os operadores, motoristas, mecânicos e especialistas em construção vertical (armadores, carpinteiros, bombeiros hidráulicos, pedreiros, electricistas prediais e de alta tensão, pintores, serralheiros, entre outros) mais experientes em suas áreas funcionais, lotados nas organizações militares diretamente subordinadas (OMDS), dentre as quais o 1º BEC (Caicó/RN), o 2º BEC (Teresina/PI), o 3º BEC (Picos/PI), o 4º BEC (Barreiras/BA) e a Cia Cmdo do 1º Gpt E (João Pessoa/PB), além do 7º BEC Cmb (Natal/RN), que à época, era subordinado diretamente ao CMNE.

Contou diretamente para essa criteriosa seleção a colaboração dos Cmt dessas Unidades, que entenderam a complexidade e urgência da tarefa

do preparo e embarque para iniciar os trabalhos no Haiti, ainda no 1º semestre de 2005. Registre-se que elementos isolados (intérpretes, médicos, enfermeiros, operadores etc) foram recrutados em OM de outros comandos militares de área (C Mil A), devido às suas *expertises* em alguma área requerida pela BRAENGOY, dentre as quais podemos citar: 1º BECmb (Rio de Janeiro/RJ), 7º BEC (Rio Branco/AC), Centro de Inteligência do Exército (CIE, Brasília/DF), Diretoria de Material de Aviação do Exército (DMAvEx, Brasília/DF), Comando de Aviação do Exército (CAvEx, Taubaté/SP) e Hospital Militar de Área de Recife.

A escolha do 7º BEC Cmb, sediado em Natal/RN, para coordenar as atividades de preparo da BRAENGOY/1, configurou-se como decisão acertada por parte do 1º Gpt E, uma vez que essa capital fica localizada a 190 km de João Pessoa; encontra-se bem articulada por via terrestre com as OM Eng contribuintes com os militares voluntários e com a cidade do Rio de Janeiro/RJ (cujo porto foi utilizado para o embarque de material do Brasil para o Haiti, durante toda a Missão), além de ser uma guarnição com diversas unidades capazes de ceder meios para consecução das atividades de adestramento da Cia.

O preparo da BRAENGOY/1 (abril/2005) e da BRAENGOY/2 (novembro/2005) foi rápido, onde se buscou otimizar ao máximo o tempo disponível nas OM encarregadas da atividade (7º BEC Cmb e Cmdo 2º Gpt E). No 1º Contingente, em aproximadamente 30 dias, o efetivo de voluntários foi reunido, realizou exames físicos, psicológicos e saúde, recebeu vacinação, submeteu-se a instruções de tiro (fuzil e pistola), e recebeu as instruções

de *Standard Generic Training Module (SGTM*, módulos 1 a 15), ministradas por equipe formada por 02 oficiais enviados pelo COTER. O então Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz) [4] ainda não possuía estrutura para receber oficiais pré-selecionados para missão de paz e ministrar as *SGTM*, na chamada instrução de 1º nível. Sendo assim, os instrutores do COTER se encarregavam de difundir esse conhecimento, obrigatório pela ONU por ocasião do pré-embarque.

O oficial de logística da BRAENGOY/1, em meio a todo o esforço para mobilização do contingente pioneiro, no mês de maio de 2005, recebeu a missão de deslocar em torno

Os dados sobre a mobilização, preparação, emprego e desmobilização da companhia que operou em Angola não estavam organizados nem disponíveis para consulta. Além disso, quase dez anos separavam a mobilização ocorrida para operar na África e a nova demanda, desta vez no Haiti.

de trinta homens de Natal para o Rio de Janeiro, a fim de participar de uma inspeção conduzida por membros da ONU, antes do início do embarque para a Missão (previsto para junho de 2005). O objetivo da inspeção foi verificar o estado dos equipamentos e viaturas disponibilizados pelo EB – em sua maioria novos – para compor a Cia e checar a perícia dos operadores e motoristas. O efetivo inspecionado se houve tão bem que os *checklists* de procedimentos para inspeção de tropa e de frota, no momento do pré-embarque para uma missão de paz da ONU, ganharam um novo formato com a experiência vivida pelos inspecionadores no Brasil, haja vista o alto grau de organização, prontidão dos profissionais pré-selecionados e o estado de conservação dos ativos usados no evento.

Entre os dias 1º e 4 de junho de 2005, foi realizado o carregamento do navio fretado pela ONU para o transporte do material da *BRAENGOY* no porto do Rio de Janeiro. Em 25 de junho de 2005, começava a “Operação Desembarque” na zona portuária de Porto Príncipe no Haiti, após a chegada daquele navio, contendo os equipamentos e viaturas constantes do Memorando de Entendimento (*Memorandum of Understanding - MOU*) da *BRAENGOY*, celebrado entre a ONU e o governo brasileiro.

Em Manaus, a partir de setembro de 2005, o subcomandante assumiu o planejamento e a condução do preparo centralizado da *BRAENGOY/2*, pois o comandante nomeado ainda estava desempenhando a função anterior. O coordenador do preparo dividiu a preparação em duas etapas: na primeira, realizada em outubro de 2005, dois oficiais do 2º Gpt E percorreram as OM Eng contribuintes do Comando Militar da Amazônia (CMA) e ministraram os módulos de SGTM obrigatórios. Adicionalmente, as próprias OM conduziram os exames médicos e as inspeções de saúde. A 2ª etapa reuniu toda a tropa em Manaus, no mês de novembro, sendo apoiada pelo Cmdo do CMA e pelas OM sediadas na guarnição (Batalhão de Aviação do Exército-BAvEx; Centro de Instrução de Guerra na Selva-CIGS; Companhia de Guardas-Cia Gd;

e Companhia de Polícia do Exército-Cia PE). O S Cmt e os oficiais da Cia conduziram as instruções de tiro; de técnicas, táticas e procedimentos (TTP); e de primeiros socorros e resgate de feridos, junto ao Corpo de Bombeiros, entre outras. Essa etapa centralizada culminou em um exercício tático no terreno, utilizando a estrutura de uma comunidade de Manaus que apresentava algumas semelhanças com a realidade haitiana.

2º Período:

da *BRAENGOY/3* à *BRAENGOY/26*, o DEC centraliza o prenaro.

Nesse período, a condução das tarefas foi completamente centralizada no DEC. A Assessoria de Doutrina e Material de Engenharia (Asse 6) do DEC foi encarregada de conduzir o prenaro cumulativamente com outras atividades, e o Chefe do DEC designou um “Gerente do Preparo” (Grt Prep). Ao elaborar a “Diretriz de Preparo” para o 3º Contingente da *BRAENGOY*, em 14 de dezembro de 2005, o Grt Prep estabeleceu o principal ponto de inflexão do ciclo de existência da *BRAENGOY*.

Essa Diretriz de Preparo:

- estabelecia um Núcleo de Comando (Nu Cmdo) para as próximas *BRAENGOY*, começando pelo 3º Contingente, dentro das instalações da Asse 6;
- executava a seleção de pessoal e seu respectivo Prep em batalhões e companhias de engenharia selecionados em sistema de rodízio (denominadas OM contribuinte com Pessoal e OM encarregada do Prep de tropa);
- escalava uma OM do sistema de engenharia do EB para sediar a concentração final do efetivo (OM Sede do Prep Centralizado);
- regulava um quadro geral de atividades, que tinha o mérito de ordenar o processo de Prep da Cia num lapso temporal de seis meses;
- pontuava as atribuições do Estado-Maior do Exército, dos ODS, dos C Mil A e das Regiões Militares envolvidas, solicitando-lhes suas intervenções, em coordenação com o DEC, para cumprir o previsto na Diretriz; e
- previa a Reunião Inicial de Planejamento

e a Reunião de Coordenação de EM, que colocavam frente a frente os principais atores (Cmt Cia, Coordenador do Preparo (Coor Prep)/DEC e dos demais ODS) envolvidos na complexa tarefa de formar um novo contingente, a cada seis meses.

A Diretriz de preparo dos contingentes passou a ser reeditada a cada seis meses (sempre alinhada com a Diretriz de preparo expedida pelo COTER), entrando em vigor pouco antes do início da formação das sucessivas *BRAENGCY*. Essa Diretriz tornou possível a passagem à disposição do DEC, para trabalhar no Nu Cmdo, do Cmt Cia nomeado pelo Gabinete do Comandante do Exército (após indicação da própria Asse 6/DEC), e dos oficiais e praças pré-selecionados na guarnição de Brasília [11].

Até o fim do preparo da *BRAENGCY/26*, e também durante as fases de emprego no Haiti e de desmobilização, o Nu Cmdo conduziu a gestão do seu próprio contingente, realizando, dentre outras, as seguintes tarefas:

- a sincronização dos estágios técnicos agendados junto à indústria civil nacional e às OM especializadas;
- o suporte logístico ao Contg desdobrado no Haiti;
- a verificação do resultado obtido na inspeção de saúde de cada voluntário;
- a aquisição de passagens aéreas e terrestres para os deslocamentos, em território nacional, dos pré-selecionados;
- acompanhar os preparativos da OM Eng sede do Prep e da concentração final do efetivo pré-selecionado, e o
- controle da gestão dos recursos financeiros alocados pelo MD/COTER ao preparo do contingente.

A seleção de pessoal, regrada pela Diretriz de Preparo, foi um ponto notável para o êxito da *BRAENGCY* no Haiti. As entrevistas feitas com os voluntários eram do tipo “homem a homem”, após terem seu voluntariado ratificado por seus Cmt OM. Uma equipe do Nu Cmdo visitava todas as OM contribuintes com efetivo, certificando-se de que a experiência profissional, a desejável estabilidade familiar e, acima de tudo, a

multifuncionalidade do militar – registrada em sua ficha de entrevista preliminar antes da chegada da equipe do DEC – estavam garantidas. As entrevistas, em sua versão ainda impressa e não digitalizada para fins de banco de dados, eram armazenadas na Asse 6/DEC para consultas futuras, mesmo daqueles não aproveitados. A informatização das entrevistas viria mais adiante, no Nu Cmdo da *BRAENGCY/9*. As visitas também serviam para inspecionar as instruções descentralizadas levadas a cabo em cada uma das OM. Em diversos Contg, o Cmt e o S Cmt entrevistavam os voluntários, percorrendo pessoalmente as OM contribuintes. Essa tarefa iniciava um vínculo de confiança entre o Cmdo e os futuros subordinados, que se robustecia na execução do Prep centralizado, quando da execução do Exercício Básico de Operações de Paz (EBOP) e do Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP).

O apoio do CCOPAB, que no período anterior foi limitado a observar a condução do que estava sendo executado pelo EM/Cia junto à tropa, cresceu gradualmente à medida que esse Centro se desenvolvia, em efetivo e em experiência acumulada com o acompanhamento dos sucessivos *BRABAT* e das *BRAENGCY*.

A rotina e natureza dos trabalhos da Cia, o cotidiano de violência nas ruas das principais cidades do Haiti, a crise política e o conturbado processo eleitoral haitiano, os desastres naturais, os incidentes de trânsito, as motivações das baixas de militares em serviço, enfim, tudo o que refletisse o dia a dia dos seis meses de cada contingente era reportado ao Brasil. O *Situation Report (SITREP)* – “relatório de situação” – foi o meio empregado para a consolidação desses dados de inteligência. Esses dados eram remetidos aos seguintes órgãos de controle da Missão em território brasileiro: Ministério da Defesa (MD), COTER, DEC, Centro de Inteligência do Exército (CIE) e CCOPAB.

A partir da *BRAENGCY/5* (inclusive), o estudo sistemático dos *SITREP* serviu para contextualizar os exercícios no terreno (ET), EBOP e EAOP, aplicados à tropa

da *BRAENGOY* que estivesse vivendo o Prep, antes do embarque, por meio da montagem de “situações-problema” impostas aos comandantes de fração e aos seus subordinados. O EAOP do 5º Contingente registrou amadurecimento significativo em relação aos anteriores, sobretudo devido à matriz de incidentes elaborada, à participação de cadetes da AMAN habilitados em inglês e à profusão de meios postos à disposição da coordenação do exercício. A figuração do ET impunha severo realismo às atividades, interpretando papéis que remetiam à Polícia Nacional Haitiana (PNH), aos integrantes da *MINUSTAH* e à população local, inclusive com as conversações sendo conduzidas em inglês, francês e *creole* (a língua nativa local).

hospedagem no DEC, buscou-se suporte informal nas diretorias do Departamento Geral do Pessoal (DGP), em particular na Diretoria de Saúde (DSau), na Diretoria de Controle de Efetivos e Movimentações (DCEM) e na Diretoria do Serviço Militar (DSM), para verificar a possibilidade de extração de dados do pessoal que interessavam ao processo seletivo.

Mediante expediente oficial enviado pelo DEC ao DGP, foi autorizado o acesso ao EBCORP (Base Corporativa do EB) por meio de um usuário de banco de dados criado especificamente para capturar os dados dos voluntários onde quer que estivessem no território nacional. O módulo G1/RP (Setor de Pessoal e Relações Públicas) do SISPAZ foi o primeiro a ser concluído, historicamente, foi o mais demandado. Os registros extraídos do EBCORP eram confirmados nas OM contribuintes, selando a confiabilidade dos dados. O próximo passo no desenvolvimento foi a capacidade

EXEMPLO DO CICLO DE PREPARO-EMPREGO-DESMOBILIZAÇÃO (FASES)			
Contingente	Seleção e Prep (Brasil) - 4 a 6 meses -	Emprego (Haiti) - Aprox 6 meses -	Desmobilização (Brasil) - 1 a 2 semanas -
<i>BRAENGOY/3</i>	Executado 30 Nov 05 a 19 Mai 06	Em Curso 06 Jun 06 a 18 Dez 06	Após rodízio com o 4º Contingente
<i>BRAENGOY/4</i>	Em curso 29 Mai 06 a 10 Nov 06	Após rodízio com o 3º Contingente	Após rodízio com o 5º Contingente
<i>BRAENGOY/5</i>	Aguardando expedição da Diretriz de Prep/DEC	Após rodízio com o 4º Contingente	Após rodízio com o 6º Contingente

O Sistema de Seleção e Preparo da *BRAENGOY* (SISPAZ), desenvolvido durante o Prep do 9º Contingente da *BRAENGOY*, a partir de junho de 2009, foi um salto no processo de cadastramento de voluntários e gestão dos Contg [12]. Esse sistema alçou o controle dos voluntários para ocupar os claros da Cia a um nível muito superior ao que vinha sendo praticado até então.

Foi constatada a necessidade de um sistema informatizado para o qual convergissem os dados pessoais e profissionais de todos os voluntários oriundos das OM contribuintes do processo seletivo para a *BRAENGOY*. A seguir, foi estabelecido contato com a chefia da seção de informática do DEC para viabilizar a hospedagem do SISPAZ no servidor do Departamento. Confirmada a possibilidade da

de gerar os relatórios requeridos pelos órgãos do EB que participavam da seleção e do preparo, bem como os relatórios demandados pelo MD e pela ONU, para fins de rodízio.

O Sistema passou por diversos aperfeiçoamentos ao longo de seu uso, entre 2009 e 2017, contando, para isso, com a colaboração de diversos militares especialistas em programação que fizeram parte do Nu Cmdo da SU no DEC. À medida que os Coor Prep percebiam as possibilidades do sistema, novos desafios foram sendo lançados aos programadores, os quais se esforçavam em disponibilizar novos campos de dados a serem preenchidos (dados profissionais, dados biométricos e familiares, respostas aos formulários *on-line* de entrevista de habilidades técnicas e experiência profissional, entre outras informações).

Em pouquíssimo tempo, o SISPAZ tornou-se o centro de convergência de todo o processo seletivo da *BRAENGOY*. Uma ordem de serviço específica passou a ser elaborada pelo Nu Cmdo e remetida pelo Coor Prep às OM contribuintes, nas quais os chefes de 1^a Seção e os sargentantes eram habilitados a inserir dados. Na sua versão mais recente (v2.0, de julho de 2016), vulnerabilidades de segurança foram corrigidas, novos menus, recursos, modos de consulta e variados relatórios foram acrescentados.

3º Período: o preparo das *BRAENGOY*/25 e 26.

Após doze anos de experiência acumulada pelo DEC, que continuava à frente do preparo, e considerando que o Nu Cmdo possuía processos bastante consolidados, verificou-se, de uma forma geral, a possibilidade de ajustes no preparo, devido aos seguintes indicadores:

- existência de relatórios de fim de preparo, elaborados pelos Cmt Cia e seus EM;
- existência de relatórios de execução dos estágios técnicos, realizados na indústria civil nacional e em algumas OM do EB;
- existência de relatórios produzidos pelas OM Eng contribuintes com pessoal e pelas OM Eng encarregadas do Prep;
- introdução do Centro de Instrução de Engenharia de Construção (CIEC/Araguari-MG) na oferta de estágios curtos com o propósito de reciclar os voluntários em tarefas específicas; e
- existência de um grande efetivo de militares que já haviam participado da Missão, no universo de OM Eng.

O término da Missão era iminente, sobretudo a partir da *BRAENGOY*/23, e os recursos da ação orçamentária que financiava o preparo sofreram cortes significativos. A redução do efetivo da Cia, que começou com 150 homens, aumentou para 250 no 8º Contingente, diminuiu para 177 na *BRAENGOY*/20 e, finalmente, para 120 militares na *BRAENGOY*/22, também corroborou com a necessidade de se otimizar o orçamento do preparo. O DEC compactou

os períodos de preparo descentralizado (que ocorria nas principais OM contribuintes com pessoal) e centralizado (executado em uma OM Eng), para sete semanas de instrução e adestramento, divididas em quatro pacotes.

No primeiro pacote (durante as S1, S2 e S3), os militares selecionados realizaram estágios imprescindíveis à Cia:

- estágio de montagem de ponte *LSB/Compact 200* (*Logistic Support Bridge*);
- estágio de navegação e manutenção de motor de popa;
- estágio de operação da estação de tratamento de água por osmose reversa;
- estágio de explosivos e destruições;
- estágio de construção vertical; e
- uma breve adaptação à condução de viaturas militares de diversas categorias.

No segundo pacote (em S4 e S5), foi realizado um nivelamento de conhecimentos, desde instruções de técnicas e táticas individuais, emprego de pequenas frações em deslocamentos a pé e motorizado (de caráter iminentemente prático), além de todo o conjunto de instruções exigidas pela ONU dentro das *CPTM* (*Core Pre-Deployment Training Materials*).

Nos terceiro e quarto pacotes ocorreram respectivamente, o EBOP (S6) e o EAOP (S7). A essa altura, por ocasião do EAOP, o CCOPAB havia atingido seu nível máximo de profissionalismo, devido:

- à quantidade de instrutores e de observadores de conduta recém-egressos do Haiti;
- ao efetivo da figuração empregada e;
- ao volume dos meios usados (equipamentos de engenharia, equipamentos rádio, viaturas, helicóptero, instalações públicas e privadas etc).

O Centro havia começado a expedir certificação reconhecida pelo *DPKO* (*Department of Peacekeeping Operations*) a partir da *BRAENGOY*/21, credenciando a *BRAENGOY* em preparo, a desdobrar-se para a área de operações. Chegou-se a impor mais de 150 incidentes à tropa, na tentativa de aprestar os pelotões e os grupos de

Eng para praticamente tudo o que se vivia naquele momento no Haiti.

Antecedendo todo esse esforço de sete semanas, os dois contingentes puderam contar com uma plataforma *web* de apoio ao estudo à distância regulado em quadro de trabalho semanal (OTS), a cargo do G3 da *BRAENGOY/25*, que possibilitou aos oficiais e S Ten/Sgt da Cia fazerem *upload* de módulos de instrução, a título de preparação para o que seria praticado no preparo centralizado.

O CAAdEx, criado em 1996, já acumulava robusta experiência na avaliação do adestramento de tropas quando da mobilização da *BRAENGOY/1*. Todavia, conforme já comentado, a primeira participação viria a ocorrer apenas a partir do Prep da *BRAENGOY/5*. Infelizmente, o CAAdEx não compareceu a todos os Prep centralizados das *BRAENGOY*, ora por falta de recursos financeiros específicos para mobilizar o efetivo requerido pelo Cmdo/CAAdEx, ora por incompatibilidade na agenda do Centro.

Ao participar ativamente do preparo do 18º Contg – como S Cmt/Cia – e do 25º Contg – como Cmt *BRAENGOY*, pude constatar as inúmeras possibilidades de aferição do adestramento que o CAAdEx poderia proporcionar. Não tivemos a presença do CAAdEx no Prep centralizado do 18º Contg, mas contamos com esse Centro no 25º Contg, sendo perceptível o incremento no grau de realismo do adestramento, sobretudo no emprego do fuzil 7,62 mm, em exercícios que envolviam o engajamento com arma de fogo contra os agentes perturbadores da ordem pública (APOP), particularmente nas missões que simulavam patrulhas fluviais, escolta de comboios, segurança de ponto sensível e patrulha a pé.

2ª FASE: O EMPREGO DA *BRAENGOY* NA ÁREA DE OPERAÇÕES

A dinâmica vivida pela *BRAENGOY* no Haiti, no tocante ao cumprimento das missões diariamente atribuídas pelo componente civil da Missão (por meio do FC ou de seu EM), não permitia a elaboração de um cronograma de trabalho semanal ou mensal que fornecesse, aos comandantes de pelotão (Cmt Pel) e aos chefes de seção de EM (Ch Sec EM), um planejamento preciso das tarefas a serem desenvolvidas no futuro.

Outro elemento que impactava diretamente um planejamento de curto e/ou médio prazo (de uma semana a dois meses) era a periodicidade de gozo das dispensas de *leave and rest and recuperation (R&R)* [13]. A partir do fim do 1º mês de Missão, a Cia tinha seu efetivo reduzido em aproximadamente 30% para usufruir dessas dispensas. Essa média se repetia até quinze dias antes do término da permanência de cada contingente, quando todo o efetivo deveria estar pronto para a execução do rodízio.

Em suma, o planejamento das missões era diário, impondo

uma reunião no fim da tarde, envolvendo os Ch Sec EM, os Cmt Pel e, para a tomada de decisão final, a presença do Cmt ou do S Cmt de Cia. Tantas variáveis (efetivo em descanso; tarefas já em andamento; novas missões recebidas; disponibilidade de equipamentos e viaturas; distância do local de execução da obra e o seu *status* de risco; ausência de base da ONU para abrigar a tropa da Cia em caso de pernoite, entre outras) exigiam um sistema informatizado para otimizar os recursos humanos e materiais da *BRAENGOY*.

O SISCOM, desenvolvido pela equipe de informática da *BRAENGOY/14* (2011), veio suprir a demanda acima descrita. Gerenciado

Uma futura missão de paz que venha necessitar de uma Companhia de Engenharia deverá considerar todas as lições aprendidas pela *BRAENGOY* na MINUSTAH, estendo esse raciocínio ao Pel E/*BRABAT*, uma vez que a companhia operou em apoio direto e em reforço ao *BRABAT* em muitas ocasiões.

pelo G3/Cia (oficial de operações), o sistema mostrou-se capaz de fazer a gestão de pessoal da Cia (prontidão ou ausência) e apontar os meios em viaturas e equipamentos envolvidos. Exibia ainda observações relevantes para cada missão, alertando os Cmt Pel e suas frações quanto aos horários, e no apoio a receber de outras seções (aprovisionamento, comunicações, subtenência, oficinas mecânicas etc). Uma vez aprovado pelo Cmt Cia, o planejamento previsto no SISCOM era impresso – em forma de relatório – e exposto em local de grande circulação da *BRAENGOY*, para seu imediato cumprimento pelas frações.

A execução de todas as missões impostas à *BRAENGOY* era antecedida por um reconhecimento (Rec). O Rec era crucial, posto que a Cia atuou num ambiente multinacional, com atores interagindo em inglês, francês, espanhol ou *creole*, e que possuíam cultura organizacional de trabalho distinta da nossa; tudo imerso na incerteza do trânsito haitiano caótico, temperado com a possibilidade iminente de se deparar com atos de violência nas ruas (furto, assalto, agressão física, manifestações populares, vandalismo etc). Negligenciar um Rec elevava as chances de insucesso no cumprimento da missão. Portanto, era muito importante que o oficial ou a praça encarregado do Rec conduzisse todos os meios necessários para seu registro (máquina fotográfica, GPS, instrumentos de medição e aferição topográfica etc), além de um intérprete.

Faz-se necessário registrar os momentos de tensão vividos pela *BRAENGOY*, sobretudo do 1º ao 4º Contingentes. A Cia jamais contou com proteção blindada em seus equipamentos e viaturas. A ausência de blindagem poderia ter resultado em vítimas

fatais nos primeiros 24 meses de missão da Cia (julho de 2005 a junho de 2007), quando o foco das missões da SU estava na limpeza de ruas (remoção de lixo comum, de carcaças de veículos e de obstáculos artificiais construídos pelos APOP e batidos por fogos diretos, o que impedia o emprego das vias de acesso a comunidades dominadas por gangues).

A distribuição de água empregando caminhões-pipa às unidades do componente militar estacionadas em áreas vermelhas (sob o controle das forças adversas) também ofereceu risco aos engenheiros. A escolta proporcionada por tropas mecanizadas de infantaria apenas minimizava a



vulnerabilidade das tropas de engenharia. O improviso dos militares de Engenharia já vinha ocorrendo desde o *BRABAT/2*, quando o Pel E orgânico do batalhão fixou lâminas de motoniveladora e de trator de esteira na cabine da pá-carregadeira do pelotão. Adicionalmente, foram colocados sacos de areia sobre o capô, à frente do pára-brisa e coletes balísticos envolvendo as portas das viaturas. Na fase de pacificação, o apoio de engenharia requer igual nível de blindagem da tropa e essa proteção deve ser incorporada ainda no Brasil, seguida da certificação de sua eficiência.

Todas as tarefas de construção vertical (edificações e fortificações) e horizontal (terraplanagem, asfaltamento, drenagem, entre outras) eram assessoradas pela seção técnica da Cia, após a conclusão do Rec. As missões técnicas de engenharia, das mais simples às mais complexas, ganharam um



plano de trabalho, que contemplou:

- o cronograma de execução;
- os recursos humanos envolvidos;
- os meios alocados (equipamentos, viaturas, instrumentos, combustível etc);
- os insumos de construção previstos;
- os esboços e plantas de engenharia;
- a gestão dos riscos - técnicos e operacionais - envolvidos;
- os atores externos à Cia a serem contatados e o
- modelo de formulário (diário de obras) a ser preenchido pelo Cmt Pel/fração encarregado da execução da tarefa.

Na BRAENGCOY/18 e 25, contingentes dos quais fiz parte, a Sec Tec tinha orientação expressa para assessorar os Cmt de fração a exercerem controle meticoloso dos insumos e da produção atingida dia a dia. Como a MINUSTAH fornecia insumos de manutenção e operação (óleos lubrificantes e combustíveis), bem como insumos de obra, mas

não mantinha controle rigoroso de como os insumos eram empregados e com qual *performance*, preocupava-me a possibilidade de que meus Cmt Pel/fração perdessem o reflexo – indispensável nas obras em território brasileiro – de buscar o máximo de rendimento das equipes de engenharia, exercitando estrito controle da logística da obra.

A rotina de trabalho foi exaustiva para os militares da Cia, sobretudo para os que cumpriram missões fora da base de operações. Era comum a prontidão das equipes – armadas e equipadas – e de seus comboios de Eqp/Vtr às 04h30 da madrugada, com o propósito de serem inspecionados por um membro do EM para deixar-

rem a base, no máximo, às 05h00. A escassez de sinais de trânsito em Porto Príncipe e em outras cidades do país, bem como o estado precário das rodovias, dificultavam os deslocamentos, especialmente os mais longos. Por motivo de segurança, essa incerteza no trânsito tornava obrigatório o aproveitamento de todo o período de luz natural. Em outras tarefas, sobretudo em terraplanagem e asfaltamento de ruas em Porto Príncipe, o estudo de situação indicava o trabalho noturno como o mais adequado, devido à menor circulação de pedestres e veículos, entre as nove da noite e as quatro da manhã.

Um aspecto da missão digno de nota é a relevância da proficiência – sobretudo na expressão oral – no uso de idiomas, durante a Missão. A grande demanda era do inglês, mas o *creole*, o espanhol e o francês, nesta ordem, também proporcionavam elo de comunicação consistente com forças armadas estrangeiras, com o componente civil da MINUSTAH e com

a população local. Todavia, era raro, dentro de um mesmo contingente, haver mais de cinco militares fluentes em algum desses idiomas, mesmo quando a Cia chegou a ter 250 integrantes (ou seja, menos de 5% do efetivo).

Mais raro ainda era um mesmo militar apresentar fluência em dois ou mais idiomas. A dificuldade aumentava caso fosse necessário conduzir um *briefing* ou participar de uma reunião de caráter decisório, com desdobramentos para a execução de algum trabalho. Um indicador dessa escassez foi a repetição na seleção de intérpretes ao longo da existência da *BRAENGCOY* e do *BRABAT*.

Como comandante, era comum eu repetir a mesma cantilena: "se nós passamos doze anos, do ensino fundamental ao médio, estudando português e, mesmo assim, não o dominamos por completo, como esperar obter o mesmo de um idioma estrangeiro, se nos contentamos apenas com o credenciamento interno do EB e não fazemos da prática de outras línguas uma rotina em nosso preparo intelectual?"

Obviamente que os seis meses de preparo no Brasil antes do embarque nunca foram suficientes para mitigar essa deficiência, demonstrando aos mais jovens (sobretudo aos sargentos, cujo índice de credenciamento é inferior a 4% no seu universo dentro do EB) a relevância de estudar um ou mais idiomas estrangeiros mesmo sem perspectiva de uma missão de paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *MINUSTAH* proporcionou um ambiente fértil para o crescimento profissional dos integrantes da *BRAENGCOY*. Entre outros elementos que contribuíram para essa assertiva, destacam-se:

- a execução de missões típicas de engenharia com militares voluntários e selecionados mediante critérios meritocráticos e o máximo de rigor técnico;

- o ambiente de trabalho multinacional, lançando raízes de amizade profissional que renderão frutos em futuras missões de paz e em outros eventos militares internacionais (cursos, operações combinadas, visitas),

dentro ou fora do nosso entorno estratégico;

- a prática exaustiva de procedimentos de segurança combinada com a gestão de riscos técnicos e operacionais, incutindo reflexos imprescindíveis nos seus ex-integrantes, tanto nos Cmt de fração quanto na tropa;

- o exercício de planejamentos logísticos elaborados, considerando as servidões dos provedores da Missão no Haiti, do ressurgimento pelo canal logístico brasileiro e a própria estrutura da *BRAENGCOY*, para atingir seus destacamentos de engenharia, passíveis de serem desdobrados em qualquer localidade do território haitiano;

- as relações humanas estabelecidas com as comunidades haitianas por onde a Cia esteve, reforçadas pela credibilidade e respeito alcançados no cumprimento das tarefas técnicas, normalmente entregando um resultado tangível, por meio de uma obra de saneamento, uma nova edificação ou reforma de instalação que trazia benefício mensurável aos usuários e, não menos importante,

- o exercício da liderança pelos comandantes de pequenas frações, dentro e fora da rotina de trabalho, dada a distância da família no Brasil.

Uma futura missão de paz que venha necessitar de uma Cia E deverá considerar todas as lições aprendidas pela *BRAENGCOY* na *MINUSTAH*, estendo esse raciocínio ao Pel E/*BRABAT*, uma vez que a Cia operou em apoio direto e em reforço ao *BRABAT* em muitas ocasiões. Concluídas as entrevistas realizadas

- junto a ex-integrantes da Cia e a militares que participaram do preparo no Brasil - para reunir os dados necessários à elaboração deste artigo, inferiu-se que a mobilização inicial é o momento mais crítico de seu emprego, sobretudo se houver lapso temporal semelhante ao que tivemos entre o emprego da Cia E F Paz em Angola e no Haiti. Os arquivos impressos e digitais gerados durante o preparo e emprego da Cia, tendem a se perderem caso não sejam organizados de forma sistemática, empregando técnicas de gestão de conhecimento e de documentos. O domínio dos processos logísticos e de preparo da tropa são dispersados devido à desmobilização das estruturas criadas *ad hoc*, no Brasil.



Tratando-se especificamente de uma Cia E a ser desdobrada em uma Missão de Paz, o estudo profundo da fisiografia do local onde se pretende instalar uma base brasileira e do potencial logístico da região (e dos países vizinhos) são determinantes para o início do efetivo apoio de engenharia às tropas na área de operações.

Sob pena de ser gerada uma deficiência técnica ou restrição de trabalho que poderiam perdurar por meses ou anos na futura Missão, os especialistas, por ocasião da execução do reconhecimento na modalidade *boots on the ground*, devem ter especial atenção aos seguintes aspectos:

- geração de energia elétrica;
- produção de água tratada, proveniente de poços artesianos ou de sistemas públicos de distribuição de água, e
- seleção dos fabricantes das frotas de equipamentos e viaturas que operarão a comando da Cia.

O primeiro e o segundo aspectos

requerem a constituição de uma equipe multidisciplinar, formada por engenheiros de combate, de fortificação, de construção e de engenheiros eletricistas, além de um especialista em tratamento de água.

O terceiro aspecto irá determinar o tempo de disponibilidade da frota, já que o suprimento de peças para manutenção preventiva e corretiva dependerá da frequência de voos oriundos do Brasil ou da proximidade de portos oceânicos. A aquisição de peças no comércio haitiano e na República Dominicana mostrou-se uma excelente alternativa na busca de disponibilidade plena da frota.

Mas não devemos nos iludir, pois a geografia haitiana, com destaque para o acesso marítimo, a vizinhança de um país do porte dos EUA e a relativa proximidade do Brasil não produziram um verdadeiro desafio logístico que uma missão de paz em um país interior, em outro continente, poderá gerar.

REFERÊNCIAS

- BRAENGOY. <http://braengcoy-haiti.eb.mil.br>, acessado em 15 de outubro de 2017.
- COLOG. Diretriz Logística de Emprego do CONTBRAS/HAITI.
- COTER. PIM 2017
- DEC. Diretriz de Preparo da Cia E F Paz Haiti, 3º ao 26º Contingentes.
- DEC. Organização Responsável pelo Preparo Centralizado do Contingente da Companhia de Engenharia de Força de Paz. Boletim Técnico Especial. 1ª Edição, 2013.
- DEC. Programa-Padrão de Instrução Especial dos Militares da Cia E F Paz, 1ª Edição, 2008.
- EME. Diretriz para a substituição dos contingentes do Exército na Brigada Haiti. Port Nr 482, de 11 de agosto de 2004 (Boletim do Exército Nr 34, de 20 de agosto de 2004).
- MD. Glossário das Forças Armadas. Manual MD 35-G-01, Ed 2007.
- UNAVEM. <http://www.eb.mil.br/unavem>, acessado em 24 de setembro de 2017.

NOTAS

- [1] Essas datas marcam, respectivamente, a data de apresentação do oficial de logística da BRAENGOY/1 para o início das tarefas de preparo do 1º Contingente no 7º BE Cmb (Natal/RN) e o regresso da BRAENGOY/26, penúltimo Contg da Cia E Haiti na MINUSTAH.
- [2] Visando a desambiguar o emprego do termo “missão” ao longo do texto, esclarece-se que, quando usado com inicial maiúscula, referir-se-á à MINUSTAH e, quando escrito com inicial minúscula, será sinônimo de “tarefa”, de caráter militar, imposta à Cia.
- [3] Controle Operacional, segundo o Manual MD 35-G-01 (Glossário das Forças Armadas, Ed 2007), é poder atribuído a um comandante para empregar e controlar forças, em missões ou tarefas específicas e limitadas, de modo a capacitá-lo ao cumprimento de sua missão. Exclui a autoridade para empregar, separadamente, os componentes dessas forças e atribui autoridade para controlar outras forças que, embora não lhe sejam subordinadas, operem ou transitem em sua área de responsabilidade.
- [4] Atualmente denominada CCOPAB, essa OM foi criada pela Portaria nº 090-Cmt Ex, de 23 FEV 05, como Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpaz). Sua denominação foi alterada para a atual (CCOPAB) pela Portaria nº 952/MD, de 15 JUN 10, passando a contar com instrutores e monitores das três Forças Singulares, ampliando ainda mais o escopo de sua missão, absorvendo o preparo de civis e militares de nações amigas para cumprir missões de paz, além dos próprios militares da MB, do EB e da FAB.
- [5] O CAAdEx teve sua denominação alterada para Centro de Adestramento do Leste – CA Leste, em 17 de outubro de 2017.
- [6] Os primeiros dois contingentes (BRAENGOY 1 e 2) não contaram com a participação sistemática e direta do CCOPAB (na época, denominado CIOpPaz) nem do CAAdEx, sendo que este participou efetivamente apenas do preparo das BRAENGOY 5, 13, 15, 16, 24, 25, 26.
- [7] Enquanto o BRABAT participou de 26 contingentes no Haiti (de junho de 2004 a outubro de 2017), a BRAENGOY participou de apenas em 24 contingentes (de junho de 2005 a outubro de 2017). Esse descompasso se deu porque quando a BRAENGOY desembarcou em Porto Príncipe com seu primeiro contingente, o BRABAT já estava iniciando a sua 2ª rotação e, portanto, recebendo seu 3º Contingente. Quando a BRAENGOY vivia o seu 9º Contingente e o BRABAT o seu 11º, o COTER determinou que a Cia passasse a ser indicada com número de contingente idêntico ao do BRABAT, com o objetivo de padronizar o ciclo de preparo e emprego do Contingente Brasileiro (CONTBRAS), já na rotação seguinte. Em suma, em 5 de fevereiro de 2010, a BRAENGOY/9 foi substituída pela BRAENGOY/12, e não pela BRAENGOY/10, como deveria ser caso fosse seguida a sequência ordinal dos contingentes.
- [8] A criação da MINUSTAH efetuou-se com a Resolução Nr 1542/CSNU, de 30 de abril de 2004. A BRAENGOY começou a operar no Haiti 13 meses após essa data. No início, as tropas internacionais estavam organizadas na Brigada Haiti, dentro da qual estava o BRABAT. A Base de Apoio da Brigada contava com 1 pelotão de engenharia (Pel E), com efetivo de 38 homens, que foi incorporado ao BRABAT, a partir do 3º Contg (2º semestre/2005), com a extinção Brigada Haiti.
- [9] O DEC determinou que os efetivos da BRAENGOY/1 e da BRAENGOY/2 fossem selecionados e preparados, respectivamente, pelo 1º Gpt E (João Pessoa/PB) e pelo 2º Gpt E (Manaus/AM).
- [10] De agosto de 1995 a julho de 1997, o Brasil participou da UNAVEM III, contribuindo com um Btl Inf F Paz (800 homens) e uma Cia E F Paz (200 homens).
- [11] A constituição do Nu Cmdo sofreu modificações ao longo do processo de Prep da BRAENGOY. Além do Cmt, o S Cmt, o G4 e o Tesoureiro foram funções do QC da Cia que se fizeram presentes no núcleo. Em pelo menos cinco contingentes, um dos dois médicos do QC também passou à disposição do Nu Cmdo, estabelecendo os processos na área de saúde. Quando os oficiais pré-selecionados, citados anteriormente, serviam em outras guarnições, a DCEM os passava à disposição do DEC por período limitado a seis meses. O efetivo do Nu Cmdo variou entre dez e quinze militares pré-selecionados. A principal motivação para sua criação foi a carência de adjuntos/auxiliares na Asse 6 para desempenhar tantas tarefas adicionais, após a absorção da gerência/coordenação do Prep por essa assessoria.
- [12] Na inscrição de voluntários nas OM contribuintes, os chefes do setor de pessoal (1ª Seção) e os entrevistadores

designados pelos comandantes desempenhavam papel crucial na alimentação do SISPAZ, com dados relacionados à capacidade profissional dos inscritos. Posteriormente, o Nu Cmdo/DEC designava um militar destaque do universo do C Mil A para ser o “elo” entre as OM contribuintes e o Nu Cmdo/DEC. Esse militar era denominado “sargenteante” do C Mil A e se reportava periodicamente ao Nu Cmdo para prestar contas sobre inconsistências no SISPAZ, grade de pontuação para distribuição futura de uniformes e itens do enxoval da ONU, emissão de passaportes, participação dos voluntários em estágios técnicos e, o mais importante, a remessa dos resultados dos exames/inspeção de saúde dos militares sob seu controle.

[13] O *leave* e o *rest and recuperation (R&R)* eram afastamentos temporários conferidos pelas normas da Missão aos militares da Cia. O *leave* era obrigação imposta pela Missão. O *R&R* era concessão do Cmt *BRAENGCOY*. Em linhas gerais, para cada mês de missão, o *peacekeeper* fazia jus a 5,5 dias de descanso, para um total de aproximadamente 33 dias de afastamento (não incluídos os 2 dias de deslocamentos de saída e regresso à base, perfazendo 35 dias de afastamento da função), somados o período de *leave* e *R&R*. Segundo as regras de gozo do *leave* e *R&R*, dentro do CONTBRAS, o militar gozava seu descanso dentro da base em Porto Príncipe ou fora do Haiti, tudo com o propósito de evitar o contato do *peacekeeper* com a população local, fora do contexto das operações.

[14] O Sistema de Comunicações (SISCOM) era um sistema informatizado, desenvolvido com tecnologias para a *Web*, que no caso da *BRAENGCOY* foi utilizado em sua intranet. Portanto, foram utilizados recursos com *HTML*, *CSS*, *Javascript*, linguagem de programação *PHP* no modo procedural e o banco de dados *MySQL*, que são tecnologias de código aberto (*software livre*). Seu objetivo foi facilitar o controle na escala de militares para as missões que o G3 lançava no sistema. Assim o trabalho de consolidação das missões, nas reuniões de final de expediente, era facilitado pelo recurso de inconsistência, onde era verificado militares escalados em mais de uma missão no mesmo período.



O DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES DE PAZ (DOPAZ) NO HAITI

Major Arthur Sartori Português de Souza

O Major de Infantaria Português é o oficial adjunto de operações do 1º Batalhão de Ações de Comandos (1º BAC). Foi declarado aspirante a oficial em 2000 pela Academia Militar das Agulhas Negras. Possui os cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais, Básico Paraquedista, de Mestre de Saltos, de Ações de Comandos, de Forças Especiais e os Estágios Básico e Avançado de Salto Livre Operacional. Foi comandante de Companhia de Ações de Comandos; oficial de Inteligência do Centro de Coordenação Tático Integrado de Combate ao Terrorismo na Sede Porto Alegre, durante a Copa do Mundo de 2014; e oficial de Operações da Força Tarefa 1º BAC, durante os Jogos Olímpicos Rio 2016. Participou duas vezes da MINUSTAH como Comandante dos DOPaz do BRABAT/10, em 2009, e do BRABAT/18, em 2013 (arthursps@hotmail.com).



O DOPaz foi concebido para realizar operações especiais (Op Esp) [1] em território haitiano com a finalidade de contribuir com o Contingente do Batalhão Brasileiro de Força de Paz (*Brazilian Battalion - BRABAT*, sigla em inglês) na consecução dos objetivos da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti - MINUSTAH*, sigla em francês).



Destacamento Realizando vasculhamento

que o emprego das companhias de fuzileiros não era o mais apropriado. Era integrado por militares comandos e/ou forças especiais, que desempenhavam funções nas seções e subunidades (SU) do *BRABAT*. Essa equipe recebeu a denominação de “Destacamento Caveira”, sendo reunida para executar ações pontuais e de segurança à tropa enquadrada nas operações militares de maior vulto desencadeadas pelo batalhão.

Em 2005, o Comando de Operações Especiais (COpEsp) designou militares de suas unidades subordinadas para integrarem os contingentes brasileiros na *MINUSTAH*. No 4º Contingente, 12 militares foram selecionados e organizados em um destacamento operacional de forças especiais [2] (DOFEsp). Esse Dst iniciou o desenvolvimento das ações não cinéticas [3] em solo haitiano, além das missões (principalmente ações diretas) que já eram cumpridas pelo “Destacamento Caveira”.

Após os seis meses de atuação do DOFEsp junto ao *BRABAT/4*, concluiu-se que o ideal para o cumprimento dessa missão seria um grupamento híbrido composto por militares do destacamento de forças especiais e do destacamento de ações de comandos (DAC) [4]. Em consequência, alguns cabos que possuíam o curso de comandos foram incorporados ao 5º Contingente. Esse incremento surgiu da necessidade do aumento do poder de choque da fração para a execução de ações diretas, particularmente os reconhecimentos especiais e o emprego de caçadores. A partir de 2006, o nome DOPaz passou a ser utilizado quando Dst foi largamente empregado no 6º Contingente.

Segundo o manual de operações especiais, no ambiente operacional contemporâneo, são requeridas das forças de operações especiais (FOpEsp):

Capacidades particulares relacionadas à aptidão para o trabalho no meio de populações diversificadas. Tal característica exige a seleção e a preparação de militares em habilidades específicas, com vistas ao sucesso nas operações, que requerem a competência de compreensão e aptidão para o trabalho com os diversos atores presentes no teatro de operações. A compreensão da população local é fator de êxito. (BRASIL, 2014, p. 2-4)

Além disso, o destacamento teve atuação importante na tomada de *Cité Soleil*, à época considerada a favela mais violenta do mundo; no terremoto de 2010; nos diversos furacões que passaram pela ilha haitiana; e em outras importantes operações junto ao *BRABAT*. Este artigo, entretanto, limitou-se às experiências vividas durante o 10º e o 18º Contingentes brasileiros no Haiti, cujos Dst foram comandados pelo autor.

COMPOSIÇÃO DO DOPaz

O Dst foi selecionado, organizado, preparado e equipado para cumprir missões tanto do *BRABAT* como do escalão superior.

O DOPaz era composto por quatro oficiais possuidores dos curso de ações de comandos e forças especiais, sendo: comandante (Cmt), subcomandante (SCmt), oficial de operações (O Op) e oficial de inteligência (O Intlg); por sargentos (Sgt) também

comandos e forças especiais especialistas (Esp), em comunicações (Com), armamento (Armt), demolições (Dml) e saúde, e por Cb/ Sd comandos que desempenhavam funções de auxiliares dos sargentos especialistas e de caçadores. O efetivo DOPaz contou com 24 militares e foi organizado, para fins de emprego, em quatro subequipes operacionais: ALFA 1, ALFA 2, BRAVO 1 e BRAVO 2.

O oficial Cmt do destacamento também comandava uma subequipe operacional. A função de caçador foi desempenhada por Sgt e/ou Cb estabilizado do quadro especial (QE), oriundo do destacamento de reconhecimento e caçadores (DRC) [5] do 1º Batalhão de Ações de Comandos.

O EMPREGO DO DOPaz NAS OPERAÇÕES DE PAZ

Em função das suas características, o DOPaz possui as seguintes capacidades:

- planejar e executar ações diretas, que incluem as ações de choque e as de investimento seletivo em instalações e construções, dentre outras;

- planejar e executar reconhecimentos especiais (Rec Esp), dentre os quais, reconhecimento terrestre minucioso de toda a área de responsabilidade brasileira (*area of responsibility – AOR*, sigla em inglês), particularmente becos, ruelas e possíveis locais de homizio em áreas consideradas perigosas;

- apoiar com equipes de caçadores as operações de combate e as operações conjuntas do batalhão (Btl) e das SU;

- levantar previamente locais para estabelecimento de equipe de caçadores;

- planejar e executar operações de inteligência ostensiva (dispositivo de expectativa em áreas-problema e outras) e sigilosa mantendo a estruturação da força adversa (F Adv) e seus apoios (alimentação, saúde, transporte etc) atualizados junto à seção de inteligência do *BRABAT*;

Comandante do Destacamento			
Subequipe A1	Subequipe A2	Subequipe B1	Subequipe B2
O Cmt Dst	O SCmt Dst	O Op	O de Intlg
Sgt Esp Com	Sgt Esp Dml	Sgt Esp Armt	Sgt Esp Sau
Cb Aux Dml	Cb Aux Com	Cb Aux Dml	Cb Aux Com
Cb Aux Sau	Cb Aux Sau	Cb Aux Sau	Cb Aux Dml
Cb Aux Armt *	Cb Aux Armt *	Cb Aux Armt *	Cb Aux Armt *
Cb Aux Armt *	Cb Aux Dml *	Cb Aux Com *	Cb Aux Sau *

*também caçador

- rastrear e levantar dados a respeito da entrada de armamento e munição ilegais, do sistema de distribuição, da estrutura de comunicações, do consumo e do ressuprimento de itens de subsistência;

- executar patrulhamentos noturnos a pé e motorizado em áreas perigosas, utilizando equipamentos de visão noturna;

- participar das reuniões de segurança comunitária;

- reforçar as equipes de divulgação das operações psicológicas (Op Psc);

- panejar, apoiar e executar Op aéreas (particularmente os reconhecimentos aéreos) do Btl e das SU, bem como segurança de eventos e de autoridades; e

- assessorar o estando-maior do Btl quanto ao emprego do DOPaz e à realização das reuniões de lideranças locais.

Além dessas possibilidades, o DOPaz realizava permanentemente atividades de adestramento, de modo a manter sempre elevado o seu padrão de operacionalidade e de pronto emprego.

O DOPaz NA PREPARAÇÃO DA TROPA

O DOPaz passou a conduzir a preparação dos *BRABAT* para o aprimoramento das

capacidades do tiro das frações, entradas táticas, tiro embarcado, operação de busca e apreensão, tiro sob *stress*, pista de aplicação das regras de engajamento (*rules of engagement - ROE*, sigla em inglês), e pista de tiro noturno utilizando lanterna, com as finalidades descritas a seguir.

O tiro de fração vi-

sava a desenvolver a destreza e a precisão nos tiros, desenvolver o tiro em movimento, utilizando o processo de lanços, além de desenvolver a segurança e a autoconfiança do atirador.

A entrada tática visava a adestrar a tropa para possíveis entradas e progressões em construções com diversos cômodos e pisos.

A pista de tiro embarcado visava a preparar o combatente para realizar o tiro embarcado em viaturas de médio porte (Marruá) [6], desenvolvendo a velocidade do tiro e mudanças de alvos, bem como a destreza e a precisão nos disparos.

As operações de busca e apreensão (OBA) visavam a adestrar a tropa para o emprego em missões que exigissem investigar um determinado local, aprisionar membros das F Adv, apreender artigos ilegais (armas, meios de comunicações, meios de propaganda etc) e inibir a população a conceder refúgio a F Adv ou possuir materiais de uso proibido.

O tiro sob *stress* visava a desenvolver os fundamentos de tiro em condições de fadiga e desconforto psicológico buscando maior precisão no disparos, bem como a identificação positiva de ameaças.

A pista de aplicação das *ROE*, onde pequenos grupos de patrulhas enfrentavam problemas militares simulados, visava a massificar



Destacamento realizando vasculhamento

2017)"

o entendimento das regras estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Os comandantes desses pequenos grupos deviam tomar decisões em segundos e adotar condutas adequadas perante as diversas situações encontradas durante a execução de pistas de treinamento que simulavam o cenário haitiano.

A pista de tiro com lanterna visava a preparar o combatente para atirar à distância de emprego utilizando a lanterna, ficando em condições de progredir por becos e vielas.

ATIVIDADES DO DOPAZ

Inteligência (Intlg)

O DOPaz, em ligação com o G2, estabelecia o seu plano de busca a fim de executar a coleta das informações desejadas. Dessa forma, podia levantar dados sobre diferentes aspectos do ambiente operacional, desde as características do terreno até a movimentação das F Adv e seus apoios, incluindo as possíveis ameaças contra a tropa brasileira e suas instalações.

Os dados colhidos eram analisados, confirmados e repassados ao G2, observando-se sempre o princípio da oportunidade. O permanente acompanhamento dessa situação fornecia informações pertinentes ao comando do Btl, de modo a possibilitar ações pontuais, efetivas e oportunas; o que era importante devido ao fato de não haver um inimigo declarado e sim ameaças constantes. Nesse contexto, a continuidade no processo de produção de conhecimento caracterizou-se como ferramenta indispensável para a manutenção da operacionalidade do *BRABAT*.

Segundo o manual de operações especiais, a complexidade do ambiente operacional contemporâneo exige:

O esclarecimento da dinâmica de interação entre os fatores militares e “não militares”, a fim de permitir a antevisão dos prováveis resultados da participação de forças militares nas Op. As FOpEsp analisam com profundidade a dimensão humana e, especialmente, os aspectos culturais e sociais que influenciam o comportamento humano, considerando que o êxito das operações e da campanha desencadeada, via de regra, depende significativamente da aplicação de capacidades que são projetadas para influenciar a população envolvida nos conflitos. (BRASIL, 2014, p. 2-4)

Para o planejamento de suas ações, o DOPaz utilizou todas as fontes de dados disponíveis, fossem elas orgânicas, das SU, oriundas do G2, sinais, imagens, além das fontes humanas. Em razão da natureza das operações e das características do ambiente, as operações de inteligência, baseadas nas informações obtidas de fontes humanas, foram amplamente empregadas, fortalecendo o crescimento da rede de informantes estruturada e controlada pelo DOPaz.

Monitoramento

Outro recurso valioso na obtenção de dados foi a atividade de monitoramento realizada pelo DOPaz. Em uma primeira fase, era feito o levantamento de um posto de observação (PO) que possibilitasse o acompanhamento das F Adv, bem como o envio e processamento de dados em tempo real. Muitas vezes, esse PO era ocupado durante a noite e de maneira velada, visando a assegurar o sigilo da missão.



Militar do DOPaz realizando monitoramento

Briefing de Intlg e assessoramento de estado-maior (EM)

Essa atividade, em que se realizava a atualização detalhada do cenário local, mediante recursos de imagens e dados, era executada com frequência durante o *BRABAT/18*, sendo conduzida semanalmente pelo O Intlg do DOPaz. Essa abordagem abrangia o nível político e suas ligações com as F Adv.

Reconhecimentos especializados e aéreos

Planejar e executar operações de reconhecimento, dentre as quais um REC terrestre minucioso de toda a AOR do BRABAT,



Briefing do Of Intlg ao EM do Btl

particularmente em becos, ruelas e possíveis locais de homizio em áreas consideradas perigosas, sendo realizado em consonância com os dados obtidos pela rede de Intlg do DOPaz. Consistia também no reconhecimento etnográfico [7] e/ou terreno humano. Como afirma o *Force Commander* (2012, p. 4). “O centro de gravidade do componente militar é a percepção do valor da MINUSTAH para a população haitiana”.

Cooperação Civil-Militar

Essa cooperação visava a potencializar as atividades das SU, maximizando os resultados obtidos junto à população local.



Integrante do Dst durante um reconhecimento

Visava também a promover o contato com a imprensa, com o poder executivo, com as ONGs e com a Polícia Nacional Haitiana

(PNH), para analisar a possibilidade de se influir no comportamento dos públicos-alvo presentes e de se aumentar o nível de credibilidade e de aceitação do BRABAT junto à população nativa.

Ação direta e pronta resposta

O emprego do DOPaz em ação direta era concebido com base nos dados de Intlg levantados e expostos ao Cmt do Btl que, após um *briefing* detalhado da missão, autorizava ou não a execução da atividade. A pronta resposta exigia que o DOPaz mantivesse pelo menos uma equipe operacional (Equipe ALFA ou Equipe BRAVO) em estado de prontidão permanente, para acionamento imediato, se necessário.

Emprego de caçadores

Para apoiar as operações de combate e as operações conjuntas do Btl e das SU com caçadores era necessário levantar posições prévias em toda a AOR do BRABAT para o desdobramento dos caçadores. As equipes de caçadores do DOPaz além de estarem aptas a realizar a segurança de tropa e tiro seletivo, atuavam também como plataforma de “comando e controle”, transmitindo dados, imagens e acompanhando a movimentação das F Adv.



Equipe de caçadores do DOPaz em posição

Adestramentos e instruções

Essas atividades eram realizadas para

manter o nível de adestramento do DOPaz, realizar o tiro semanal das equipes de caçadores e ministrar instruções de interesse para as SU do *BRABAT*.



ALGUMAS OPERAÇÕES REALIZADAS

Operação JOINT VENTURE: foi realizada com a autorização do *Force Commander*, comandante da *MINUSTAH*, com a finalidade de capturar pessoal e material ilícito na ilha de *Gross Caye*. Empregou grande quantidade de meios da *MINUSTAH*, tais como botes *Zodiac*, aeronaves de asa fixa e rotativa, lanchas com motores de popa, dentre outros [8].

Operação BUTUCA NEGRA I: operação realizada na região de *Boston*, com a finalidade de levantar dados sobre a F Adv que atuava no local. Foram ocupados postos de observação, realizados reconhecimentos motorizados com a utilização de informantes locais, além de reconhecimentos a pé. Essa atividade culminou na criação da operação Atalaia *Boston*.



Fotografia Aérea e aproximação com luneta de Elm F Adv [9]

Operação ATALAIA BOSTON: realizada na região de *Boston*, com a missão de capturar pessoal

e material ilícito em pontos confirmados pelo DOPaz. Envolveu todo o *BRABAT*.

Operação BUTUCA NEGRA II: realizada com a mesma finalidade da anterior, porém na região de *Bel Air*. O produto dessa ação originou a Operação Mandacaru.

Operação MANDACARU: realizada na região de *Bel Air*, com a missão de capturar pessoal e material ilícito em pontos confirmados pelo DOPaz. Envolveu todo o *BRABAT* e o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais.

Operação BLUE SKULL: realizada por meio da participação do DOPaz em reuniões de segurança e lideranças nas SU do *BRABAT*, o que proporcionou o incrementando dos sistemas de inteligência das SU e o levantamento de informes que possibilitaram ações futuras de captura de elementos das F Adv em suas respectivas áreas de responsabilidade.

Operação ALFA ÔMEGA: realizada pelo DOPaz, que efetuou um novo monitoramento sobre a região de *Boston*, visando a levantar informações para o planejamento de uma grande operação do batalhão na “área problema”. Decorreu do aumento de incidentes entre elementos das F Adv e a tropa do *BRABAT* em *Cité Soleil*.

Operação XIQUE XIQUE: realizada na região de *Boston*, teve como finalidade a execução de cerco e vassourilhamento em área em que o DOPaz investira contra alvos seletivos. Seu planejamento foi calcado nas informações colhidas pelo DOPaz durante a Op Alfa Ômega.

Operação BOITATÁ: realizada na região de *Bel Air*, seu planejamento se baseou em

informes recebidos de colaboradores durante a execução da Operação *Blue Skull*. Essa operação culminou na captura do integrante da F Adv conhecido como "Dilou", chefe de uma perigosa organização criminosa atuante na área, comumente chamada de "Gangue".

Operação TI PIED III: planejada com base em informes recebidos de colaboradores durante a Op *Blue Skull*, obteve êxito na captura do militante da F Adv conhecido como Ti Pied, irmão de Amaral, líder local procurado pela ONU e chefe de uma perigosa gangue em *Cité Soleil*.

Operação JULIET BRAVO: planejada com base em informes recebidos de colaboradores durante a Op *Blue Skull*, obteve êxito na captura do militante da F Adv conhecido como Allan Jean Baptiste, além da apreensão de armas de fogo.

PROJETO SOCORRISTA

O DOPaz, de acordo com orientações da MINUSTAH para o treinamento de resposta aos desastres naturais, realizou, por meio da 2ª Cia, o projeto "Socorrista Comunitário", com o objetivo de organizar, instruir e dirigir cidadãos haitianos, a fim de capacitá-los a constituir um grupo de ajuda humanitária, para agir prontamente na AOR do BRABAT em caso de catástrofes naturais.

O projeto, que formou 70 haitianos para tarefas de socorro e de pronto atendimento básico, teve carga horária de 40 horas e foi conduzido na base da 2ª Cia e contou com coordenador e instrutores haitianos selecionados e instruídos pelo DOPaz. Entre os participantes havia, além de membros da população de *Cité Soleil*, cinco representantes da PNH, três representantes do tribunal de *Cité Soleil*, dois radialistas da rádio *Boukmant* e três representantes da prefeitura local. Na cerimônia de encerramento fizeram-se presentes: o prefeito, o magistrado, representantes do componente policial das Nações Unidas (*United Nations Police*

- *UNPOL*, sigla em inglês) e o comissário da PNH em *Cité Soleil*.

Segundo o manual de Forças Especiais em Missões de Manutenção da Paz da ONU, uma unidade das Forças Especiais das Nações Unidas é:

Um multiplicador da força da missão, que fornece ao comandante da força um bem tecnologicamente avançado e de alta prontidão. As Forças Especiais da ONU geralmente obtêm resultados mais que proporcionais em relação à sua força numérica real. É mais preciso ver essa organização como uma "força-tarefa" de nível de batalhão ou "grupo de tarefas" no nível de uma SU. (ONU, 2015, p. 09, tradução do autor)

PRONTA RESPOSTA

O DOPaz foi acionado inopinadamente a fim de se deslocar para as regiões de *Broklin* e *Boston*, em *Cité Soleil*, pois a SU da área informara a ocorrência de intenso tiroteio e que um grupo de combate (GC) estava detido sob fogos. O DOPaz aprestou-se rapidamente e, quando foi autorizado, deslocou-se para a região, identificou a origem dos disparos e fez a retirada do GC em segurança. Após a ação do Dst, outras frações do BRABAT conseguiram adentrar a área e neutralizar a ameaça. Alguns habitantes locais que se encontravam na área relataram que havia ocorrido uma invasão da região de *Broklin* por uma facção criminosa de *Boston*, liderada por um indivíduo conhecido como Tekelo.

Segundo o manual de Operações Especiais, os integrantes das FOpEsp do Exército devem ser:

Altamente adestrados, preparados e maduros. São dotados de excelente habilidade para solução de problemas e agilidade mental para atuar na mais fluida das situações. O aprimoramento da proficiência linguística, o conhecimento regional e cultural e a excepcional habilidade para lidar com as pessoas complementam os requisitos básicos. Na paz estável, a principal função das FOpEsp, em seus múltiplos

desdobramentos, é assegurar de forma proativa as competências e capacidades necessárias para o emprego na crise ou eclosão do conflito. (BRASIL, 2014, p. 2-4)

O emprego de um Dst de operações especiais é caracterizado pelo mínimo de direção, controle e apoio logístico em território hostil, o que não impediu a adaptação de seu emprego junto ao batalhão de força de paz. Nesse contexto, o Dst é peça nobre do comando do batalhão na consecução de seus objetivos, contribuindo, principalmente, no assessoramento, inteligência e ações diretas contra alvos específicos.

No período de janeiro de 2008 a janeiro de 2010 no Haiti, os confrontos entre F Adv e as tropas da MINUSTAH eram remoto. Nesse período as técnicas táticas e procedimentos (TTP) do DOPaz constituíam-se basicamente de atividades de levantamento e busca de dados sobre as F Adv atuantes na AOR do batalhão. O emprego, no período, foi calcado na prática do monitoramento em postos de observação (também com o emprego de materiais optrônicos), reconhecimentos com colaboradores, reconhecimentos ostensivos, ocupação de posições de caçadores em ambientes urbanos, designação de alvos. Nesse período o destacamento assessorou de forma eficaz o estado-maior do batalhão, durante os planejamentos das grandes operações de combate contra as F Adv, além de participar, compondo o esforço principal dessas operações.

O DOPaz contribuiu de forma significativa na consecução do objetivo principal do BRABAT em Porto Príncipe, qual

seja, manter o ambiente seguro e estável. Porém, é desejável que sua ação seja integrada ao batalhão, uma vez que por diversas vezes, os produtos das operações do DOPaz constituíram os subsídios necessários para o desencadeamento de operações de vulto na área de responsabilidade do BRABAT o que potencializou as grandes operações do batalhão.

Inúmeros dados foram coletados através das redes de colaboradores, dos reconhecimentos operacionais e monitoramentos realizados. Os dados eram analisados e repassados ao comando do batalhão em forma de *briefing*, sendo essas informações disponibilizadas a todos os oficiais do estado-maior, tornado possível o planejamento e a execução eficientes das atividades desenvolvidas no teatro de operações.

Nesse contexto, o destacamento já apresentava sugestões de planejamento e execução das operações durante o *briefing*, sendo essas geralmente aceitas pelo G3 após pequenas modificações. Esse trabalho foi repetido diversas vezes pelo DOPaz durante a missão no Haiti, caracterizando-se como ferramenta importante e decisiva para a tomada de decisão dos comandantes das operações.

Além disso, o DOPaz durante a missão do Haiti foi um laboratório riquíssimo e fértil para o aprimoramento das operações especiais do Brasil. Diante da multidimensionalidade da missão, evidenciaram-se as boas práticas identificadas, as principais lições aprendidas, os principais resultados e os principais impactos obtidos ao longo desse importante engajamento do Brasil junto à ONU, de modo

As forças de operações especiais possibilitaram a multiplicação do poder de combate de nossas tropas em um ambiente operacional que envolveu diversas forças militares, inclusive de outros países, forças auxiliares e a população, em ambiente de grave conturbação interna.

a possibilitar melhor aproveitamento em missões futuras.

Segundo o manual de Forças Especiais em Missões de Manutenção da Paz da ONU, as Op Esp são atividades militares realizadas por tropas:

Especificamente designadas, organizadas, treinadas e equipadas, equipadas com pessoal selecionado usando táticas, técnicas e cursos de ação não convencionais. Essas atividades podem ser realizadas em uma ampla gama de operações de manutenção da paz da ONU, mas sempre em conformidade com princípios e princípios de manutenção da paz, e sempre no contexto do mandato da Missão. As Operações Especiais da ONU são conduzidas de forma independente ou em conjunto com forças convencionais para facilitar a realização do estado final desejado. (ONU, 2015, p. 09, tradução nossa)

Os comandantes dos diversos *BRABAT* puderam empregar o DOPaz de forma mais eficiente, conhecendo suas possibilidades e limitações, pelo grau de comprometimento de seus integrantes, seu adestramento ímpar e seus equipamentos de ponta. As FOpEsp possibilitaram a multiplicação do poder de combate de nossas tropas em um ambiente operacional envolvendo diversas forças militares, inclusive de outros países, forças auxiliares e a população, num ambiente de grave turbulação interna. Para isso conduziram ações diretas, operações de inteligência, operações psicológicas, assessoramentos e recrutamento de pessoal. Podemos afirmar que a utilização do DOPaz foi uma das principais diferenças que o Brasil teve em relação aos outros países que atuaram no Haiti, destacando, ainda, a brilhante participação na pacificação de *Cité Soleil* em janeiro de 2007.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. EB20-MC-10.212: **Manual Operações Especiais**. 2ª. Ed. Brasília, DF, 2014.
_____. Exército. Estado-Maior. IP 31-20: **Batalhão de Ações de Comandos**. 1ª ed. Brasília, DF, 2005.
_____. Exército. Estado-Maior. C 31-21: **Batalhão de Forças Especiais**. 1ª ed. Brasília, DF, 2006.
_____. Ministério da Defesa. MD33-M-02 **Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas**, 1a Ed. Brasília, DF, 2008.
Organização das Nações Unidas (ONU). Department of Peacekeeping Operations (DPKO). **Forças Especiais em Missões de Manutenção da Paz da ONU**. 1a ed. Paris, FR, 2015.
HAITI. Componente Militar. **Ordem de Operações número 001-12/ Force Commander**. Porto Príncipe, Haiti, 2012.

NOTAS

- [1] Operações conduzidas por forças militares especialmente organizadas, treinadas e equipadas para atuar em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis, visando a atingir objetivos militares, políticos, informacionais e/ou econômicos, empregando capacitações militares específicas não encontradas nas forças convencionais. Essas operações frequentemente requerem capacitações cobertas, sigilosas ou de baixa visibilidade. Podem ser conduzidas independentemente ou em conjunto com operações de forças convencionais e/ou de outras agências governamentais, podendo, ainda, contar com a atuação de forças irregulares nativas, bem como de FOpEsp de nações aliadas. (BRASIL, 2014, P. 1-2).
- [2] É o elemento básico de emprego na guerra irregular. Compõe-se basicamente do comandante do destacamento, do subcomandante, do oficial de operações, do oficial de inteligência e de mais oito graduados especializados nas várias atividades necessárias à condução da guerra irregular (dois de armamento, dois de comunicações, dois de demolições e dois de saúde). Esta composição permite o emprego fracionado do DOFEsp em duas equipes sem perda de suas características e possibilidades. (BRASIL, 2006)
- [3] Ação não cinética é o conjunto de atividades desenvolvidas por forças de operações especiais, destinadas a estruturar, ampliar, prover e dirigir o apoio local, a fim de contribuir com a consecução dos objetivos políticos e estratégicos de longo prazo.

[4] É elemento básico do emprego do Batalhão de Ações de Comandos (BAC), composto de pessoal altamente especializado nas várias atividades necessárias à condução de operações tipo “comandos”. É o elemento básico de emprego da Companhia de Ações de Comandos (CAC). Possui o efetivo de 42 (quarenta e dois) homens e pode atuar isoladamente em um diversificado número e tipo de missões. No entanto, o efetivo do destacamento, bem como o de seus escalões, é variável de acordo com a missão a ser cumprida e seus fatores condicionantes. A base será o destacamento orgânico que poderá ser reforçado em pessoal e material, ou ter o seu efetivo reduzido. (IP 31-20: Batalhão de Ações de Comandos)

[5] O Destacamento de Reconhecimento e Caçadores é o elemento responsável pela realização dos reconhecimentos operacionais e especiais que antecedem o cumprimento da missão pelas CAC ou pelos DAC, podendo também ser empregado em operações de reconhecimento em proveito de outras tropas quando necessário. Também enquadra as equipes de caçadores do batalhão, sendo responsável pelo preparo técnico das mesmas. (IP 31-20: Batalhão de Ações de Comandos)

[6] As viaturas de médio porte utilizadas pelas tropas brasileiras no Haiti eram do modelo Agrale Marruá, com tração nas 4 rodas com capacidade de transporte de 8 militares.

[7] Etnografia é o estudo descritivo da cultura dos povos, sua língua, raça, religião, hábitos etc., como também das manifestações materiais de suas atividades. É a ciência das etnias. Do grego ethos (cultura) + graphein (escrita). (Dicionário Aurélio)

[8] Essa missão foi recebida direta pelo Force Commander (General Brasileiro) em coordenação com o BRABAT. A Joint Venture foi uma operação que contou com militares da Marinha do Uruguai que realizaram a segurança afastada do perímetro da ilha. Foi realizada a incursão nessa Ilha, onde realizou a apreensão de material ilícito e de pessoal.

[9] A posição escolhida pelo DOPaz foi a torre de uma igreja. Ocupada em sigilo permitiu que o destacamento acompanhasse o *modus operandi* das F Adv na região de Bel Air.



O BRABAT/26 E O DESTACAMENTO DE RESPOSTA INICIAL (DRI) PARA AVALIAÇÃO DE DESASTRES

Tenente-Coronel Washington Harryson Alcoforado

O Tenente-Coronel de Infantaria Harryson é instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Foi declarado aspirante a oficial em 1994 pela Academia Militar das Agulhas Negras, estabelecimento de ensino superior do qual foi instrutor. Possui os cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais e de Comando e Estado-Maior. Especializou-se como paraquedista, guerreiro de selva e oficial de inteligência. É mestrado em Segurança e Defesa Civil (gerenciamento de desastres) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi oficial de operações (G3) do 26º e último Contingente do Batalhão Brasileiro de Força de Paz (*Brazilian Battalion - BRABAT/26*, sigla em inglês) na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti - MINUSTAH*, sigla em francês), no Haiti. Está nomeado comandante do 11º Batalhão de Polícia do Exército (w_harryson@ig.com.br).



"A tropa estava capacitada, desde o preparo, para a contingência dos desastres naturais, pois já sabíamos que enfrentaríamos a pior temporada de furacões. O Destacamento de Resposta Inicial (DRI) atuou preventivamente, produzindo relatórios detalhados de várias áreas do território haitiano, servindo de valioso subsídio para o emprego da tropa e ações futuras, caso fosse necessário." [*]

O 26º Contingente do Batalhão Brasileiro de Força de Paz (*Brazilian Battalion - BRABAT/26*, sigla em inglês) teve a árdua missão de coordenar e conduzir a desmobilização da mais duradoura missão de tropas brasileiras no exterior, após treze anos no país caribenho do Haiti.

A missão de encerrar uma operação de paz de um contingente completo, sendo 970 militares das três forças singulares, foi sem dúvida a maior e mais importante missão do denominado *BRABAT/26*, que possuía 850 militares. Essa tropa, que assumiu oficialmente suas funções em 2 de junho de 2017 e

permaneceu até a saída do último soldado brasileiro do solo haitiano, cujo prazo poderia ser até o fim do mandato da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti - MINUSTAH*, sigla em francês), ou seja, 15 de outubro de 2017, vivenciou outras tarefas e desafios que marcaram as vidas dos seus homens e mulheres que trabalharam sempre sob o lema de "Unidos pela Paz".

Desde o planejamento do preparo dessa tropa, iniciado ainda em julho de 2016, um dos desafios do seu comandante e estado-maior era a perspectiva de desdobramento do *BRABAT/26* no segundo semestre de 2017, coincidentemente com o período de furacões que anualmente atingem as ilhas caribenhas e outras regiões da América do Norte e Central, banhadas pelo Oceano Atlântico, cujas águas quentes, na altura da linha do Equador e próximo à África, um dos nascedouros desses fenômenos naturais que carregam ventos e chuvas torrenciais por onde passam.

Considerando-se o histórico de desastres no Haiti, surgiu a necessidade de o *BRABAT/26* criar uma equipe de militares voltada para lidar com suas consequências, pois nos treze anos da *MINUSTAH* ocorreram as seguintes catástrofes:

- a tempestade tropical Noel em 2007;
- o terremoto em 2010, cuja magnitude foi de 7.0 na escala *Richter* e deixou o maior número de vítimas fatais, cerca de 200 mil pessoas (das quais 18 militares brasileiros); e
- o furacão *Matthew*, que matou cerca de mil civis haitianos no sul do país.

Cabe destacar que a *MINUSTAH*, com ênfase no contingente militar brasileiro, foi o único recurso inicial de resposta aos danos causados por esses fenômenos devastadores.

O emprego da tropa brasileira nesses eventos, caracterizou-se como aprendizado e motivação para o que *BRABAT/26*, pela primeira vez, implementasse um conceito doutrinário ainda em estudo na Força Terrestre, o chamado “Destacamento de Resposta Inicial (DRI)”, que passou a integrar a modular e temporária “Força de Ajuda Humanitária do Exército Brasileiro”.

FORÇA DE AJUDA HUMANITÁRIA

O emprego das Forças Armadas (FA) em resposta a desastres de grande magnitude, mesmo sendo esta uma missão subsidiária, onde as tropas federais atuam de forma coadjuvante e em apoio às instituições de defesa civil, está amparada em leis brasileiras, não devendo ser encarada como substituição ou até competição com instituições criadas para esta finalidade, a exemplo do Corpo de Bombeiros Militar.

Nos últimos anos, vários exemplos de emprego de tropas das FA para uma resposta a desastres têm ocorrido no Brasil e no exterior, justificados pela sua intensidade e pela dimensão da área afetada, ultrapassando a capacidade de resposta proporcionada pelos governos locais com seus próprios meios. O apoio das FA permanece até que os atores locais, ou destinados para tal fim, possam assumir todas as tarefas de resposta e posteriormente conduzir a recuperação da região atingida.

As possibilidades de cenários futuros com desastres naturais apresentados no primeiro Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, elaborado pelo Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, lançado em 2012 e atualizado em 2016, destaca o aumento da intensidade desses fenômenos. Por essas razões já descritas e um consequente e possível chamado para atuar em apoio à defesa civil no

futuro, o Exército Brasileiro (EB), de maneira proativa, resolveu projetar uma estrutura militar operacional para ser empregada em caso de desastres, que recebeu a denominação inicial de Força de Ajuda Humanitária (FAH).

Ela foi baseada nos conceitos contidos na nota de coordenação doutrinária nº 01/2014, de 10 de abril de 2014, do Centro de Doutrina do Exército, a qual define operações de ajuda humanitária como aquelas concebidas especificamente para aliviar o sofrimento humano, decorrente de desastres, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade, bem como para prestar assistência cívico-social. Destinam-se a complementar, com a utilização de meios militares, o esforço de resposta a desastre do governo e das organizações não governamentais.

Uma característica marcante dessa força é o seu aspecto temporário, cuja organização é montada exclusivamente com meios militares pré-existentes nas organizações militares do EB, para atender a uma demanda gerada no momento de crise. A FAH deve ser equipada e instruída para cumprir missões especiais que visam a reduzir o sofrimento humano e a perda de vidas, integrando, com os meios militares necessários, o esforço de resposta da defesa civil às situações adversas decorrentes de desastres.

A FAH, quando empregada pelo EB, tem como doutrina, durante seu desdobramento inicial, o envio de um DRI, o qual é inserido no ambiente afetado, preferencialmente, nas primeiras 24 horas (Figura 01). A missão desse destacamento é realizar a avaliação do evento crítico e dimensionar as ações e os meios “sob medida” para responder ao desastre. Por essa razão, seus integrantes devem possuir treinamento e instruções voltadas para o

A FAH, quando empregada pelo EB, tem como doutrina, durante seu desdobramento inicial, o envio de um DRI, o qual é inserido no ambiente afetado, preferencialmente, nas primeiras 24 horas. A missão desse destacamento é realizar a avaliação do evento crítico e dimensionar as ações e os meios “sob medida” para responder ao desastre.

gerenciamento de desastres cujo conceito, segundo o Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (*UNISDR*, sigla em inglês), envolve a organização, o planejamento e a aplicação de medidas de preparação, resposta e recuperação de catástrofes.

Outra função desse destacamento é a de estabelecer a ligação e a coordenação inicial com o governo local ou qualquer ator envolvido no cenário afetado, de modo a constituir um núcleo do Centro de Coordenação de Operações de Ajuda Humanitária, caso não tenha sido estabelecido pela defesa civil ou outra estrutura local. Sobre este aspecto, deve-se salientar que o gerenciamento de desastres tem a sua efetiva solução quando a análise e estudo dos problemas recebem informações de diversas instituições e agências, cuja abordagem multidisciplinar é quase inevitável. Sendo assim, o trabalho para coordenação de resposta a desastres é um ambiente interagências e bastante complexo na sua estrutura organizacional, quando ativado.

Após a chegada do DRI e o cumprimento do seu papel na área atingida pelo evento crítico, a FAH e quaisquer outros meios, inclusive não militares, entram no ambiente de forma adequada e otimizada, preferencialmente nas 72 horas seguintes, para uma resposta mais efetiva, na busca para socorrer os atingidos e criar um ambiente para a recuperação e normalização da área afetada pelo desastre.

Segundo ainda a nota de coordenação doutrinária Nr 01/2014, o DRI é organizado em

quatro grupos (Figura 02): Grupo de Comando; Grupo de Coordenação e Ligação; Grupo de Avaliação de Desastre; e Grupo de Transportes. Esse destacamento é flexível em seu efetivo, tendo em torno de trinta integrantes, conforme a necessidade. Cabe destacar que seus integrantes são militares especializados em suas áreas funcionais dentro do EB, ou seja, seguindo o princípio da dualidade, esses profissionais podem emprestar suas capacidades geradas para o emprego em guerra a uma resposta em uma situação de crise, em tempo de paz.

Em uma experimentação doutrinária conduzida pelo Comando Militar do Nordeste em

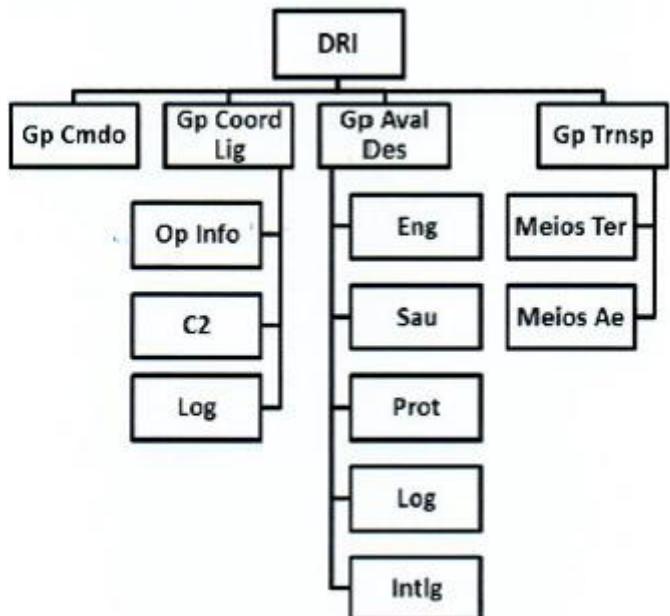
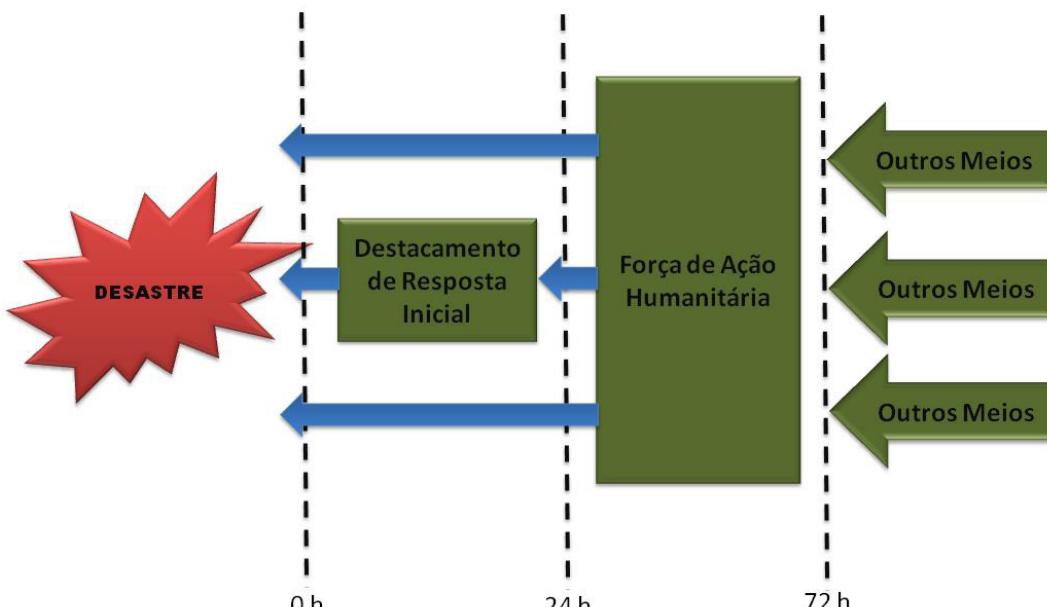


Figura 01 Organização do DRI, Fonte: Caderno de Trabalho – 1^a Parte

DESOBRAMENTO DOS MEIOS MILITARES EM RESPOSTA A UM DESASTRE



2014, com estudos e exercícios no campo, foi proposto que esse DRI possa, por vezes, ser acompanhado por um módulo precursor emergencial (MPE), que nada mais é do que uma estrutura mínima da FAH montada para uma resposta imediata, juntamente com a tarefa de avaliação, que é o foco principal do DRI. Sua proposição é válida, na medida em que

Figura 02- Organização do DRI, Fonte: Caderno de Trabalho – 1^a Parte

com a chegada de militares, nas primeiras horas após o evento em uma área afetada por um desastre, a população enxerga naqueles profissionais o primeiro socorro e assistência por parte do Estado, devendo dessa forma, os mesmos terem meios e capacidade para uma resposta emergencial mínima, principalmente na área de saúde e de pequenos trabalhos de engenharia.

PREPARAÇÃO DO DRI

A concepção de montar uma estrutura temporária, flexível e modular foi a base para o planejamento da preparação do DRI, que começou a ser colocado em prática no início do chamado prepraro preliminar do *BRABAT/26*, que teve início no dia 9 de janeiro de 2017, sob a responsabilidade da célula de operações do batalhão (G3). A sensibilidade do seu comando e o engajamento pessoal do comandante da 12^a Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel), grande unidade responsável pelo prepraro do *BRABAT/26*, foram fatores decisivos para que a doutrina em concepção recebesse apoio e recursos do Comando de Operações Terrestres (COTER), tornando-se realidade.

Além do apoio interno recebido, o prepraro do DRI obteve colaboradores externos, os quais proporcionaram condições para adaptar e pensar na organização a ser adotada pelo DRI em prol da missão do *BRABAT/26*. Feito isso, foi montado e conduzido pela Escola de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro (EsDEC) e pela assessoria acadêmica do mestrado em segurança e defesa civil da Universidade Federal Fluminense (UFF), o primeiro estágio de capacitação do DRI para avaliação de desastres, que ocorreu de 23 a 27 de março de 2017, nas instalações do Centro de Avaliação de Adestramento

do Exército (CAAdEx), no Rio de Janeiro (Figura 03). Nesse estágio, os militares foram selecionados dentro do efetivo do *BRABAT/26*, sem prejuízo das funções que ocupavam no quadro de cargos previstos (QCP) do batalhão. Foram selecionados oficiais, subtenentes e sargentos das três forças singulares, que atendiam aos requisitos das funções de combate: inteligência, proteção, comando e controle e de logística; bem como outros de atividades específicas como saúde, operações especiais, operações psicológicas, comunicação social e coordenação civil-militar (*CIMIC*, sigla em inglês), sendo esta uma tarefa típica de operações de paz, cuja importância cresce em um ambiente afetado por desastres.

No estágio conduzido pelas EsDEC/RJ, os militares receberam instruções das seguintes disciplinas voltadas para o gerenciamento de desastres: análise e gestão do risco; planos de contingência; análise rápida de estruturas edificadas; doenças; manejo de cadáveres; abrigos temporários; manejo de animais; eventos com múltiplas vítimas; e riscos geológicos. Encerrando o estágio, foi conduzido um exercício simulado virtual.

O prepraro desse DRI foi coroado com dois exercícios no terreno, realizados nos



Figura 03 – Primeira turma de DRI formado pela ESDEC

municípios de Jambeiro e Caçapava, ambos no estado de São Paulo. Em Jambeiro, o *BRABAT/26*, sob a coordenação da 12ª Bda Inf L (Amv), conduziu o Exercício Básico de Operações de Paz (EBOP), no período de 10 a 14 de abril de 2017, no qual foi simulada a passagem de um furacão pela citada localidade, deixando centenas de vítimas e sérios danos na pequena cidade. Na ocasião, o DRI foi desdobrado imediatamente após o evento para avaliar as consequências do desastre simulado. A equipe do DRI montada para esse exercício, contou com os militares formados no estágio da EsDEC e de outros especialistas. Os aspectos levantados por esses militares permitiram adestrar o DRI na avaliação das necessidades para uma resposta sob medida ao desastre.

Durante o chamado Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP), realizado na região de Caçapava, no período de 17 a 28 de abril de 2017, coordenado pelo Centro Conjunto de Operações de Paz (CCOPAB), o DRI do *BRABAT/26* testou sua capacidade de avaliação e coordenação com emprego de um Módulo Precursor Emergencial (MPE), com enfoque no atendimento pré-hospitalar a múltiplas vítimas e no controle de distúrbios de civis. Nesse exercício foi simulado o colapso de uma edificação da MINUSTAH após um terremoto. O *BRABAT/26* foi chamado para socorrer, inicialmente, o pessoal da missão que foi vitimado pelo desabamento, em meio a diversas casas e estruturas físicas da localidade atingida pelo abalo sísmico e coordenar, por intermédio de seu oficial

CIMIC, a resposta inicial ao desastre com os outros atores presentes, inclusive civis e governo local. (Figuras 04 e 05)

A EXPERIÊNCIA E O EMPREGO DO DRI NO HAITI

Após completado o rodízio com o contingente anterior, o *BRABAT/26* desdobrou-se no terreno e passou a ter uma consciência situacional da área de operações, que englobava todo o território do Haiti, pois era a última e única tropa de infantaria ainda presente e disponível no país. Nesse contexto, o *Force Commander* determinou que os meios militares disponíveis na *MINUSTAH*, com ênfase no *BRABAT/26*, realizassem reconhecimentos terrestres e aéreos especializados visando a uma preparação para a temporada de furacões, que costuma ocorrer na região, nos meses de junho a novembro.

As razões que levaram o *Force Commander* a determinar essa atitude proativa foram baseadas na sua experiência na função, quando, em 2016, o sul do Haiti foi atingido pelo furacão *Matthew* e também devido ao prognóstico da entidade norte-americana *National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA)*, divulgado em 25 de maio de 2017, segundo o qual furacões de intensidade e poder de destruição acima dos registrados nos últimos doze anos iriam atingir a região. Outro aspecto considerado pelo *Force Commander* foi sem dúvida o fato de o Brasil, nos 13 anos de missão no Haiti, jamais ter se omitido diante das tragédias provocadas pela natureza, sendo conhecido de forma

positiva pela população haitiana e demais países integrantes da *MINUSTAH*, como uma tropa pronta e disponível para cumprir qualquer missão.

A ordem emitida pelo *Force Commander* para a realização dos reconhecimentos



Figura 04 – DRI no EAOP (MPE)



Figura 05 – DRI no EAOP (CIMIC)



2017 Atlantic Hurricane Season Outlook

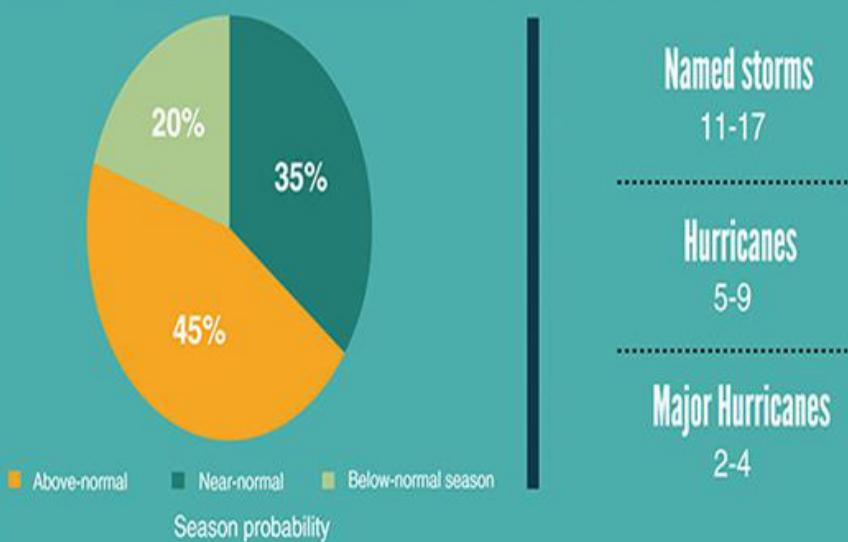


Figura 06 – Gráfico do Perfil NOAA, Fonte: <http://www.noaa.gov/>, acessado em 18 Set 17

determinava um trabalho conjunto envolvendo as tropas do *BRABAT/26*, a aviação de Bangladesh com seus helicópteros (*BANAIR* - sigla em inglês), o Hospital Argentino Nível II, (*ARGHOSP* - sigla em inglês), e as duas companhias de engenharia presentes ainda na *MINUSTAH*, sendo elas a do Brasil (*BRAENGCOY* - sigla em inglês), e a do Paraguai (*PARAENGCOY* - sigla em inglês). O foco dos reconhecimentos estava concentrado nas condições das estradas, pontes e possíveis locais para desdobramentos de tropas, em caso da necessidade de uma resposta a desastres causados por furacões.

O Componente Militar da *MINUSTAH* es-
colheu as localidades que mais foram afeta-
das pela passagem do
furacão *Matthew* em
2016, no sul do Haiti,
e aquelas que no pas-
sado também sofreram
com outras tormentas,
inclusive as localiza-
das no norte do país,
sendo elas: *Les Cayes*,
Jeremie, *Port Salud*,
Dame Marie, *Jacmel*,
Marigot, *Gonaives*, *Port
de Paix* e *Cap Haitien*.
Para essa missão, o

BRABAT/26 decidiu empre-
gar seu DRI e apresentá-lo à
MINUSTAH. O destaca-
mento recebeu a denominação em
inglês de *Disaster Assessment
Team (DAT)*, de modo a facilitar
o entendimento da finalidade
daquela fração especializada
em avaliação e gerenciamento
de desastres por parte dos de-
mais países representados na
Missão.

Ao empregar o DRI nesses
reconhecimentos, o *BRABAT/26*
implementou uma atitude
proativa, utilizando esse
destacamento especializado
de forma diversa da prevista
na nota de coordenação
doutrinária, que autoriza o

seu emprego somente após o desastre, ou seja,
como uma ferramenta reativa, algo justificado
pelo escopo jurídico para o emprego das FA em
território brasileiro, que ocorre em situações
extremas e após autorização do Presidente da
República.

Na experiência vivida no Haiti, o DRI foi
empregado em uma fase de preparação para
desastres, o que permitiu oferecer à *MINUSTAH*
sua capacidade e adestramento adquiridos ainda
no preparo feito no Brasil. Isto possibilitou uma
avaliação muito mais precisa e completa, indo
além do simples levantamento das condições das
pontes, estradas e locais de apoio a tropas que



Figura 07 – Reconhecimento realizando pelo DRI no Haiti

possivelmente seriam desdobradas no terreno para fazer frente a desastres provocados por furacões.

Para cumprir essa missão, deslocando-se simultaneamente por estradas e pelo ar nos helicópteros da *BANAIR*, o DRI chegou a percorrer cerca de 1.200 km cobrindo todo o país, fato inédito para qualquer fração de um batalhão de infantaria de força de paz na *MINUSTAH*.

A inclusão de militares de operações especiais no DRI foi uma inovação e experimentação doutrinária realizadas no Haiti. Desde 2005, esses militares fizeram parte dos seguidos contingentes do *BRABAT*, compondo o denominado Destacamento Operacional de Paz (DOPAZ). A inserção desses profissionais altamente especializados no DRI permitiu um levantamento minucioso de inteligência da região reconhecida, com uma visão diferenciada e focada na análise de possíveis ameaças ao esforço de uma eventual ajuda humanitária, bem como a realização de contatos com atores governamentais e não governamentais.

Nessa oportunidade, o DRI também pôde explorar mais as operações psicológicas para melhor entender e influenciar o comportamento das pessoas em momentos de crise, durante e após um desastre. O Destacamento de Operações Psicológicas (DOP) foi o elemento especializado que desenvolveu esse esforço durante os reconhecimentos, quase sempre próximo e em apoio à célula de *CIMIC* (G9) do *BRABAT*, que também foi bastante explorada. Cabe ressaltar que, nos planejamentos da *MINUSTAH* para enfrentar desastres, a célula do G9 do *BRABAT* forneceu pelo menos um militar ao centro de operações para ajuda humanitária.

Integrar o DRI de forma pró-ativa na fase de preparação foi uma experiência valiosa para essa célula e para o DOP, que conhecendo as localidades, suas lideranças e agentes comunitários, bem como as organizações humanitárias presentes e suas capacidades, puderam melhor apoiá-los.

O emprego dos chamados assistentes de linguagem e intérpretes, já existentes no efetivo do *BRABAT/26*, também foi uma importante experiência dentro da flexível e modular estrutura do DRI. No caso do Haiti, foram levados haitianos contratados pelo próprio batalhão e também pela *MINUSTAH*, os quais facilitaram o canal de comunicação com a maioria da população, cujo idioma oficial é o *creole*, que mantém características de dialeto da África, fortemente influenciado pelo idioma francês. Além desses assistentes, o efetivo do DRI também foi integrado por intérpretes do *BRABAT/26*, dos idiomas inglês e francês, comuns em qualquer missão de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU).

O emprego do DRI em reconhecimentos antes do desastre também permitiu que os especialistas já previstos na doutrina pudessem avaliar os meios existentes e necessários para um caso de emergência provocado por um furacão seguido de enchentes. A logística levantou locais de apoio e meios de subsistência para o desdobramento de tropas e sua permanência por jornadas de até uma semana. As comunicações testaram os alcances de equipamentos e melhores meios para a manutenção do comando e controle de uma possível tropa desdobrada nas regiões reconhecidas, bem como o uso de meios locais como telefonia celular, emissoras de rádio etc. Elementos de infantaria e da polícia do exército levantaram

Na experiência vivida no Haiti, o DRI foi empregado em uma fase de preparação para desastres, o que permitiu oferecer à *MINUSTAH* sua capacidade e adestramento adquiridos ainda no preparo feito no Brasil, possibilitando uma avaliação muito mais precisa e completa, indo além do simples levantamento das condições das pontes, estradas e locais de apoio.

aspectos ligados à proteção e segurança de possíveis áreas para abrigos temporários e das áreas e instalações para uma necessidade de armazenamento e distribuição de gêneros de subsistência aos afetados por uma possível tragédia pós-furacão.

Militares de engenharia da *BRAENGCY* levantaram os aspectos relacionados às condições de estradas e pontes mais solicitadas pela *MINUSTAH* e os militares de saúde fizeram contatos com as organizações da mesma natureza e com os hospitais da região (Figura 09), levantando suas capacidades e disponibilidades de leitos e limitações para prestar uma assistência médica a vítimas de um possível desastre.

A capacidade de inteligência conferida

desastre, a *MINUSTAH* ou até o mesmo o DRI pudessem gerenciar a informação dirigida à população com a máxima efetividade possível.

O *BRABAT/26*, após conduzir, com o seu DRI, de junho a agosto de 2017, os reconhecimentos determinados pela *MINUSTAH*, teve suas operações encerradas oficialmente no dia 1º de setembro de 2017, sem precisar雇用 seus militares e meios para atender a uma necessidade de resposta a um desastre. Contudo, o prognóstico da entidade *NOAA* começou a se tornar uma realidade, fazendo com que a costa leste do México, dos EUA e a região do Caribe presenciassem intensos furacões formados nas águas quentes do Atlântico.

O Haiti, como um país caribenho da grande Ilha *Hispaniola*, recebeu o alerta como provável região a ser afetada pelo furacão *Irma*. A partir desse instante e diante das consequências da passagem de outro furacão de-



Figura 08 – DOPAZ em Jeremie



Figura 09 – Contatos com Hospital em Les Cayes

ao DRI, em parte fornecida pelo DOPAZ, também contou com especialistas de imagens e piloto de drones, possibilitando georreferenciar pontos e instalações importantes e obter de imagens para se ter um banco de dados de cada localidade no instante do reconhecimento, permitindo, em caso de um desastre, dimensionar com novas imagens os danos causados pelo evento extremo, como um furacão. Elementos da célula de comunicação social (G10) também integraram as equipes do DRI, os quais puderam levantar os principais veículos de comunicação e de mídia existentes nas localidades reconhecidas e seus respectivos alcances e perfis de público alvo, para que, em uma situação de crise gerada por um

nominado *Harvey*, que causou sérios danos e perdas de vidas no Estado do Texas nos EUA, o componente militar da *MINUSTAH* determinou a prontidão das tropas ainda presentes e obteve da ONU autorização para retornar às operações, cessadas em 1º de setembro de 2017.

O *Force Commander* com sua experiência frente ao furacão *Matthew* decidiu, mais uma vez, posicionar tropas de engenharia com a proteção do *BRABAT/26*, formando assim uma força-tarefa e garantindo que essas tropas, desdobradas o mais à frente possível e próximas aos locais por onde o furacão passaria, pudessem chegar o mais rápido possível às localidades afetadas para desobstruir vias de acesso e permitir a

chegada da ajuda humanitária e, até mesmo, de mais tropas, se fosse necessário. A MINUSTAH, dessa vez, contou também com o conceito e o trabalho do reconhecimento realizado pelo DRI. No dia 5 de setembro de 2017, as previsões e imagens de satélites, disponíveis em sites especializados (Figura 10), apontavam o litoral norte do Haiti como a região a ser atingida pelo furacão *Irma*, que naquele momento estava classificado na categoria 5, a mais alta na escala *Saffir-Simpson*, com ventos acima de 300 km/h e sendo considerado o maior furacão já registrado no Oceano Atlântico. A primeira tarefa do BRABAT foi desdobrar uma pequena equipe do DRI para reconhecer um local seguro o mais à frente possível para desdobrar as tropas avançadas, com efetivos de militares da 1^a Companhia de Infantaria de Força de Paz do BRABAT/26 e da BRAENGCOY.

O cenário mais perigoso que se apresentava com a passagem do furacão eram sérios danos nas localidades de *Cap-Haitien*, com mais de 800 mil habitantes, em *Port de Paix*, com cerca de 120 mil habitantes, e enchentes na cidade de *Gonaives*, com mais de 1 milhão de habitantes. Diante desse cenário, a decisão foi reconhecer e desdobrar as tropas abaixo da cidade de *Gonaives*, antes da passagem do furacão, sendo escolhida uma região próxima à localidade de *Saint Marc*. Sendo assim, no dia 7 de setembro de

2017, data de aniversário da Independência do Brasil, horas antes da passagem do furacão *Irma* pelo Haiti, as tropas foram desdobradas com equipes do DRI incorporadas e devidamente preparadas para suportar a tormenta e seus ventos fortes, da noite de 7 para 8 de setembro de 2017 (Figura 11)

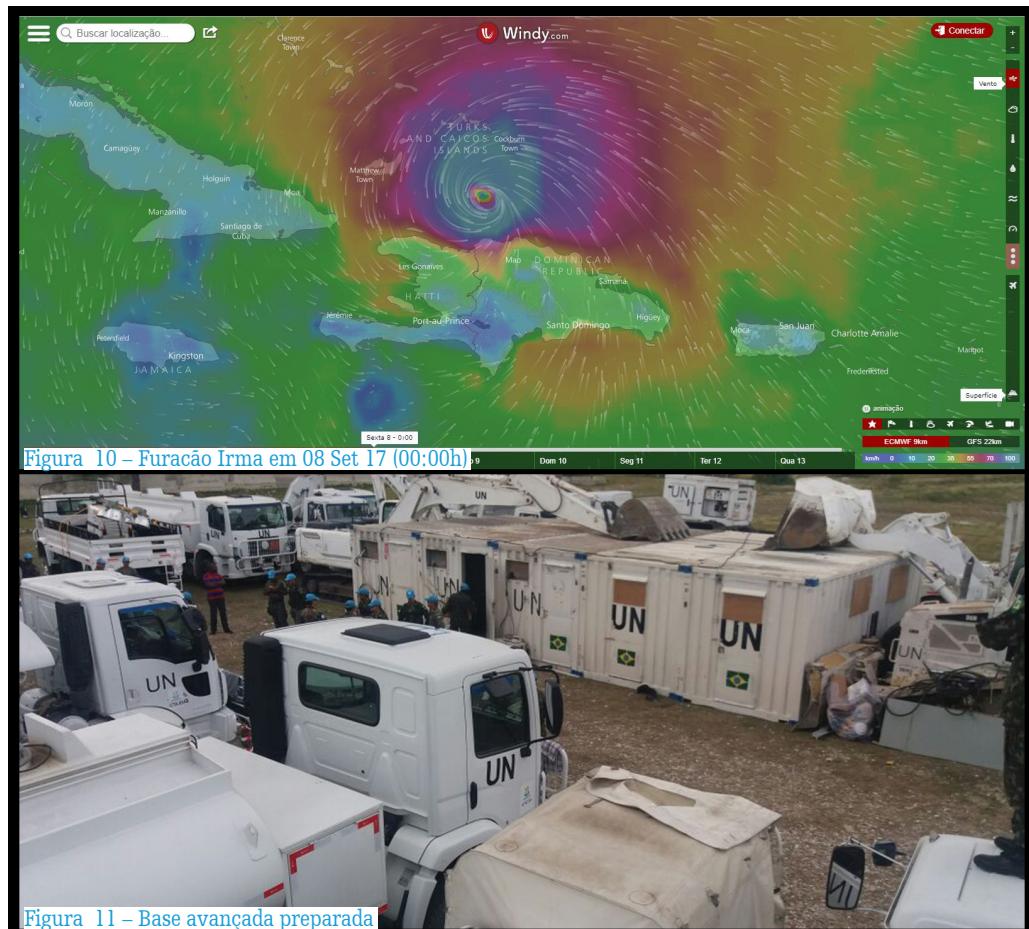


Figura 10 – Furacão Irma em 08 Set 17 (00:00h)

Figura 11 – Base avançada preparada

Ao amanhecer do dia 8 de setembro de 2017, com a presença do *Force Commander* e do Comandante do BRABAT/26, foi decidido enviar para as cidades de *Port de Paix* e de *Cap-Haitien* duas pequenas equipes composta por onze militares cada, ambas com integrantes do BRABAT e da BRAENGCOY, empregando assim o conceito de avaliação do DRI e permitindo um emprego judicioso dos meios existentes. Ao término do dia e tendo as duas equipes chegado aos seus respectivos destinos finais, verificou-se que o furacão não atingira o Haiti como algumas

previsões apontavam e os poucos danos causados pelos ventos e chuvas da tormenta, estavam sendo gerenciados pelo próprio governo haitiano. No dia 9 de setembro de 2017, sem precisar avançar os outros meios pesados desdobrados na base avançada, fruto da avaliação do DRI, as tropas do *BRABAT* e da *BRAENGOY* receberam ordem de retornar para suas respectivas bases em Porto Príncipe e prosseguir nas atividades de desmobilização, que em momento algum sofreram qualquer interrupção. Estavam encerrados a experiência e o emprego do DRI no Haiti.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como primeira consideração, é importante destacar que o componente militar em uma missão de paz, a exemplo da *MINUSTAH*, não tem a responsabilidade de realizar ajuda humanitária como é previsto na doutrina da FAH. Essa tropa modular pode, em caso de desastres, ser requisitada para distribuir gêneros de subsistência, desdobrar hospitais de campanha, além de garantir a lei e a ordem na área afetada, se for necessário. No caso de uma missão de paz, o componente militar tem a missão principal de apoiar a ajuda humanitária, quase sempre coordenada pelo componente civil, por intermédio de agências e escritórios especializados. O apoio à ajuda humanitária é materializado em escolta de comboios, segurança de instalações da ONU, controle de civis em locais de distribuição de gêneros de subsistência, balizamento de helipontos e outras tarefas similares.

O chamado DRI mostrou-se como o principal instrumento para guiar as ações do *BRABAT/26*, em caso de desastres e contingências dessa natureza. A experiência no Haiti reforçou o fato de o seu universo ser integrado por militares instruídos e treinados em gerenciamento de desastres, como ocorreu junto à EsDEC/RJ, ficando claro que esse modelo “buscar parcerias para a especialização de pessoal” pouparia recursos e investimentos, tendo ainda obtido um ganho efetivo de conhecimento, devido

à qualidade dos instrutores e profissionais especializados em defesa civil da EsDEC/RJ. O emprego mostrou, ainda, a necessidade de outros especialistas militares na sua composição, além dos já previstos doutrinariamente no DRI. O melhor exemplo é a inserção de elementos de operações especiais, os quais podem melhor avaliar e levantar possíveis ameaças. Dependendo da natureza do conflito onde a missão de paz está desdobrada, essas ameaças poderão ser decorrentes da ação de atores extremistas ou terroristas que tenham provocado o desastre ou que tenham aproveitado dos ambientes fragilizados e afetados, em caso de desastres naturais.

O emprego do DRI no Haiti evidenciou, ainda mais, a necessidade de utilização de militares especialistas em assuntos civis, CIMIC e operações psicológicas, os quais proporcionaram uma maior facilidade na interação com a população em geral e principalmente com os atores civis envolvidos na resposta ao desastre, modificando comportamentos para um fim desejado e voltado para salvar vidas. O uso de drones operados por uma dupla de analistas de imagens de inteligência proporcionou um ganho na obtenção da consciência situacional e consequentemente na assessoria aos comandantes e elementos de coordenação para uma melhor resposta ao desastre. Como necessidade e boa prática experimentada no Haiti, a inserção de intérpretes ou assistentes de linguagem no DRI, mostrou ser um fator de comunicação essencial para avaliar, entender as necessidades e coordenar as tarefas voltadas para uma eventual resposta a desastres.

Diante dessas considerações e experiências adquiridas durante os exatos oito meses que vão do início do preparo do DRI, em 9 de janeiro de 2017, ao encerramento do seu emprego no Haiti, em 9 de setembro de 2017, propõe-se um quadro organizacional de DRI, baseado no que foi preparado no Brasil e empregado no Haiti, incluindo adaptações que atenderam às necessidades da missão:

ORGANIZAÇÃO DRI EMPREGADO NO BRABAT/26 (Efetivo Total: 32 militares)				
DRI	Função	Qte	Posto/Graduação	Qualificação/ Especialização Militar
Grupo de Comando	Comandante	1	oficial superior	Infantaria ou engenharia
	Chefe	1	oficial superior	Qualquer QM
Grupo de Coordenação e Ligação	Auxiliar	1	praça	
	Chefe	1	oficial intermediário	CIMIC
	Auxiliar e analista	2	oficial ou praça	Comunicações
	Auxiliar	1	oficial ou praça	logística interna do DRI
	Auxiliar	1	oficial ou praça	Comunicação Social
	Auxiliar	2	oficial ou praça	Operações Psicológicas
	Auxiliar	2	militar ou civil	Assistente de Linguagem {1}
	Chefe	1	oficial intermediário	Engenharia
Grupo de Avaliação de Desastre	Analista	4	oficial médico e praça	Saúde
	Analista	2	oficial ou praça	Inteligência {2}
	Analista	6	oficial e praça	Operações Especiais
	Analista	1	oficial ou praça	Engenharia
	Analista	1	oficial	Logística (avaliação)
	Analista e Auxiliar	4	oficial e praça	Infantaria, Cavalaria ou PE
	Chefe	1	praça	Motorista Categoria D e Mecânico
Grupo de Transportes	Demais integrantes estavam inseridos em cada grupo, conforme a necessidade de transporte terrestre, único modal utilizado pelo DRI constituído no Haiti.			

{1} Creole, inglês e francês.

{2} Analista de imagem e piloto de drones.

Como última consideração, ressalta-se que o BRABAT/26 cumpriu muito bem a sua missão no Haiti, cujo maior desafio foi a desmobilização e a repatriação de todo o contingente brasileiro, após treze anos de sacrifícios em nome da paz, onde cada soldado mostrou o seu valor, honrou a sua farda e colocou o nome do Brasil no mais alto patamar de confiança e respeito perante a sua própria

sociedade e entre os países que integram a ONU. Sendo assim, é mais do que apropriado afirmar que o Brasil no Haiti foi um caso de sucesso. Da mesma forma, o DRI foi a garantia do sucesso operacional do BRABAT/26, que pôde se concentrar e finalizar o cumprimento a saída da missão de forma segura e estável, estado final desejado e alcançado no Haiti.

UNIDOS PELA PAZ! BRASIL!

REFERÊNCIAS

- ALCOFORADO, Washington Harryson. *Força de Ajuda Humanitária: a geração da capacidade de resposta a desastres por parte do Exército Brasileiro*. Trabalho de Conclusão do Curso de Mestrado em Segurança e Defesa Civil pela Universidade Federal Fluminense - Rio de Janeiro, 2017.
- BRABAT/26. *Emprego na Passagem do Furacão Irma*. Relatório Sucinto do BRABAT/26, de 10 de setembro de 2017.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- _____. *Lei Complementar 97, de 09 de junho de 1999*. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das FA.

CNME. Destacamento de Resposta Inicial. Caderno de Trabalho. Experimentação Doutrinária. 1ª Parte. 2014

_____. Força de Ajuda Humanitária. Caderno de Trabalho. Experimentação Doutrinária. 2ª Parte. 2014 CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA. O Furacão Irma. Disponível em: <https://climatologiageografica.com/o-maior-furacao-da-historia-do-atlantico-irma-pode-ficar-ainda-mais-poderoso/>. Acesso em 09/09/2017

DefesaNet. BRABAT faz reconhecimento na região Sul do Haiti. Panorama Haiti-Terrestre. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/ph/noticia/26264>. Acesso em 13/07/2017.

EME. C 45-4: Operações Psicológicas. 3ª Ed, Brasília, DF, 1999.

_____. EB20-MF-10.102: Doutrina Militar Terrestre. 1ª Ed, Brasília, DF, 2014.

_____. EB20-MC-10.202: Força Terrestre Componente. 1ª Ed, Brasília, DF, 2014.

_____. Força de Ajuda Humanitária – Nota de Coordenação Doutrinária 01/2014. Centro de Doutrina do Exército,

PBMC, 2016: Mudanças Climáticas e Cidades. Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas [Ribeiro, S.K., Santos, A.S. (Eds.)]. PBMC, COPPE – UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil. 116p. ISBN: 978-85-285-0344-9.

SAFFIR & SIMPSON. Hurricane Wind Scale - <http://www.nhc.noaa.gov/aboutsshws.php>, acessado em 19/09/2017.

UNISDR. Terminologia. Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres, Disponível em: <https://www.unisdr.org/we/informterminology>. Acesso em 13/07/2017

NOTA

[*] Trecho do relatório sucinto do Cmt do BRABAT/26 sobre o desdobramento de tropas para uma resposta a desastres, causado pela possível passagem do furacão Irma pelo Haiti, ocorrido na madrugada de 8 Set 17



O PAPEL DO TRADUTOR-INTÉPRETE EM MISSÕES DE PAZ

Coronel Carla Beatriz Medeiros de Souza Albach

A Coronel de Magistério-Inglês Carla Beatriz é a Chefe da Seção de Redação do Centro de Comunicação Social do Exército. Pertence à turma de formação de oficiais de 1992 da Escola de Administração do Exército. Possui as graduações de Magistério Português-Inglês da UFRJ e de Intérprete de Conferências e Tradução da PUC/Rio. No exterior, realizou os cursos de Inglês Avançado na Base Aérea do Texas-EUA e na Escola de Línguas das Forças Canadenses, onde foi instrutora. No CEP, foi professora de inglês; na ESG, Auxiliar de Estado-Maior Pessoal, Chefe da Divisão de Pessoal e Adjunto do Centro de Atividades Externas; na ECUME, Chefe da Seção de Idiomas e Adjunto do curso internacional do CPEAEx; e na MINUSTAH, Chefe da Seção de Intérpretes do BRABAT/17-2 (cbalbach@hotmail.com).



“Sem tradução, eu ficaria limitado às fronteiras do meu próprio país. O tradutor é o meu mais importante aliado. Ele me apresenta ao mundo.” (Italo Calvino, jornalista e escritor italiano).

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti - MINUSTAH*, sigla em francês) teve início em 2004, como um esforço cooperativo da Organização das Nações Unidas (ONU) para apoiar o Haiti com segurança e estabilidade política. Originalmente, o mandato tinha previsão de término em outubro de 2012. No entanto, após um terremoto de grande magnitude que atingiu o país caribenho em janeiro de 2010, as autoridades da ONU decidiram ampliar o número de tropas. O desastre natural matou cerca de 200 mil pessoas, destruiu ou danificou seriamente 250 mil casas e 30 mil edifícios comerciais.

A participação de sete mil militares, oriundos de mais de uma dezena de países, como: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Croácia, El Salvador, EUA, Filipinas, França, Guatemala, Itália, Jordânia, Nepal, Paquistão, Paraguai, Peru, Sri Lanka e Uruguai, passou a contar com

mais um batalhão brasileiro de força de paz (*Brazilian Battalion - BRABAT*, sigla em inglês), denominado BRABAT-2, quase que duplicando o número de militares brasileiros naquela missão de paz.

A MINUSTAH E O BRASIL, SOB A ÓTICA DE UM INTÉPRETE HAITIANO

O depoimento a seguir é de autoria de Julien Telusman, intérprete haitiano, contratado pela MINUSTAH, que atuou junto às tropas brasileiras de 2006 até o fim da missão, em 2017.

“A questão política aqui no Haiti é muito complexa. Após a partida do ditador Baby Doc, em 7 de fevereiro de 1986, o País rapidamente caiu na instabilidade. Foram seis governos em quatro anos. As eleições gerais, em dezembro de 1990 e janeiro de 1991, foram as primeiras consultas eleitorais verdadeiramente democráticas realizadas no Haiti, sob a presidência da Sra. Ertha Pascal-Trouillot, primeira presidente do Haiti. Essas eleições deram vitória ao candidato do partido de esquerda *Fanmi Lavalas*, Jean-Bertrand Aristide.

Sete meses depois, o presidente Aristide foi vítima de um golpe de estado, sendo exilado para os Estados Unidos, onde permaneceu por mais de três anos. Para o retorno da ordem constitucional, em 15 de outubro de 1994, ele voltou com 20 mil soldados americanos, com a bandeira da ONU MINUHA. Essa missão deixou o país em 2000.

Em 2000, o Presidente Aristide participou das eleições, foi eleito e fez o juramento em 7 de fevereiro de 2001. O corpo político não participou das eleições. Houve movimentos em todos os lugares, em novembro de 2003, com manifestações

da Resistência do Exército. Em 29 de fevereiro de 2004, então, ele foi exilado na África do Sul. O conselho de segurança criou a *MINUSTAH*, uma missão de paz das Nações Unidas.

Logo no início da missão, a seleção de futebol brasileira jogou uma partida amistosa com a seleção haitiana, que terminou em Brasil 6 x 0 Haiti. O componente militar da missão, liderado pelo Exército Brasileiro, esteve em operações desde 2004. O comandante da Força sempre foi um General brasileiro.

A maneira com a qual os soldados brasileiros tratam os haitianos é a razão porque muitos haitianos vão para o Brasil. O povo brasileiro é um povo irmão. Os soldados brasileiros ajudaram os orfanatos haitianos, antes e depois do terremoto, na reconstrução de escolas após os desastres e na distribuição de alimentos, água e medicamentos para os hospitais. Durante os momentos difíceis, eles estiveram sempre ao lado dos haitianos. Durante os furacões, eles estavam sempre lá para nos ajudar no que quer que fosse, em *Jeremie, Les Cayes, Cité Soleil, Gonaïves*. A Companhia de Engenharia Brasileira (*Brazilian Engineering Company - BRAENCCOY*, sigla em inglês) construiu quilômetros de estradas no Haiti. Os haitianos mudaram o nome dos brasileiros para '*bon bagay*', que significa 'boa gente'.

A missão foi muito benéfica para o Haiti em termos políticos, econômicos, sociais e de segurança. No plano político, a missão nos trouxe estabilidade, com a ajuda incondicional dos soldados brasileiros. Em nível de segurança, não há mais áreas sem direitos. Em nível econômico, a missão injetou muito dinheiro na economia haitiana. Em nível cultural, o Brasil nos trouxe sua cultura, com destaque para a capoeira.

Para a partida da *MINUSTAH*, as opiniões estão divididas. Uma grande parte da população teme que a violência não

acabe, porque a PNH (Polícia Nacional do Haiti) não conseguirá garantir a segurança do povo. Os que apoiam o caos querem que a *MINUSTAH* parta. Para a maioria dos haitianos, a *MINUSTAH* não deve sair, porque ainda há muito a se fazer. Será um déficit para a nossa economia".

INTERPRETAÇÃO x TRADUÇÃO

Há pessoas que confundem tradução com interpretação. Também desconhecem os desdobramentos da interpretação: simultânea, consecutiva e sussurrada. Resumidamente, podemos definir tradução como a passagem de um idioma para outro, utilizando a linguagem escrita. A interpretação realiza o mesmo trabalho utilizando, contudo, a linguagem oral.

Quanto ao tipo de interpretação a ser utilizada, a simultânea se dá em uma cabine com isolamento acústico, ou em um local separado, onde o intérprete ouve apenas a voz do orador, através do fone, e reproduz sua mensagem para a plateia, com a qual não mantém contato direto. Nesse caso, intérprete e orador falam ininterruptamente. Esse tipo de interpretação é mais usado com grandes audiências e somente as pessoas que necessitam de tal recurso solicitam o fone de ouvido. Também é um serviço mais caro, pois, além do profissional, o contratante deve pagar pelo aluguel do equipamento de som e pela montagem da cabine.

Na interpretação consecutiva, mais adequada a audiências menores, não há cabine ou aparelhagem, apenas os microfones para o orador e para o intérprete. Caso o ambiente seja pequeno, com boa acústica, até mesmo o microfone é dispensável. Intérprete e orador, lado a lado, falarão de forma intercalada, preferencialmente com frases curtas, para que o intérprete possa registrar a mensagem sem a preocupação de memorizá-la, repassando-a aos ouvintes de forma dinâmica, a fim de não tornar o evento enfadonho. Como se dirigirá



à plateia como um todo, tanto os que compreendem quanto os que não compreendem o idioma estrangeiro, são obrigados a ouvir a interpretação, deixando mais exposta a figura do profissional.

A interpretação sussurrada é utilizada, geralmente, quando apenas um ou dois ouvintes não dominam o idioma do orador. Nesse caso, o intérprete se posiciona distante do palestrante, mas bem próximo do ouvinte, falando quase que ao seu ouvido, em tom baixo, para não atrapalhar os demais. Por isso o termo: "sussurrada". Em uma missão de paz, como a do Haiti, dada a precariedade dos meios, é praticamente inviável a montagem de uma estrutura de interpretação simultânea. As técnicas de consecutiva e de sussurrada, portanto, são as comumente utilizadas.

E qual seria a essência da tradução e da interpretação?

Na tradução, tanto o conteúdo quanto a forma são importantes, porque ficará materializada em documento escrito. É recomendável que o tradutor possua alguma experiência com esse tipo de tarefa, para que não gaste dias realizando uma tradução que poderia ser concluída em horas. No entanto, com a ajuda de bons dicionários e encyclopédias on-line, mesmo uma pessoa pouco experiente, mas com domínio da

estrutura dos dois idiomas, pode apresentar um bom trabalho, já que o fator tempo é seu aliado.

Já na interpretação, por ser oral e acontecer em tempo real, o técnico não pode realizar qualquer tipo de consulta, necessitando de raciocínio rápido, pois o ouvinte não pode esperar. Não deverá, então, prender-se à forma, mas tão somente ao conteúdo. A preparação acontece antes do evento. É importante que o intérprete saiba, com antecedência, o assunto que será tratado, para pesquisar vocabulário e expressões que serão possivelmente utilizados pelo orador. Tais procedimentos aumentam a confiança do profissional, que não será surpreendido por algo que desconhece. Preferencialmente, o intérprete deverá ter um prévio contato com o orador, a fim de perceber seu estilo de apresentação, ritmo de voz e sotaque.

Interpretar não é simplesmente substituir palavras de um idioma para outro. É uma questão de entender a ideia transmitida em um idioma e, depois, explicá-la, usando os recursos de outro idioma. Por isso, além de ser um profundo conhecedor dos idiomas envolvidos no processo, tanto de vocabulário como de gramática, o intérprete deve ter um bom nível de cultura geral. As reuniões, por exemplo, são de natureza altamente complexa, quer se trate de assuntos políticos, militares ou técnicos. Manter-se a par dos desenvolvimentos políticos e militares em ambas as línguas é essencial.

Em missões de paz, ou em qualquer atividade que demande negociação entre dois povos de idiomas distintos, além do intérprete técnico, as tropas utilizam-se de civis nativos como assistentes de linguagem.

Com as tropas brasileiras, em missão no Haiti, não foi diferente.

O ASSISTENTE DE LINGUAGEM

Rubin & Brown (1975:2) definem negociação como: "duas ou mais partes que tentam estabelecer o que cada uma deve dar e receber."

Carnevale & Lawler (1986: 636) definem negociação como "uma forma de comunicação simbólica, que envolve duas ou mais pessoas, na tentativa de chegarem a um acordo sobre questões que envolvem interesses diferentes".

Como falar em negociação sem a presença do falante nativo, principalmente quando uma terceira língua faz parte do discurso? No caso do Haiti, apesar de ter o francês como idioma oficial, a população se comunica por meio de um dialeto, o *creole* haitiano, desenvolvido de uma mistura de línguas africanas com base na língua francesa. Além dos nativos, são raras as pessoas que se comunicam nesse dialeto, a menos que tenham um interesse profissional ou pessoal específico, de caráter permanente.

Nossos intérpretes, como já citado, são habilitados nos idiomas oficiais da MINUSTAH: inglês ou francês. Houve, em todos os contingentes, uma preocupação do Exército Brasileiro em fornecer noções do *creole* a nossos soldados, pois seriam eles que, em patrulha, estariam em contato direto com a população haitiana. Mesmo assim, em assuntos mais complexos, essa noção não seria suficiente para um perfeito entendimento entre as partes. Nesses casos, entrava a figura do assistente de linguagem: civis haitianos, contratados pela própria ONU ou pelo BRABAT, para atuarem como intérpretes junto à população

local. Ninguém melhor que o nativo para entender as sutilezas culturais, o grau de tolerância de seu povo e as expressões corretas para cada tipo de situação.

Em determinadas situações era muito importante a presença do assistente de linguagem. Aqueles contratados pelo Batalhão brasileiro possuíam menor qualificação. Geralmente falavam e entendiam o português com maior dificuldade, mas conseguiam atender às demandas do batalhão satisfatoriamente. Já os assistentes selecionados pela ONU eram bem mais qualificados. Além, é claro, do francês e do *creole*, expressavam-se bem em português, em inglês e em espanhol. Esses contratados foram mão de obra indispensável para o bom andamento das missões dentro das comunidades e dos acampamentos das famílias que perderam tudo no terremoto de 2010.

No sentido de minimizar no intérprete o estresse natural da função, também era importante a consciência situacional, que facilitava a preparação operacional, física e psicológica, já que as missões podiam durar horas ou dias. Ou seja, além de ser mais um integrante que apoiava a fração, o intérprete também passava a ser um agente de informação.

UM ASSISTENTE DE LINGUAGEM A SERVIÇO DO CONTBRAS

O depoimento a seguir é de autoria de Théonor Charles, haitiano, assistente de linguagem contratado pelo BRABAT nos Contingentes 17 e 18

"Acima de tudo, gostaria de agradecer a oportunidade de participar desse artigo. Bem, na verdade, quando a MINUSTAH chegou ao Haiti eu tinha 12 anos. Eu só sabia que havia uma força estrangeira em meu país, com objetivo de ajudar o meu povo, mas eu não tinha realmente um conhecimento sobre o assunto. Aprendi português nas ruas, com as tropas brasileiras, e passei a ajudar na comunicação com os moradores das comunidades, sem



compromisso, só porque os brasileiros nos tratavam com muito respeito e bom humor. A partir de fevereiro de 2013, aos 21 anos, um comandante do *BRABAT* me deu a oportunidade de trabalho no batalhão, como assistente de linguagem, e, durante oito meses, pude, pela primeira vez, ter um salário de verdade. Foi realmente uma experiência muito boa, porque, dessa forma, eu ajudei os soldados brasileiros e contribuí com a *MINUSTAH* para a estabilidade da paz no Haiti. A *MINUSTAH* ajudou muito o meu país e o meu povo, por isso dou muitos aplausos a ela.

Agora moro no Brasil. Como já conhecia os brasileiros, essa minha vida aqui é apenas uma continuação da vida que tinha em meu país, ou seja, minha experiência com os brasileiros ainda não está concluída. Cheguei há apenas três meses nessa terra, então as coisas ainda não estão fáceis, longe da minha família, sem uma renda, precisando pagar as contas, me alimentar e me vestir. Mas tudo é uma grande lição. Agradeço à *MINUSTAH* por estar aqui e ter essa chance de poder tentar um futuro melhor para mim."

A SEÇÃO DE INTÉPRETES NO CONTBRAS - MINUSTAH

A cada contingente, e entre o *BRABAT* e a *BRAENGOY*, as missões da Seção de Intérpretes foram singulares, cada uma acompanhando as mais diferentes variantes

que se desdobravam naquele momento da história do país.

No *BRABAT*, os documentos básicos a serem traduzidos para o inglês eram o *Situation Report (SITREP)*, o *Flash Report* e o *Accident Report*. O *SITREP*, sem dúvida o mais trabalhoso, era o relatório de todas as operações do batalhão, enviado diariamente para a *MINUSTAH*, com prazo máximo de entrega até a meia-noite. Dependendo da quantidade de atividades realizadas no dia, o *SITREP* podia ultrapassar 20 páginas, entre textos, tabelas e fotos legendadas. A seção mantinha uma escala de serviço, que incluía o sábado e o domingo, já que em missões dessa natureza não há distinção entre dia, noite ou fim de semana. Como o intérprete de dia tinha que esperar até que o G3 (célula de operações do *BRABAT*) consolidasse o *SITREP* em português e o entregasse ao comando do batalhão para ser aprovado, o documento chegava à célula de intérpretes por volta das 17h00, para que a tradução começasse a ser executada.

Quando os nossos Grupos de Combate (GC), em patrulha, deparavam-se com manifestações populares, pacíficas ou não, feridos ou mortos, ou qualquer outra situação adversa que pudesse comprometer o deslocamento ou a integridade física do componente civil e militar, avisavam seus respectivos comandantes de companhia, que passavam a informação para o COT (Centro de Operações Terrestres) para que os intérpretes confeccionassem o *Nine Lines*, uma lista de nove perguntas que fariam um rápido resumo do problema como: coordenadas, danos, origem, consequências imediatas, número de envolvidos etc. O intérprete teria, então, 30 minutos para, por telefone, passar a ocorrência para a *MINUSTAH*. Caso esse tempo expirasse, era redigido um *Flash Report*, resumo do evento por escrito, que

deveria ser enviado por e-mail em até duas horas após ter sido plotado por nossas tropas. Já o *Accident Report* era um tipo de relatório mais utilizado nos casos de acidentes com viaturas e só poderia ser produzido, após realizada a perícia pela Polícia da Guatemala. Nesse procedimento, aguardava-se o retorno dos envolvidos e respectivos relatos para que o *legal advisor* (assistente jurídico do *BRABAT*), após ouvir as partes, confeccionasse tal documento em português. Só então a tradução podia ser feita. Aliás, o trabalho do tradutor era, na maioria das vezes, integrado com o do assistente jurídico.

Além dos relatórios citados, havia, para serem traduzidos, documentos inopinados, como: contratos de compra e venda, de locação, de prestação de serviços, informativos mensais sobre as atividades do G10 (célula de comunicação social do *BRABAT*), sindicâncias, *board of inquiry* (equivalente ao nosso Inquérito Policial Militar), entre outros de menor porte.

Dentre as atividades de interpretação, havia reuniões semanais nas dependências da *MINUSTAH*, do comandante do Batalhão com o *Force Commander*, do G6 (célula de comunicações do *BRABAT*) com o U6 (da *MINUSTAH*), do G2 (célula de inteligência do *BRABAT*) com o U2 (da *MINUSTAH*) etc. Não raro, outros contingentes visitavam o nosso batalhão para troca de informações, almoço e palestras, sempre envolvendo a presença do intérprete.

Os profissionais de francês tinham mais trabalhos de interpretação do que de tradução e, geralmente, ocorriam fora do batalhão, como apanha de dinheiro em banco, atividades de cooperação civil-militar (*civil military cooperation-CIMIC*, sigla em inglês) e de interação com a população haitiana, compras no comércio local etc.

Na *BRAENGCOY*, por ser uma companhia, o número de intérpretes militares se resumia a um intérprete de

inglês, que chefiava uma equipe composta apenas de assistentes haitianos. Apesar de em menor volume, a documentação para ser traduzida e os eventos de interpretação eram os mesmos do *BRABAT*.

O grande acontecimento, que envolvia todo o *CONTBRAS*, era a inspeção da ONU. Dependências internas e externas, armamentos, viaturas, alimentos, material de saúde, de informática, tudo era minuciosamente averiguado pelos agentes da *MINUSTAH*. Cada grupo especialista em uma determinada área deslocava-se com um intérprete para a área de inspeção e montava um relatório de observações. Ao final, mais uma vez utilizando os intérpretes, a equipe da *MINUSTAH* dava um retorno geral da visita para o estado-maior do batalhão, reportando suas considerações que, no caso do Brasil, eram sempre altamente positivas quanto à capacidade de manutenção do material e à organização do batalhão para a inspeção, que ocorria duas vezes para cada contingente (trimestralmente).

O INÍCIO

O depoimento a seguir é de autoria do Tenente Clayton, tradutor-intérprete de inglês no primeiro e segundo contingentes enviados pelo Exército Brasileiro ao Haiti

“Em 2004, após o embarque da tropa brasileira para o Haiti, o Comando da Brigada Haiti, como foi chamado o primeiro contingente, percebeu a necessidade de intérpretes de inglês e solicitou que fossem selecionados dois intérpretes para já embarcarem no voo seguinte. O Exército, pela urgência, buscou voluntários com experiência em missão no exterior ou fluência no idioma, pois o próximo voo seria em uma semana. Dessa forma, eu e um companheiro fomos selecionados e partimos com o mínimo de informação e material.

Inicialmente, a decisão do comando foi enviar um intérprete para atender as necessidades do G3 e o outro para suprir as demandas de caráter administrativo



da base, ainda em construção, numa área escolhida dentro do aeroporto internacional *Toussaint Louverture*, em Porto Príncipe. Tal distribuição foi adotada durante algum tempo, mas foi percebida uma grande necessidade da presença de ambos os intérpretes em atividades fora da Base, o que fazia com que as tarefas internas, como a tradução dos *SITREPs*, *Flash Reports* e outros documentos, fossem realizadas no regresso das missões externas, dificultando a entrega da documentação nos prazos estabelecidos pela *MINUSTAH*.

Diferentemente das equipes compostas em contingentes posteriores, a equipe dos primeiros batalhões possuía mais intérpretes de francês do que de inglês. Éramos, então, cinco militares de francês e dois de inglês, sendo que o chefe da equipe era um oficial intérprete de francês.

É interessante ressaltar que o Brasil foi a primeira tropa do contingente militar a chegar ao Haiti e algumas áreas que haviam sido designadas a outros países ficaram temporariamente sob a responsabilidade do CONTBRAS, até que os países responsáveis por aquelas áreas enviassem suas tropas. No norte do país, por exemplo, havia um pelotão brasileiro desdobrado com um militar intérprete de francês. Esse intérprete permanecia com o pelotão, fora da base de Porto Príncipe.

Outro intérprete de francês ficava destacado no Palácio Nacional, em apoio a uma companhia que provia a segurança das instalações e a segurança particular do Primeiro-Ministro.

Nesse contexto, com maior demanda de intérpretes militares destacados no terreno, dentro e fora da capital, foram delineados os primeiros atributos necessários a esses profissionais. Como até aquele momento se desconhecia qualquer regulamento por escrito sobre o emprego do intérprete militar do Exército Brasileiro em missões de paz, passamos a pesquisar, junto a tropas da *Multinational Interim Force (MIF)*, composta por tropas dos EUA, Canadá e França (que ainda permaneciam no terreno), a doutrina de emprego dos seus intérpretes, para que pudéssemos adaptá-la à nossa realidade.

Conseguimos obter muitas informações, mas em um curto espaço de tempo, pois a *MIF* já iniciava a sua retirada do Haiti, à medida que as tropas da *MINUSTAH* chegavam.

O primeiro ensinamento, que passamos a entender e a aplicar, foi que o intérprete militar, como parte da tropa, deveria receber o máximo de dados antes de sair para qualquer missão, a fim de facilitar a comunicação do comandante ou da fração da qual fazia parte, pois quanto mais detalhes fornecidos sobre a atividade que se desdobraria, melhor seria a sua preparação para executar a missão, tanto em relação ao vocabulário técnico a ser utilizado, quanto ao conhecimento operacional, visto que estava normalmente destacado para missões da linha de frente.

No sentido de minimizar no intérprete o estresse natural da função, também era importante a consciência situacional, que facilitava a preparação operacional, física

e psicológica, já que as missões podiam durar horas ou dias. Ou seja, além de ser mais um integrante que apoiava a fração, o intérprete também passava a ser um agente de informação.

Como o intérprete também dava suporte ao estado-maior do batalhão, o vocabulário não se resumia aos diversos departamentos e siglas da ONU, mas abrangia assuntos de: pessoal (G1), inteligência (G2), operações (G3), logística (G4), material específico de engenharia, e outros tantos assuntos que exigiam flexibilidade e adaptabilidade no uso de vocabulário técnico, que não ficava restrito à área militar.

A função de intérprete em operações militares de paz no Exército era algo novo. Era natural, portanto, que os militares a quem apoiávamos não dominassem as técnicas do emprego de interpretação, o que muitas vezes dificultava a comunicação. Tornou-se, então, necessária a preparação do interlocutor para a técnica de interpretação consecutiva, como falar em velocidade moderada, com ideias curtas e fechadas, de preferência sem emprego de siglas ou acrônimos.

No tocante à tradução, outras lições foram sendo aprendidas, provocadas pela crescente demanda de documentos. Como havia apenas dois intérpretes de inglês e toda documentação enviada à ONU deveria ser redigida nesse idioma, praticamente todos os papéis passavam pelas mãos dos intérpretes, tanto para tradução (inglês para português) quanto para versão (português para inglês), sendo necessário o conhecimento sobre a diferenciação entre documentação sigilosa e ostensiva. Aqui, mais uma característica foi percebida como imprescindível à preparação do intérprete: o tratamento dado a informações sensíveis.

Outras demandas na parte administrativa foram surgindo e para que os textos fossem revisados de forma mais acurada, era necessário que dois intérpretes diferentes os corrigissem, então quando

um dos dois precisava se afastar, a revisão ficava comprometida. Caso outro militar com habilidade no idioma assumisse as revisões, era gerada uma demanda extra ao comando, que já possuía inúmeras outras atribuições, além de gerar uma perda de uniformidade na correção.

Todas essas observações foram levadas ao comando, a fim de que servissem de base para a preparação dos intérpretes dos próximos contingentes. Para o segundo contingente, oito intérpretes foram selecionados, sendo três de francês e cinco de inglês. Optei por permanecer na missão, o que possibilitou passar minhas experiências para aqueles que chegavam. Constatei que as observações relatadas, estabelecendo o perfil da missão, haviam sido de fundamental importância para a seleção e a preparação dos militares intérpretes que ora chegavam.

Analizando friamente o relato acima, as lições aprendidas podem parecer muito elementares. Mas, por estarmos às portas de novas missões, com características culturais e geopolíticas diferentes das já vivenciadas pelo Exército Brasileiro, me parece que, assim como no passado, os intérpretes que serão empregados também serão carentes de uma preparação específica, tal como a que foi exigida nas primeiras missões no Haiti."

O depoimento a seguir é de autoria do Subtenente Craveiro, tradutor-intérprete de francês no primeiro contingente da *BRAENGCOY*

"Em 2005, a unidade onde servia, 3º BECnst - Picos/PI, recebeu uma mensagem fax solicitando voluntários para compor a *BRAENGCOY*. Uma das habilidades requeridas era a habilitação em inglês e/ou francês. À época eu estava habilitado nos dois idiomas e senti que seria uma boa oportunidade para colocá-los em prática.

Não recebi informação de qual seria, exatamente o meu trabalho. Especulavam que eu teria que fazer traduções,



O ESTÁGIO PARA TRADUTORES E INTÉPRETES NO CCOPAB

Criado em 2010, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), sediado na Vila Militar de Deodoro, no Rio de Janeiro, veio substituir o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz), criado em 2005. O objetivo principal do CCOPAB é realizar estágios de preparação de militares nomeados para operar em missões de paz e humanitárias definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Dentre os vários estágios conduzidos por essa Unidade, o que nos interessa no presente artigo é o Estágio de Tradutores e Intérpretes Militares, surgido em 2012, a partir de uma clara necessidade de oferecer aos militares designados para essas funções no CONTBRAS do Haiti um conhecimento teórico e prático sobre a tarefa que iriam desempenhar. Tal demanda partiu de intérpretes dos primeiros contingentes, como foi citado nos depoimentos acima.

Esse estágio é uma valiosa ferramenta de treinamento e de avaliação de competência nos idiomas inglês ou francês, especialmente para aqueles militares que, apesar de possuírem certificação linguística nesses idiomas, emitida pelo Centro de Idiomas do Exército (CIDEx), mediante prova oral e escrita, não detém a sua prática.

Ao final do estágio, os militares deveriam, em situações simuladas, traduzir os documentos comumente exigidos ao longo da missão e atuar como intérpretes nas diversas situações que geralmente se configuram em missões de paz, em um ambiente multicultural. Além da competência linguística, o curso avalia: a comunicabilidade, a autoconfiança, a neutralidade de postura, a flexibilidade, a discrição e a forma de se posicionar diante de uma audiência

interpretações, mas, tudo estava vago, pois a missão no Haiti acabara de começar. Resolvi, então, por conta própria, me preparar nos campos da tradução e da interpretação. Realizei muitas pesquisas e estudos, tentando complementar minha formação acadêmica nesses idiomas.

Nos primeiros dias no Haiti me senti confortável, pois havia praticado bastante os idiomas e me sentia bem seguro, apesar de ainda muito reticente em ser empregado como intérprete, não obstante o fato de na *BRAENGOY* não haver essa função de maneira específica. Isto foi algo muito desgastante, física e mentalmente, pois fui selecionado para uma função e, por conta da habilidade linguística, tive que desempenhar o papel de intérprete.

Como era o primeiro contingente da *BRAENGOY*, houve inúmeros trabalhos de tradução, produção de documentos e, especialmente, de interpretação. Posso assegurar que muitos militares que participaram das missões na função de intérprete realizaram os seus trabalhos da melhor forma possível, alguns com mais dificuldades que outros. Contudo, a preparação linguística facilita e otimiza muito o trabalho, bem como os resultados em prol do contingente.”

heterogênea. O estágio é composto por um período à distância, com duração de cinco semanas, e outro presencial, de uma semana, no CCOPAB.

MINHA EXPERIÊNCIA COMO CHEFE DA SEÇÃO DE INTÉPRETES NO 17º CONTINGENTE DO 2º BATALHÃO BRASILEIRO (BRABAT/17-2)

Minha formação acadêmica tem raiz no magistério dos idiomas português e inglês, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. No entanto, dadas as diversas demandas do Exército em encontros, seminários, visitas e acordos com países estrangeiros, procurei aperfeiçoar minhas habilidades linguísticas cursando dois anos de interpretação e outros dois de tradução, em um dos únicos cursos que, à época, habilitavam nessas áreas, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mesmo com a experiência adquirida após vários anos de prática nas diversas missões para as quais fui designada como intérprete, nunca me senti totalmente tranquila em atividade envolvendo interpretação consecutiva ou simultânea. É todo um conjunto de variantes: o domínio do tema, o acento do falante; as possíveis inserções de assuntos diferentes do previsto, por parte do palestrante, à guisa de exemplos ou de comparações, piadas ou brincadeiras típicas da cultura do orador etc.

No caso de uma missão de paz, essas variantes são agravadas pelo fato de ser um ambiente multicultural. Todos falam um idioma que não é o seu de origem, com seus sotaques, vícios de linguagem e erros de pronúncia, gerando os mais diversos tipos de dificuldades para o intérprete. Desde o início da missão, ainda durante o preparo, consolidei as seguintes questões: iria trabalhar em condições adversas, com o inopinado, em situações de crise, lidando com as mais diversas culturas, e em um grupo de pessoas com as quais nunca havia trabalhado anteriormente, muitos sem

a devida experiência em tal função. Por ocupar a chefia da célula de intérpretes, pelo menos até o segundo mês após a chegada do nosso contingente no Haiti, procurei permanecer em apoio à seção, mesmo quando não era eu a intérprete de dia, no intuito de solidificar a confiança dos meus subordinados, até que estivessem seguros na execução de suas tarefas. Felizmente, no tempo em que meu contingente esteve em terras haitianas, nenhum desastre natural ocorreu. O diferencial foi a desmobilização. O BRABAT/17-2 foi o último da curta série de dois batalhões presentes no país desde o terremoto. Com o contingenciamento, iniciado em 2012, a ONU resolveu suprimir o segundo BRABAT, deixando apenas o BRABAT original. Por ser necessário o retorno de dois terços do efetivo do batalhão para o Brasil antes do término previsto da missão, permaneci sozinha na célula dos intérpretes, participando de toda e qualquer atividade envolvendo a desmobilização, como: devolução de material à MINUSTAH, reuniões de acertos logísticos, rescisão de contratos de trabalho de haitianos, acordo de devolução do terreno ocupado pelo BRABAT, acompanhamento de processos jurídicos envolvendo o nosso batalhão, processos pendentes de contingentes anteriores etc.

Foram muitos os desafios, mas muitas as recompensas, que coroaram todo o meu esforço profissional até então. Houve obstáculos, mas as oportunidades de melhoria se multiplicavam logo adiante, tornando o conjunto da obra perfeitamente ajustado às minhas expectativas em relação à missão e às expectativas do Exército em relação ao meu trabalho.

A SEÇÃO DE INTÉPRETES EM SITUAÇÕES DE ESTRESSE SOCIAL

O depoimento a seguir é de autoria da Major Ana Cardoso, tradutora-intérprete de inglês nos Contingentes 11 e 21 do BRABAT

"No dia do terremoto, 12 de janeiro de 2010, o expediente já estava praticamente no final. Todos os militares que se encontravam na base foram chamados para o pátio de formatura para que fosse feita a contagem do efetivo e verificados os danos.

Minha primeira missão foi ir à sala-rádio para receber mensagens ou fazer as ligações necessárias. A primeira mensagem recebida foi a de que o Hotel Christopher havia desmoronado por completo, o que foi imediatamente repassado para o comando para que fossem adotadas as medidas pertinentes, como, por exemplo, enviar um grupo de resgate, já que havia militares brasileiros naquele local.

A segunda missão imediata foi ligar para os outros contingentes militares espalhados por todo o país, para ver qual tipo de dano haviam sofrido. Essas ligações foram feitas com telefone satelital, já que a comunicação havia "caído" por completo no *BRABAT*.

A missão seguinte envolveu todos os intérpretes. Alguns, basicamente os de francês ou os próprios haitianos assistentes de linguagem, foram enviados para ajudar na guarda, pois vários haitianos acorreram em busca de ajuda. Os de inglês deveriam se revezar na sala-rádio para ajudar o pessoal de comunicação na interação via rádio/telefone com ligações recebidas ou realizadas. Além disso, foi colocada uma TV na seção de comunicação para que os intérpretes assistissem a programas jornalísticos, principalmente internacionais, para ver o que passava na mídia. Havia um revezamento nessa missão e os intérpretes passaram a ficar 24/7 (ininterruptamente) com um rádio de longo alcance para monitorar qualquer tipo de comunicação, pedido de resgate etc.

Os intérpretes também começaram a se deslocar para a base logística, no intuito de serem ponto de ligação entre a *MINUSTAH* e o *BRABAT*. Essa passou a ser outra escala de serviço cumprida pelos intérpretes a partir de então.

Alguns dias depois do terremoto, acompanhei um GC do *BRABAT* que faria a segurança de uma equipe de resgate dos EUA, a fim de facilitar a comunicação entre os dois grupos agilizando, desta forma, seu deslocamento dentro da cidade durante o resgate de sobreviventes. Com o tempo que havia passado desde o terremoto, com mensagens confusas recebidas pela equipe de resgate e com a dificuldade de deslocamento dentro da cidade, tivemos a oportunidade de participar de apenas um resgate que acabou sendo feito em conjunto com uma equipe francesa. Continuamos buscando sobreviventes com a equipe, mas após oito horas, o grupo do *BRABAT* foi substituído por outro GC..."

Esse relato da Major Ana Cardoso é apenas um dos muitos exemplos de situações extremas pelas quais um intérprete pode passar em uma missão de paz. A importância do preparo desses profissionais da comunicação fica evidente em momentos como esses, quando a transmissão da informação deve ser exata, para que a crise não tome maiores proporções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunicações em outro país podem suscitar interpretações errôneas, ou distorcidas, estabelecendo uma linha tênue entre o sucesso e o fracasso de uma missão de paz.

Como lições aprendidas, pudemos observar a importância de haver uma célula de tradutores-intérpretes, em um componente militar em missão de paz, que contenha oficiais e praças do país pacificador, além de civis do país pacificado, como aconteceu no Haiti. Esta prática estreita os laços de amizade entre as duas nações a partir de um ambiente de trabalho e aumenta a credibilidade do povo pacificado, pela transparência de intenções e consideração com que são tratados por uma gente estranha, que está presente no seu território.

Para que essa sinergia seja possível, é

crucial que se mantenham padrões elevados na identificação e na seleção dos intérpretes, que deverá ser feita com antecedência mínima de seis meses antes do embarque. Esse é um tempo limite para possibilitar o preparo do militar, tanto no aspecto técnico, principalmente da interpretação, quanto no conhecimento da cultura local (*cultural awareness*), a fim de que o respeito às crenças, valores e tradições do país anfitrião seja rigorosamente observado. Um processo de seleção oral é essencial para avaliar adequadamente o conhecimento e a aptidão para a interpretação dos voluntários, com ênfase para a rapidez, a objetividade e a precisão.

O país em missão deve estar devidamente preparado para empregar seus intérpretes em qualquer situação, especialmente em circunstâncias sensíveis, partindo-se da premissa que uma missão de paz é estabelecida em uma sociedade cujos direitos humanos tenham sido violados. Isso significa que a seleção do intérprete também deve ser rigorosa quanto ao aspecto psicológico, já que esse profissional poderá atuar

em áreas de risco e deparar-se com vítimas de estupro, tortura, abusos e assassinato de familiares, sem poder, no entanto, deixar-se dominar pelo emocional, para que bem realize sua tarefa.

Da mesma forma, o intérprete civil local, ou assistente linguístico, como é denominado, deve possuir proficiência nos idiomas nativo e da tropa apoiada, além de competência e atitude imparcial, já que tem, como fator agravante, o envolvimento direto com as questões que afetam o seu país. Há de se levar em consideração que esse intérprete pode possuir amigos e parentes feridos ou mortos em conflito; residir em área dominada por facções oponentes, onde sofra ameaças ou intimidações; ter tido propriedade confiscada por grupos opositores; ou qualquer outro tipo de componente traumático que influencie seu comportamento e ética profissional. Por outro lado, a inteligência de rua, o carisma e a sociabilidade desses assistentes, são pontos de inflexão para ajudar a tropa em missão, a conduzir as negociações atravessando as barreiras da comunicação verbal e não verbal e das nuances culturais.



VOCÊ CONHECE OS PRODUTOS DIGITAIS DO COTER?



BIBLIOTECA DIGITAL DO EXÉRCITO



PORTAL DE LIÇÕES APRENDIDAS



PORTAL DE DOCTRINA

PORTAL DO PREPARO

EB REVISTAS



REVISTAS

MISSÃO NO HAITI: LEGADO, APRENDIZADOS E APERFEIÇOAMENTOS

General de Divisão Ajax Porto Pinheiro

O General de Divisão Ajax é assessor especial do Comandante do Exército. Foi declarado aspirante a oficial de infantaria em 1980 pela Academia Militar das Agulhas Negras, estabelecimento de ensino superior do qual foi instrutor. No Exército, realizou os cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais, de Comando e Estado-Maior, de Política, Estratégia e Alta Administração. No exterior, o de Planejamento de Missões de Paz, em Halifax - Canadá, e o *Senior Mission Leader*, em Madri - Espanha. Comandou o 1º Batalhão de Infantaria de Selva. Em missão das Nações Unidas, foi Observador na América Central (ONUCA e ONUSAL) e Comandante do BRABAT/12-1 no Haiti. Como oficial-general, comandou a 15ª Brigada de Infantaria Motorizada e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, foi Diretor de Educação Superior Militar e Vice-Chefe do Departamento-Geral do Pessoal. Foi o *Force Commander* da MINUSTAH de 05/10/2015 a 15/10/2017, data em que a Missão foi encerrada (ajaxpinheiro@uol.com.br).



A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti - MINUSTAH*, sigla em francês) foi a operação internacional de maior duração para as Forças Armadas Brasileiras e a que empregou os maiores efetivos, desde a campanha da Tríplice Aliança. Foram mais de 13 anos na Ilha Hispaniola. Mais de 37,5 mil militares da Marinha do Brasil (MB), do Exército Brasileiro (EB) e da Força Aérea Brasileira (FAB) foram desdobrados no terreno. Na maior parte da missão, o Brasil atuou com um batalhão de infantaria e uma companhia de engenharia, com exceção do período pós-terremoto, quando foi enviado outro batalhão de infantaria para reforçar as ações de segurança e ajuda humanitária.

É natural, portanto, que tenhamos adquirido experiências e conhecimentos que foram incorporados por nossas Forças Armadas. É importante frisar, no entanto, que embora a missão tenha sido um sucesso em vários aspectos e principalmente em termos militares, alguns ajustes e aperfeiçoamentos

se fazem necessários no preparo das próximas tropas que forem participar de outras missões de paz.

Fui, em 2010, um dos comandantes dos 38 batalhões enviados para a Missão. Minha tropa chegou ao Haiti dois dias antes do desastre de janeiro de 2010. O Batalhão Brasileiro de Força de Paz (*Brazilian Battalion - BRABAT*, sigla em inglês) e a Companhia de Engenharia de Força de Paz (*Brazilian Engineering Company - BRAENGOY*, sigla em inglês), haviam direcionado seu treinamento para apoiar a realização das eleições previstas para fevereiro de 2010 no Haiti. Porém, o cenário havia mudado completamente. Os desafios seriam outros e bem mais complexos. Assim, além das missões de segurança realizadas, principalmente, no período da tarde e à noite (mais de cinco mil presidiários haviam escapado da maior penitenciária do Haiti), as tropas tiveram que se engajar na gigantesca operação de ajuda humanitária, que abrangia desde o recolhimento de milhares de cadáveres nas ruas da capital à distribuição maciça de gêneros alimentícios que chegavam em grande quantidade ao país.

Como último *Force Commander* (de 5 de outubro de 2015 a 15 de outubro de 2017), vivi a experiência de comandar tropas de 11 países. Éramos 20 nacionalidades, considerando os oficiais de outros países que compunham o meu estado-maior. As tropas eram compostas de 2 unidades de aviação (Chile e Bangladesh), 1 hospital de campanha (Argentina), 1 companhia de comando e serviços (Filipinas), 1 companhia de polícia (Guatemala), 2 companhias de engenharia (Brasil e Paraguai) e 3 batalhões de infantaria (Brasil, Chile e Uruguai/Peru). Nas tropas chilenas, havia 1 pelotão de El Salvador e 1 de Honduras.

Além de militares dos países já citados, havia no meu estado-maior oficiais da Bolívia, Butão, Canadá, Equador, Estados Unidos da América (EUA), Jordânia, México (que pela primeira vez em sua história enviara oficiais para uma missão de paz), Nepal e Sri Lanka. Em pouco mais de dois anos, pude acompanhar o desempenho de cinco batalhões e cinco companhias de engenharia brasileiros, além de 26 unidades dos países já citados, os quais somaram um efetivo total de 35.357 militares.

Com base nas experiências vividas no terreno, primeiro como coronel comandante de batalhão e depois como oficial-general comandante do componente militar da MINUSTAH, discorrerei sobre as lições aprendidas, os legados que ficaram para as Forças Singulares (MB, EB e FAB) e para o Brasil, abordando alguns aspectos da preparação das tropas que necessitam de aperfeiçoamentos, a fim de que sejamos mais eficazes nas próximas missões de paz em que formos empregados.

LEGADO

A herança positiva de mais de treze anos de operações fora do país pode ser sintetizada em cinco objetivos alcançados: desenvoltura, logística, adestramento das tropas, integração das Forças Armadas e projeção de poder militar.

Logo após o terremoto, em 2010, ao realizar uma inspeção de minhas tropas que estavam atuando em *Cité Soleil*, presenciei o encontro de uma patrulha do BRABAT com uma dos EUA, e pude

constatar que a atitude dos tenentes que compunham minha tropa era bem diferente dos jovens oficiais da minha geração. Naqueles dias pesados do início de 2010, quando fazíamos diariamente a segurança de comboios humanitários e a distribuição de centenas de toneladas de gêneros, e depois saímos em operações de captura de fugitivos que haviam escapado do presídio da capital, o ambiente era de constante tensão. Havia tropas que não pertenciam à Organização das Nações Unidas (ONU), mas que estavam no Haiti para contribuir com o esforço humanitário. Como a segurança era responsabilidade nossa, ordenei às tropas que não deixassem vácuo que pudesse ser ocupado por tropas que não fossem da MINUSTAH, especialmente em *Cité Soleil*. Foi essa determinação que o tenente comandante de pelotão cumpriu, quando se deparou com uma tropa estranha e que não deveria estar patrulhando naquela área. O tenente brasileiro foi muito incisivo e, ao abordar o oficial norte-americano, questionou o porquê de uma patrulha não pertencente à MINUSTAH estar em *Cité Soleil*. O argumento do tenente brasileiro era, até certo ponto, óbvio e taticamente correto: a presença de uma outra tropa, sem a devida coordenação, poderia ocasionar o que conhecemos como “fogo amigo”.

Após explicar que estava apenas fazendo um reconhecimento do terreno, o outro comandante retirou o seu pelotão do local. Entendi, naquele momento, que as novas gerações de oficiais brasileiros

É natural, portanto, que tenhamos adquirido experiências e conhecimentos que foram incorporados por nossas Forças Armadas. É importante frisar, no entanto, que embora a missão tenha sido um sucesso em vários aspectos e principalmente em termos militares, alguns ajustes e aperfeiçoamentos se fazem necessários.



eram diferentes da minha. Eles estavam mais preparados para conviver no ambiente multicultural das missões de paz. Tinham desenvoltura, sabiam se expressar e argumentar em outro idioma.

Para transportar e manter em perfeitas condições de funcionamento os armamentos, equipamentos e viaturas no Haiti, por mais de uma década, as Forças Armadas tiveram que aperfeiçoar seu sistema logístico ao longo dos anos de permanência no exterior. O desgaste provocado nos materiais naquela zona de ação foi um duro teste para o apoio logístico das Forças, que souberam responder brilhantemente aos desafios que se apresentaram. Após o terremoto de 2010, diariamente uma aeronave C-130 Hércules da FAB transportava, além de gêneros alimentícios enviados pelo Brasil para ajuda humanitária, barracas e equipamentos para montar as novas bases que abrigariam o *BRABAT/12-2*, que fora mobilizado após a tragédia. Os navios da MB levaram centenas de toneladas de equipamentos e veículos que comporiam o novo batalhão, bem como para troca de equipamentos mais antigos. É importante ressaltar que esse apoio foi constante ao longo de toda a permanência das tropas no exterior.

Os maiores legados para o EB e para a MB, particularmente para o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), foram o aprendizado e a prática de novas técnicas operacionais, consolidando, assim, as missões de paz como o melhor campo de treino para o soldado. Esse legado retornou para o Brasil com os oficiais e praças que participaram da Missão e foi repassado aos nossos estabelecimentos militares de ensino. Da mesma forma que os soldados que regressavam de uma missão no exterior traziam consigo experiências reais que também eram replicadas na tropa.

Quando as primeiras tropas desembarcaram no Haiti, o Ministério da Defesa estava apenas no seu quinto ano de criação. Contudo, o sucesso das tropas que estavam no terreno tinha uma relação direta com a capacidade de integração entre o Ministério da Defesa e as Forças Singulares, obrigando a um rápido aperfeiçoamento do diálogo entre todos. Havia urgência na adoção de padronização de procedimentos que, sem a *MINUSTAH*, levariam ainda alguns anos para serem adotados.

Quando se mobiliza um efetivo considerável de soldados em uma missão real no exterior, não há como negar que se

está projetando poder militar. A imagem das Forças Armadas de um país que não está diretamente envolvido em alguma guerra é projetada em função da atuação de suas tropas em missões de paz, seja positiva ou negativamente.

A atuação dos brasileiros no Haiti foi observada pelos nossos vizinhos e por países que, sem a *MINUSTAH*, não nos conheceriam. Militares e civis de várias nacionalidades acompanharam com atenção, a partir da sede da ONU em *New York*, o desempenho exemplar dos soldados brasileiros.

Desta forma, ao projetar seu poder militar, por meio de suas tropas no Haiti, o Brasil pôde elevar sua imagem no cenário internacional.

APRENDIZADOS

Até o ano de 2009, as tropas brasileiras haviam atuado em ajuda humanitária em pequena e média escala. O Haiti fora atingido por tempestades tropicais fortes e furacões de categoria 2 e no máximo 3, o que já causava danos consideráveis. Mas, em janeiro de 2010, tudo mudou.

No dia 12 de janeiro daquele ano um terremoto de 7,3 graus de magnitude na escala *richter*, devastou a capital Porto Príncipe e seus arredores. O Haiti parecia ter sofrido um bombardeio semelhante àqueles da II Guerra Mundial. Esse desastre brutal causou mais de 200 mil mortos, mais de 40 mil amputados e mais de 1 milhão de desabrigados. A ONU teve o maior número de perdas, em um único evento, em toda sua história.

As tropas brasileiras, mesmo sofrendo

perdas consideráveis (18 militares brasileiros perderam a vida no terremoto), foram protagonistas de uma gigantesca operação de ajuda humanitária, participando diretamente do resgate de feridos e atuando na distribuição de toneladas de gêneros que chegavam ao Haiti, fazendo segurança de depósitos, distribuindo água e contribuindo com a Companhia de Engenharia para desobstruir as vias bloqueadas por escombros. Foram dias de muitos sacrifícios, sofrimentos e aprendizados. A coordenação com as agências internacionais e com as organizações não governamentais (ONGs) no início eram difíceis, tudo agravado pela pressão de estar-se atuando em um cenário de desespero, no qual não se podia falhar nem perder tempo, o que agravaría ainda mais a já precária situação de penúria e desesperança vivida pela população.

Pois foi nesse cenário que nossas tropas amadureceram e aprenderam a atuar com profissionalismo em uma das maiores crises humanitárias do mundo.

Em 2016, quando o Haiti foi atingido pelo furacão *Matthew*, de categoria 5 (a mais devastadora), as tropas brasileiras foram as primeiras a chegar à área atingida em cheio pelo furacão. Um pelotão do *BRABAT*, composto por fuzileiros navais e tropas da *BRAENGCOY*, havia se deslocado, dois dias antes do desastre, para uma região próxima de onde passaria o olho do furacão. Dessa forma, os soldados brasileiros, ao desobstruir as estradas e permitir que a ajuda humanitária pudesse chegar à área devastada, tornaram-se o fator decisivo para as operações de apoio

Quando se mobiliza um efetivo considerável de soldados em uma missão real no exterior, não há como negar que se está projetando poder militar. A imagem das Forças Armadas de um país que não está diretamente envolvido em alguma guerra é projetada em função da atuação de suas tropas em missões de paz, seja positiva ou negativamente.



orrea- 2013

à população da península sul haitiana, naqueles primeiros dias. Em seguida, as tropas brasileiras foram reforçadas pelos militares do Chile, Paraguai e equipes de saúde do Hospital de Campanha Argentino, bem como pelas unidades de aviação de Bangladesh e do Chile.

Dessa vez, a área atingida era mais extensa, na península sul haitiana. Quatro dos dez estados haitianos haviam sofrido o efeito devastador do furacão. Além de transportar e participar da distribuição de gêneros e água, as tropas também fizeram segurança para mais de 100 comboios de ajuda humanitária que partiam da capital para as cidades de *Les Cayes* e *Jeremie*, em deslocamentos que duravam dois dias em estradas extremamente precárias, sendo alvos de tentativas de saque por parte das gangues e da população faminta. Também atuaram em balizamento de locais de aterragem de helicópteros e segurança de áreas onde eram desembarcados gêneros de

navios que traziam ajuda humanitária de Curaçao e da Colômbia.

Os oficiais brasileiros que compunham o estado-maior do componente militar da *MINUSTAH* participaram da coordenação com as agências da ONU, ONGs, governo haitiano e países que prestaram solidariedade ao Haiti. Graças à desenvoltura, ao profissionalismo e à competência desses militares e da tropa, o povo haitiano foi assistido, satisfatoriamente, naqueles momentos de extremo sacrifício.

Os jovens oficiais e praças que ao longo desses treze anos tiveram a oportunidade de participar da missão no Haiti foram testados em operações reais em que havia o risco de perdas de vidas e em apoio ao povo haitiano nos momentos tensos após os grandes desastres naturais. Atuaram com tropas de vários países, aprenderam a conviver em ambiente multicultural, tiveram que se adaptar a situações



inusitadas, onde sua iniciativa era fator crucial para cumprir missões para as quais, às vezes, não haviam treinado.

Essa capacidade de reagir a eventos inesperados e solucionar um problema inédito foi um dos maiores aprendizados que nossas tropas e militares que atuaram isoladamente trouxeram da Missão.

APERFEIÇOAMENTOS

O Brasil pleiteia participar de outra missão de paz, provavelmente na República Centro Africana. Naquele país, desde 2014, a ONU conduz uma de suas missões mais robustas. Será um desafio maior que o enfrentado no Haiti. O cenário será bem diferente, em função das ameaças com as quais as tropas defrontar-se-ão. A começar pela extensão daquele país africano, que possui território quase 20 vezes maior que o Haiti. Na República Centro Africana, em torno de dez grupos rebeldes

lutam entre si para manter o controle sobre as ricas jazidas de diamante e outras riquezas naturais. Esses grupos já entraram em confronto com as tropas da ONU, provocando baixas de militares de vários países que compõem a missão. Junte-se a esse cenário o conflito religioso crescente naquele país e pode-se ter uma ideia do desafio a ser enfrentado por nossos soldados no futuro.

Nossas tropas deverão estar preparadas para o confronto tendo como objetivo evitar baixas em suas fileiras e fazer cumprir o mandato da ONU.

Para tal, o processo de seleção de nossos militares terá que ser rigoroso. Tanto o preparo físico, quanto o técnico e, principalmente, o psicológico são pré-requisitos fundamentais para o cumprimento da nova missão.

O apoio logístico em um país localizado no coração da África, sem litoral que

propicie o desembarque de equipamentos e veículos, terá que ser repensado, exigindo um esforço conjunto das Forças Armadas, no intuito de manter nossas tropas em condições de atuar com a mesma eficácia que na missão que se encerrou em outubro de 2017, na Ilha *Hispaniola*.

Esses desafios suscitarão soluções inteligentes, induzirão as tropas a se preparam cada vez melhor e, por certo, serão fatores de transformação para as Forças Armadas Brasileiras.

CONCLUSÃO

A longa permanência das tropas brasileiras no Haiti amadureceu os nossos soldados. É como se, em termos militares, tivéssemos saído da adolescência e ingressado na maturidade. Pagamos um preço em vidas pela experiência adquirida. No Haiti perdemos 26 militares, dentre os quais dois grandes generais. O legado de conhecimentos que nossos militares trouxeram na bagagem, no entanto, nos faz concluir que valeu a pena o sacrifício.

Projetamos a imagem das Forças Armadas e do Brasil no exterior. Provamos que somos capazes e que sabemos

solucionar conflitos com eficácia, sem perder a capacidade de reação como tropa profissional.

O novo desafio que se descontina exigirá o aperfeiçoamento dos procedimentos operacionais. A *MINUSTAH* passou a ser um caso histórico, seus ensinamentos serão muito úteis para a próxima missão. No entanto, não podemos cair na armadilha de achar que temos a solução para os novos problemas que se apresentarão, pois enfrentaremos um cenário desconhecido. Para novos desafios, novas soluções.

Entre legados e aprendizados, essa inédita experiência que vivemos nos últimos 13 anos nos trouxe algumas certezas: temos uma sólida formação de oficiais e praças em nossas escolas militares, adestramos nossas tropas com excelência e os jovens que a sociedade nos entrega, anualmente, são de fato transformados em soldados.

nossas tropas com excelência e os jovens que a sociedade nos entrega, anualmente, são de fato transformados em soldados. Além disso, o conjunto da obra nos possibilita afirmar que venceremos os grandes desafios que virão, da mesma forma que fizemos no Haiti.



MEMORIAL DA MINUSTAH

Force Commander



1	Gen Div Augusto Heleno Ribeiro Pereira	01/06/2004 a 31/08/2005
2	Gen Div Urano Teixeira da Matta Bacellar	31/08/2005 a 23/01/2006
3	Gen Div José Elito Carvalho Siqueira	23/01/2006 a 09/01/2007
4	Gen Bda Carlos Alberto dos Santos Cruz	09/01/2007 a 08/04/2009
5	Gen Bda Floriano Peixoto Vieira Neto	08/04/2009 a 08/04/2010
6	Gen Bda Luiz Guilherme Paul Cruz	09/04/2010 a 08/04/2011
7	Gen Bda Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira	30/03/2011 a 30/03/2012
8	Gen Bda Fernando Rodrigues Goulart	27/03/2012 a 26/03/2013
9	Gen Div Edson Leal Pujol	27/03/2013 a 27/03/2014
10	Gen Div José Luiz Jaborandy Junior	28/03/2014 a 27/08/2015
11	Gen Div Ajax Porto Pinheiro	05/10/2015 a 15/10/2017

Comandantes da Brigada de Força de Paz



1	Gen Bda Américo Salvador de Oliveira	Mai/2004 a Nov/2004
2	Gen Bda João Carlos Vilela Morgero	Nov/2004 a Jun/2005

Comandantes do BRABAT



1	TC Ezequiel Bezerra Izaias de Macedo	Mai/2004 a Dez/2004
2	TC Luciano Puchalski	Dez/2004 a Mai/2005
3	Cel Adilson Mangiavacchi	Mai/2005 a Dez/2005
4	Cel Luiz Augusto de Oliveira Santiago	Dez/2005 a Mai/2006
5	Cel Paulo Humberto Cesar de Oliveira	Mai/2006 a Dez/2006
6	Cel Claudio Barroso Magno Filho	Dez/2006 a Ma/2007
7	Cel Júlio Cesar de Sales	Mai/2007 a Dez/2007
8	Cel Luiz Guilherme Paul Cruz	Dez/2007 a Mai/2008
9	Cel Pedro Antônio Fioravante Silvestre Neto	Mai/2008 a Dez/2008
10	Cel Francisco Manuel Mercês de Oliveira	Dez/2008 a Jun/2009
11	Cel João Batista Carvalho Bernardes	Jun/2009 a Jan/2010
12/1	Cel Ajax Porto Pinheiro	Jan/2010 a Jul/2010
12/2	Cel Luciano Puchalski	Fev/2010 a Ago/2010
13/1	Cel Ronaldo Pierre Cavalcanti Lundgren	Jul/2010 a Jan/2011
13/2	Cel Altair José Polsin	Ago/2010 a Fev/2011
14/1	Cel Willam George Felippe Abrahão	Jan/2011 a Jul/2011
14/2	Cel Henrique Martins Nolasco Sobrinho	Fev/2011 a Ago/2011
15/1	Cel Luciano Mendes Nolasco	Jul/2011 a Abr/2012
15/2	Cel Enio Machado Martins Junior	Ago/2011 a Abr/2012
16/1	Cel Francisco Mamede de Brito Filho	Abr/2012 a Dez/2012
16/2	Cel Paulo Cesar Leal	Abr/2012 a Dez/2012
17/1	Cel Rogério Franco Rozas	Dez/2012 a Jun/2013
17/2	Cel Sinval dos Reis Leite	Dez/2012 a Mai/2013
18	Cel Zenedir da Mota Fontoura	Mai/2013 a Nov/2013
19	Cel Anisio David de Oliveira Junior	Nov/2013 a Mai/2014
20	Cel Vinicius Ferreira Martinelli	Mai/2014 a Nov/2014
21	Cel Francisco Humberto Montenegro Júnior	Nov/2014 a Mai/2015
22	Cel Gustavo Henrique Dutra de Menezes	Mai/2015 a Nov/2015
23	Cel Ricardo Pereira de Araújo Bezerra	Nov/2015 a Mai/2016
24	Cel Sebastião Roberto De Oliveira	Mai/2016 a Nov/2016
25	Cel Roberth Alexandre Eickhoff	Nov/2016 a Mai/2017
26	Cel Alexandre Oliveira Cantanhede Lago	Mai/2017 a Out/2017

Comandantes da BRAENGCOY



1	TC João Maurício da Rocha Silva	04 Jul 05 a 05 Dez 05
2	TC Carlos Alberto Maciel Teixeira	05 Dez 05 a 06 Jun 06
3	TC Tito Tavares	06 Jun 06 a 18 Dez 06
4	TC Paulo Roberto Viana Rabelo	18 Dez 06 a 14 Jun 07
5	TC Antonio César Alves Rocha	14 Jun 07 a 06 Dez 07
6	Coronel Riyuso Ikeda	06 Dez 07 a 06 Jun 08
7	TC Marcelo Pagotti João	06 Jun 08 a 04 Dez 08
8	TC Fernando Ferreira Elesbão	04 Dez 08 a 09 Jul 09
9	Cel Délcio Monteiro Sapper	09 Jul 09 a 05 Fev 10
12	TC Vladimir Pires Pinto	05 Fev 10 a 12 Ago 10
13	TC Nilton Figueiredo Lampert	12 Ago 10 a 15 Fev 11
14	TC Hamilton Teixeira Camillo	15 Fev 11 a 29 Ago 11
15	Cel José Sirnando Cavalcante das Neves	29 Ago 11 a 20 Abr 12
16	TC Antônio Carlos Limeira Dutra	20 Abr 12 a 03 Dez 12
17	TC Francisco Alexandre Couto da Paixão	03 Dez 12 a 07 Jun 13
18	TC Marco Antonio Siqueira de Oliveira	07 Jun 13 a 04 Dez 13
19	TC Guilherme Langaro Bernardes	04 Dez 13 a 04 Jun 14
20	TC Alessandro da Silva	04 Jun 14 a 04 Dez 14
21	TC Luis Cláudio Brion Cardoso	04 Dez 14 a 1º Jun 15
22	TC Fábio Lincoln Lemos Lobo	1º Jun 15 a 03 Dez 15
23	TC Carlos Octávio Krawustchke Cardoso	03 Dez 15 a 23 Jun 16
24	TC Renato Farias Bazi	23 Jun 16 a 09 Dez 16
25	TC Alerrandro Leal Farias	09 Dez 16 a 02 Jun 17
26	TC Anderson Soares do Carmo	02 Jun 17 a 15 Out 17

Nossa homenagem aos heróis brasileiros que ofertaram suas vidas em holocausto à paz no Haiti!

Antonio José Anacleto (Soldado)
 Ari Dirceu Fernandes Júnior (Cabo)
 Bruno Ribeiro Mário (1º Tenente)
 Carlos Freires Barbosa (3º Sargento)
 Davi Ramos de Lima (2º Sargento)
 Diego Mendes dos Santos (Soldado)
 Douglas Pedrotti Neckel (Cabo)
 Emílio Carlos Torres dos Santos (Coronel)
 Felipe Gonçalves Julio (Soldado)
 Francisco Adolfo Viana Martins Filho (Major)
 Geraldo Barbosa Luiz (Soldado)
 Idevani da Silva (3º Sargento)
 João Eliseu Souza Zanin (Coronel)

José Luiz Jaborandy Júnior (General de Divisão)
 Kleber da Silva Santos (Soldado)
 Leonardo de Castro Carvalho (2º Sargento)
 Márcio Guimarães Martins (Major)
 Marcus Vinicius Macêdo Cysneiros (Tenente-Coronel)
 Raniel Batista de Camargos (Subtenente)
 Rodrigo Augusto da Silva (Soldado)
 Rodrigo da Rocha Klein (Soldado)
 Rodrigo de Souza Lima (3º Sargento)
 Tiago Anaya Detimermani (Soldado)
 Urano Teixeira da Mata Bacellar (General de Divisão)
 Vicente Medeiros (2º Sargento)
 Washington Luis de Souza Seraphin (Cabo)

PRODUÇÃO DOUTRINÁRIA
Manuais elaborados em 2017

EB20-MC-10.219 - OPERAÇÕES DE PAZ, 3^a Edição, 2017;
EB20-MF-10.103 - COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2^a Edição, 2017;
EB70-MC 10.212 - OPERAÇÕES ESPECIAIS, 1^a Edição, 2017;
EB70-MC-10.216 - OPERAÇÕES OFENSIVAS E DEFENSIVAS,
1^a Edição, 2017;
EB70-MC-10.218 - OPERAÇÕES AEROMÓVEIS, 1^a Edição,
2017;
EB70-MC-10.221 - COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR - CIMIC,
1^a Edição, 2017;
EB70-MC-10.223 - OPERAÇÕES, 5^a Edição, 2017;
EB70-MC-10.231 - DEFESA ANTIAÉREA, 1^a Edição, 2017;
EB70-MC-10.232 - GUERRA CIBERNÉTICA, 1^a Edição, 2017.
EB70-MC-10.2XX - OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS, 4^a Edição,
2017;
EB70-MC-10.302 - DEFESA ANTIAÉREA NAS OPERAÇÕES,
1^a Edição, 2017;
EB70-MC-10.304 - OPERAÇÕES AEROTERRESTRES, 1^a
Edição, 2017;
EB70-MC-10.340 - DEFESA QUÍMICA, BIOLÓGICA,
RADIOLÓGICA E NUCLEAR NAS OPERAÇÕES, 1^a Edição,
2017; e
EB70-MC-10.346 - PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE
FOGOS, 3^a Edição, 2017.